

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ANÁLISE DE PARQUES DE BEIRA-RIO EM TERESINA - PIAUÍ

GIULIANA DE BRITO SOUSA

BRASÍLIA

2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ANÁLISE DE PARQUES DE BEIRA-RIO EM TERESINA - PIAUÍ

GIULIANA DE BRITO SOUSA

ORIENTADOR: PROF. DR. VICENTE BARCELLOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de mestre.

BRASÍLIA

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

GIULIANA DE BRITO SOUSA

ANÁLISE DE PARQUES DE BEIRA-RIO EM TERESINA - PIAUÍ

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador Prof. Dr. Vicente Barcellos – Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Marta Adriana Bustos Romero – Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Wilza Gomes Reis Lopes – Universidade Federal do Piauí.

Brasília, Agosto de 2009

Aos meus tesouros, incentivos e inspirações: meus pais, Vera e Alberto,
meus irmãos, Gabriel e Rafael, e minha sobrinha, Maria Rafaela.

AGRADECIMENTOS

À Deus, causa primária de todas as coisas.

Aos meus pais, Vera e Alberto, por tudo: amor, apoio, compreensão e confiança.

Aos meus irmãos, Gabriel e Rafael, pelo apoio incondicional, companheirismo, amizade e amor.

À minha sobrinha, Maria Rafaela, pelo carinho e amor.

Aos meus tios e tias por sempre torcerem por mim. Em especial, tio Chico pelo apoio, entusiasmo e interesse, tia Orcélia, tia Célia, tio Manoel, tio Lula, tia Creuza pela presença de sempre.

Aos meus primos e primas, pelo companheirismo e amizade. Em especial, Carolina, Catarina e Valéria, minhas primas-irmãs.

À Karenina, Marta Raquel, Érica Cecília, Guana, Luana Kallas e Carlos Kaiser, pela amizade.

Às pessoas que fizeram minha estadia em Brasília mais calorosa, e amenizaram a distância da minha família, Caio, Ana Paula, Márcia, Cláudia, George, Eky, Geraldo e Érika, a vocês muito obrigada pela amizade, companhia, paciência, apoio e incentivo.

Ao meu orientador, professor Vicente Barcellos, pela paciência e dedicada orientação, por compartilhar seus conhecimentos e por acreditar no meu potencial, me incentivando para o desenvolvimento deste estudo.

À professora Marta Romero, pelas contribuições valiosas dadas desde o início deste curso de mestrado.

À professora Wilza Lopes, pelas enormes contribuições feitas a essa pesquisadora iniciante desde a graduação, e pela amizade e carinho.

À Jorge Eduardo, Diana Alejandra, Elen Vianna, Ana Zerbini, Lêda Granja, Lorena Burgos, Júlia Fernandes, por compartilhar os momentos deste curso de mestrado.

Aos funcionários da secretária do PPG/ FAU, João, Júnior e Raquel, pela ajuda e disponibilidade.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Teresina, aos funcionários e aos usuários dos parques de beira-rio, pelas informações fornecidas sobre estes espaços livres públicos, as quais foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

À UnB, pela oportunidade de aprendizado possibilitada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho. MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Os objetos do presente estudo são os parques de beira-rio da cidade de Teresina-Piauí. O estudo destes parques é abordado do ponto de vista dos referenciais teórico-conceituais da arquitetura da paisagem, tendo como enfoque os usos de lazer, a infraestrutura e o funcionamento destes espaços livres. Buscou-se realizar uma amostra representativa do universo destes parques, incluindo diferentes condições físico-espaciais, tais como localização, acesso, formato, dimensão, dentre outros, englobando parques que atendem a demandas de lazer mais cotidiano e os que atendem a um lazer mais eventual. Neste estudo, verificou-se como o potencial destes espaços é subestimado ou mesmo ignorado pelo Poder Público, o qual realiza um gerenciamento deficiente com uma manutenção precária e não faz investimentos em infraestrutura. Dessa forma, como recomendação sugere-se uma possível organização sistêmica das funções desses parques públicos, com o intuito de contribuir para um melhor atendimento às diferentes demandas por lazer da população.

Palavras-chave: Espaços livres; parques de beira-rio; lazer; Teresina.

ABSTRACT

This study analyzes riverfront parks situated in Teresina (Piauí), focusing on conceptual and theoretical frameworks of landscape architecture and by focusing on their uses related to leisure, infrastructure and the operation of these open spaces. This thesis attempts to reach a representative sample of the universe of these parks, including different physical and spatial conditions such as location, access, format, dimension, among others, besides covering parks which meet the demands of daily life leisure and those providing a more eventual leisure. It was possible to point out how much of these parks' potential is underestimated or even ignored by the government, who manages a precarious maintenance and does not make investments in infrastructure. Thus, this thesis proposes a possible systemic organization of roles and features of such public parks, in order to better meet the different demands for leisure required by population.

Keywords: open spaces; riverfront parks; leisure, Teresina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Saint James Park	22
Figura 2 -	Parque Monceau	22
Figura 3 -	Vista aérea do Central Park de Nova York	23
Figura 4 -	Paley Park em Nova York	24
Figura 5 -	Presença de água no Paley Park em Nova York	24
Figura 6 -	Parque Tanguá	26
Figura 7 -	Parque da Pedreira	26
Figura 8 -	Jardim Botânico de Curitiba	26
Figura 9 -	Parque André Citröen	28
Figura 10 -	Pessoas banhando no Parque André Citröen	28
Figura 11 -	Parque Industrial da Espanha	29
Figura 12 -	Destaque para as torres de farol existentes no Parque Industrial da Espanha	29
Figura 13 -	Parque La Villette	30
Figura 14 -	Presença de água no Parque La Villette	30
Figura 15 -	Riverway no rio Charles em Boston	32
Figura 16 -	Orla de Santos	33
Figura 17 -	Aterro do Flamengo	33
Figura 18 -	Calçadão da praia de Copacabana	33
Figura 19 -	Praia do Ponta Negra – Manaus	34
Figura 20 -	Projeto Orla – Brasília	34
Figura 21 -	Santo Antonio – Texas	34
Figura 22 -	Battery Park, Nova York	35
Figura 23 -	Waterfront de Seattle	35
Figura 24 -	Docks de Porto Madero, Buenos Aires	36
Figura 25 -	Estação das Docas, Belém	36
Figura 26 -	Praia do Sena –Paris	37
Figura 27 -	Magal das Garças – Belém	38
Figura 28 -	Parque da Rua do Porto, Piracicaba	38
Figura 29 -	Localização da cidade de Teresina	44
Figura 30 -	Mapa do Núcleo original de Teresina	45
Figura 31 -	Imagem de satélite do atual centro de Teresina	45
Figura 32 -	Crescimento urbano de Teresina	50
Figura 33 -	Imagem de satélite que mostra a área de abrangência das SDUs	52
Figura 34 -	Planta de uso e ocupação do solo de Teresina	63
Figura 35 -	Planta esquemática de distribuição de parques da cidade de Teresina	66
Figura 36 -	Imagem de satélite do parque Ambiental São Pedro	70
Figura 37 -	Vista do parque Ambiental São Pedro	70
Figura 38 -	Imagem de satélite do parque Ambiental de Teresina	71
Figura 39 -	Vista das trilhas existentes no Parque Ambiental de Teresina.	71
Figura 40 -	Imagem de satélite de Teresina – destaque para a distribuição de doze parques de beira-rio.	74
Figura 41 -	Imagem de satélite de Teresina – destaque para a distribuição dos seis parques de beira-rio analisados neste estudo	85
Figura 42 -	Vista aérea do parque Encontro dos Rios mostrando o encontro das águas do rio Parnaíba com as águas do rio Poti	87

Figura 43 -	Imagem de satélite do Parque Ambiental Encontro dos Rios e seu entorno imediato	89
Figura 44 -	Planta esquemática da configuração do parque e da localização dos seus equipamentos	89
Figura 45 -	Vista geral da entrada do parque Encontro dos Rios e a escultura em homenagem a lenda do Cabeça de Cuia	90
Figura 46 -	Quiosque	90
Figura 47 -	Vista da Avenida Boa Esperança, da cerca que contorna o parque, um dos portões de acesso e as casas no entorno imediato	91
Figura 48 -	Vista do piso e bancos do parque, o aspecto de bem conservado desses elementos atrai os visitantes.	91
Figura 49 -	Vista dos dois banheiros existentes no parque, mostrando um deles com aviso de defeito	91
Figura 50 -	Vista do estacionamento e carros estacionados no acostamento	91
Figura 51 -	Trilha que dá acesso a um dos quiosques.	92
Figura 52 -	Planta de piso do parque.	92
Figura 53 -	Crianças brincando no <i>playground</i>	93
Figura 54 -	Mirante do parque. De onde se pode avistar o encontro das águas dos rios	93
Figura 55 -	Restaurante flutuante que com o mirante são os pontos de mais destaque no parque	93
Figura 56 -	Área de exposição do parque, muitas vezes usada apenas como feirinha de artesanato	94
Figura 57 -	Venda de lanches por ambulantes no parque.	94
Figura 58 -	Avenida Duque de Caxias	96
Figura 59 -	Residências no entorno imediato ao parque.	96
Figura 60 -	Imagem de Satélite do Parque da Cidade	97
Figura 61 -	Planta esquemática de configuração e localização dos equipamentos do Parque da Cidade	97
Figura 62 -	Coreto.	98
Figura 63 -	Ponte existente no parque, no meio das trilhas	98
Figura 64 -	Lancheonete.	99
Figura 65 -	Pista de caminhada	99
Figura 66 -	À esquerda a área esportiva do parque e à direita parte da área reservada às trilhas, vistas da entrada secundária do parque	99
Figura 67 -	Acesso à trilha do Pomar	99
Figura 68 -	Hortas comunitárias	100
Figura 69 -	Quadras poliesportivas	100
Figura 70 -	Centro de Estudos Astronômicos. Encontra-se desativado	101
Figura 71 -	Sede da Companhia da Polícia Ambiental do Piauí.	101
Figura 72 -	Campo de futebol sendo usado num sábado à tarde.	102
Figura 73 -	Área de <i>show</i> e eventos sendo usada como quadra de futebol	102
Figura 74 -	Cascatão sendo utilizado na semana da criança.	102
Figura 75 -	Lancheonete sendo utilizada	102
Figura 76 -	<i>Playground</i> sendo usado na semana da criança.	103
Figura 77 -	Crianças se refrescando nos chuveiros que são de apoio do campo de futebol	103
Figura 78 -	Barracas de palha existente no Parque Ambiental Prainha, na década de 1980	104

Figura 79 -	Vista privilegiada do rio Parnaíba a partir do parque Ambiental da Prainha	105
Figura 80 -	Avenida Maranhão que margei todo o parque.	105
Figura 81 -	Centro administrativo do Governo do Estado que fica localizado no entorno imediato ao parque.	106
Figura 82 -	Residências do entorno imediato ao parque.	106
Figura 83 -	Imagem de satélite mostrando a localização e os limites do Parque Ambiental da Prainha e seu entorno	107
Figura 84 -	Planta esquemática do Parque Ambiental da Prainha	107
Figura 85 -	A vegetação do parque se destaca pela beleza e variedade de espécies	108
Figura 86 -	A vegetação do parque proporciona o mantimento de um microclima local mais ameno	108
Figura 87 -	<i>Playground</i> abandonado no parque	108
Figura 88 -	Trave do campo de futebol	108
Figura 89 -	Ciclovía	109
Figura 90 -	Calçadão deteriorado	109
Figura 91 -	Lavadores de carro, única atividade que ocorre no espaço	109
Figura 92 -	Corpo de Bombeiros na área do parque	109
Figura 93 -	Edifícios residenciais no entorno do parque	111
Figura 94 -	<i>Shopping Center</i> em frente ao parque	111
Figura 95 -	Rio Poti, parque Ambiental Beira Rio, Avenida Raul Lopes e entorno imediato ao parque	111
Figura 96 -	Rua recentemente aberta para interligar o bairro à Avenida Raul Lopes	111
Figura 97 -	Imagem de satélite do Parque Beira Rio, mostrando sua delimitação.	112
Figura 98 -	Planta esquemática do Parque Ambiental Beira Rio, mostrando sua situação, limites e entorno imediato	112
Figura 99 -	Vegetação exuberante no parque	113
Figura 100 -	Vegetação proporciona área sombreada para os usuários	113
Figura 101 -	Equipamentos de ginástica existentes no parque.	114
Figura 102 -	Policimento no parque	114
Figura 103 -	Área de quiosques existentes no parque. Local sombreado e bem agradável	114
Figura 104 -	Banheiros	114
Figura 105 -	Pessoas caminhando no calçadão e carros estacionados na Avenida Raul Lopes.	115
Figura 106 -	Ambulantes vendendo frutas e água para os usuários do parque	115
Figura 107 -	Avenida Presidente Kennedy	117
Figura 108 -	Imagem de satélite mostrando a área delimitada do Parque Zoobotânico e o seu entorno imediato	118
Figura 109 -	Planta esquemática do Parque Zoobotânico mostrando a área delimitada que pertence ao parque	118
Figura 110 -	Portaria de entrada do parque Zoobotânico.	119
Figura 111 -	Prédio da administração do parque	119
Figura 112 -	Crianças visitando o ambiente das cobras	120
Figura 113 -	Museu de bichos empalhados	120
Figura 114 -	Crianças brincando no labirinto	120
Figura 115 -	Lanchonetes	120

Figura 116 -	Ônibus de excursão de alunos na semana da criança.	121
Figura 117 -	Teatro de marionetes durante a semana da criança	121
Figura 118 -	Brinquedo inflável colocado na semana da criança.	122
Figura 119 -	Trenzinho levando as crianças para passear pelo parque	122
Figura 120 -	Entrada dos funcionários na jaula do leão	122
Figura 121 -	Jaula do leão, mostrando ao fundo o local onde os funcionários do parque se comunicam com os leões	122
Figura 122 -	Praça do bairro no entorno imediato ao parque.	124
Figura 123 -	Rua de acesso ao Balneário, cerca de arame que contorna o parque	124
Figura 124 -	Imagem de Satélite do Balneário Curva São Paulo e seu entorno imediato	125
Figura 125 -	Planta esquemática do Balneário Curva São Paulo, mostrando a localização do seu equipamentos	125
Figura 126 -	Estacionamento do parque.	126
Figura 127 -	Bares e restaurantes	126
Figura 128 -	Muro de arrimo separando a área de banho da área dos restaurantes. Antes da enchente	127
Figura 129 -	Sombrieros na área de banho do parque. Antes da enchente	127
Figura 130 -	Os muros de arrimo foram destruídos pela enchente	127
Figura 131 -	Algumas partes do parque ficaram destruídas depois da enchente	127
Figura 132 -	Usuários nos bares e restaurantes	128
Figura 133	Usuários passeando no parque e ambulantes trabalhando	128
Figura 134	Banhistas no Balneário. Depois da enchente os sombreros ainda não foram recolocados	128
Figura 135	Posto salva-vidas	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese dos períodos da evolução do parque americano estudado por Cranz (1982)	23
Quadro 2 -	Síntese das características das zonas que formam a cidade de Teresina	61
Quadro 3 -	Síntese das ZPs que tratam dos espaços livres de Teresina	64
Quadro 4 -	Relação de todos os parques existentes em Teresina e destaque para aqueles que estão localizados às margens dos rios	69
Quadro 5 -	Relação dos parques de beira-rio de Teresina, destacando a sua localização na cidade, a sua área e o seu principal uso.	73
Quadro 6 -	Cenário dos parques de beira-rio de Teresina.	75
Quadro 7 -	Categorias de parques públicos em Teresina segundo a Lei Complementar nº 3563/2006.	79
Quadro 8 -	Categorias de parques utilizadas por Barcellos (1999) para o Distrito Federal	80
Quadro 9 -	Categorias de parques utilizadas por Magnoli e Kliass (1969) para São Paulo	80
Quadro 10 -	Classificação dos parques de beira-rio de Teresina analisados	82
Quadro 11 -	Variáveis consideradas nas análises dos parques de beira-rio de Teresina	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição da população de Teresina por zona urbana	53
Gráfico 2 -	Faixa de renda média mensal do responsável pelo domicílio pela população residente na zona centro-norte	55
Gráfico 3 -	Faixa de renda média mensal do responsável pelo domicílio pela população residente na zona sul	56
Gráfico 4 -	Faixa de renda média mensal do responsável pelo domicílio pela população residente na zona Leste	58
Gráfico 5 -	Faixa de renda média mensal do responsável pelo domicílio pela população residente na zona Sudeste	60

LISTA DE SIGLAS

APP -	Área de Proteção Permanente
COHAB-PI -	Companhia de Habitação do Piauí
CONAMA -	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA -	Ministério do Meio Ambiente
PMT -	Prefeitura Municipal de Teresina
PPS -	Project for Public Spaces
SDU -	Superintendência de Desenvolvimento Urbano
SEMAM -	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNUC -	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
ZPs -	Zonas de Preservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. BASES TEÓRICO–CONCEITUAIS	18
1.1. Espaços Livres	18
1.2. Parques Públicos	20
1.3. Evolução dos parques públicos	21
1.4. Tipos de parques localizados às margens de corpos d’água	31
1.5. Compatibilidade entre os Parques de Beira-Rio e a legislação pertinente	39
1.6. A importância do lazer	41
2. TERESINA E SEUS PARQUES PÚBLICOS	44
2.1. Teresina	44
2.1.1. Evolução Urbana de Teresina	45
2.1.2. Dinâmica Urbana de Teresina	51
2.2. Parques públicos de Teresina	62
3. PARQUES DE BEIRA-RIO DE TERESINA	72
3.1. Critérios para a análise dos parques de beira-rio	78
3.2. Análise dos principais parques de beira-rio de Teresina	83
3.2.1. Variáveis consideradas na análise dos parques estudados	86
3.2.2. Parque Ambiental Encontro dos Rios	87
3.2.3. Parque da Cidade	95
3.2.4. Parque Ambiental da Prainha	103
3.2.5. Parque Ambiental Beira-Rio	110
3.2.6. Parque Zoobotânico	116
3.2.7. Balneário Curva São Paulo	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

A urbanização dos grandes centros teve como ponto inicial a migração da população do campo para a cidade, durante a Revolução Industrial, na Europa Moderna. As pessoas deixavam o campo em busca de melhores condições de vida e alternativas de emprego e, conseqüentemente, foram se formando grandes aglomerados de edificações para suportar o contingente habitacional. Em um primeiro momento, sem condições de infraestrutura para suportar esse contingente, as cidades tornaram-se lugares sujos, com esgotos a céu aberto, com crescimento desordenado e sem planejamento.

Após graves epidemias oriundas deste descaso com o espaço urbano, surge a preocupação com a organização das cidades, com sua higiene e com a salubridade do meio. Surgem também as primeiras leis de organização e ocupação dos espaços territoriais dos centros urbanos, designando o traçado das ruas, os espaços dos lotes urbanos e as áreas destinadas a espaços livres de edificações. A ocupação ordenada através destas leis permitiu a conservação do campo na cidade, foram criados lugares para o lazer da massa populacional que não tinha opções para preencher o tempo ocioso.

A criação dos parques públicos urbanos teve início na Europa a partir do século XVII, com a criação de áreas de bosques para passeios bucólicos. Desde então esses espaços livres vêm sendo incrementado para atender as diferentes necessidades dos seus usuários, como por exemplo, a colocação de elementos decorativos como espelhos d'água e esculturas, de aparelhos para prática de exercícios, de playground, entre outros.

Atualmente, os parques públicos apresentam várias formas, funções e dimensões para atender aos seus usuários. Podem, por exemplo, ser áreas para passeios ao ar livre, caminhada, jardins botânicos, zoológicos, áreas para recreação de jovens e adultos, áreas para piqueniques e a áreas de estudos ambientais. Os parques configuram-se como centros de cultura e diversão, atendendo todas as camadas sociais e faixas etárias.

Os parques públicos são importantes para a vida das pessoas, pois propiciam área de lazer e exercem a função de renovadores do ar, atuando ainda na redução da temperatura e melhoria do conforto ambiental, principalmente, em cidades de clima quente.

Segundo Barcellos (2000):

Desde o seu aparecimento nas cidades, o parque tem passado por grandes transformações, tanto em seu significado social quanto em sua configuração físico-espacial. Durante todo o século 20, mas especialmente a partir das décadas de 60 e 70, a velocidade dessas transformações se acelera, exigindo dos profissionais que atuam na paisagem a revisão dos pressupostos usados na definição do conceito de parque público (BARCELLOS, 2000, p. 51).

Assim, considera-se neste estudo, que parque público necessariamente não precisa ser um lugar muito grande, cheio de vegetação, mas, sim, um espaço livre urbano público destinado à atender as diferentes demandas de lazer da população.

Em relação às funções desempenhadas pelos parques públicos nas cidades, Bartallini (1991) fala de três funções básicas: paisagística, lazer e ambiental. A paisagística é aquela que mostra a importância do espaço livre para a cidade como um todo, enquanto o lazer relaciona-se à apropriação, utilização, do espaço pelas pessoas, já a função ambiental relaciona-se às melhorias para o meio no qual o espaço está inserido, proporcionando áreas vegetadas à cidade. Dentre as funções desempenhadas pelos parques, este estudo aborda a função de lazer dos parques públicos localizados às margens de rios.

Na literatura brasileira não foi encontrada denominação própria para os parques localizados especificamente às margens de rios, então, adotou-se a denominação parque de beira-rio, no caso específico desse estudo, para se referir a espaços livres com essa característica.

No cenário brasileiro, o conhecimento sobre questões relativas ao uso, atividades disponíveis, acessos aos parques públicos, entre outras, ainda são bastante incipientes, o que prejudica a adequação das potencialidades destes espaços livres para o atendimento às necessidades de lazer da população.

Em Teresina, capital do Piauí, os parques públicos não são tidos como importantes locais com função de lazer e distração à população, diferente do contexto de outras cidades, tanto no

exterior quanto no Brasil. Segundo o Relatório da Agenda 2015, os espaços de lazer do município são os clubes sociais, os dois *shoppings centers* da cidade, as ruas e os espaços comunitários da periferia em frente a praças e parques públicos (TERESINA, 2002).

Considerando a carência de estudos sobre parques públicos das cidades brasileiras, este estudo pode contribuir para diminuir essa carência de conhecimento. O estudo dos parques de beira-rio de Teresina pode vir a contribuir também para um melhor aperfeiçoamento da organização desses espaços na cidade, pois a organização deles pode ser o início para a organização dos demais espaços livres de lazer, isto é, do sistema de parques públicos da cidade.

Desta forma, o objetivo geral deste estudo é contribuir com o entendimento da situação em que se encontram parques de beira-rio de Teresina. Para tanto os objetivos específicos deste estudo são: analisar a distribuição e organização, identificar as condições de infraestrutura e gerenciamento e, entender os modos como a população usa os parques de beira-rio de Teresina.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos neste trabalho têm-se: revisão bibliográfica, levantamento dos parques públicos de Teresina, categorização dos parques de beira-rio, análise de uma amostra representativa do universo dos parques de beira-rio e considerações finais sobre as análises feitas neste estudo.

Assim, este estudo está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo são discutidos os conceitos de espaços livres (Magnoli, 1982; Macedo, 1986, 1995 e 1999; Bartalini, 1987 e Barcellos, 1999) e parques públicos (Kliass 1993; Gonçalves, 1994; Barcellos, 1999 e Macedo e Sakata, 2002), sua evolução histórica e tipológica (Segawa, 1996; Kliass, 1993; Cranz, 1982; Barcellos, 2000; Magnoli, 2006; Ribeiro, 1997; Del Rio, 2001; Macedo e Sakata, 2002; Macedo 2007; Serpa, 2007 e PPS, 2009), a legislação pertinente (Código Florestal, 1965; Resolução CONAMA 369/ 2006; Barcellos et al., 2007; Servilha et al., 2007 e Mello, 2008) e a importância do lazer para o indivíduo (Dumazedier, 1976; Medeiros, 1971; Gaelzer, 1979; De Massi, 2001; Marcellino, 2002 e Gomes, 2008).

No segundo capítulo são discutidos os aspectos que influenciam a atual condição urbana de Teresina (Barbosa, 1994; Façanha, 1998; Dias, 2003; Matos, 2003; Braz, 2004; Moura e

Lopes, 2005 e IBGE, 2007) e os modos de inserção dos parques públicos dentro do seu tecido urbano (Lei Municipal complementar 3560/2006), traçando assim um quadro geral sobre os parques da cidade (Kallas e Machado, 2005; Matos et al., 2008 e Vieira, 2008).

No terceiro capítulo são apresentados os parques de beira-rio de Teresina, classificando-os em categorias tipológicas (Lei Municipal Complementar 3563/2006; Magnoli e Kliass, 1969 e Barcellos, 1999). Assim, são analisados individualmente os principais parques de beira-rio da cidade, considerando as variáveis: localização e entorno, acesso, formato, dimensão, equipamentos e mobiliário, funções, manutenção e gerenciamento e potencialidades. Evidentemente, essa classificação é teórico-experimental e objetiva apenas entender o funcionamento da rede de parques em sua interface com as demandas de lazer da população.

Por fim, apresentam-se as considerações sobre as análises das variáveis estudadas de modo a compreender os principais aspectos que influenciam nas condições de uso desses espaços livres.

1. BASES TEÓRICO–CONCEITUAIS

Este estudo tem por base os referenciais teórico-conceituais da área da Arquitetura da Paisagem¹, pois a questão dos parques públicos tem sido tradicionalmente objeto de estudo e de trabalho dos arquitetos paisagistas, no Brasil e no mundo afora.

A seguir são discutidos conceitos sobre os espaços livres e os parques públicos, como também, são discutidos aspectos sobre a evolução dos parques públicos, a fim de entender as diferentes tipologias de parques que existem na atualidade. Neste primeiro capítulo, também são discutidos aspectos legais que regem a implantação dos parques às margens de rios e a importância do lazer para os indivíduos.

1.1. Espaços Livres

Magnoli (1982) define os espaços livres como todos os espaços não ocupados por volume edificado, espaço solo, espaço-água, espaço luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso. Neste sentido, os espaços livres são responsáveis pela articulação do tecido urbano, pelas conexões entre os cheios e vazios, além de representarem lugares de permanências das pessoas; são locais onde se traçam relações sociais.

O conceito de espaço livre definido por Magnoli é atualmente consenso entre os estudiosos da área da arquitetura da paisagem. Na arquitetura da paisagem espaço livre é considerado objeto de trabalho do arquiteto paisagista. Como afirma Barcellos (1999), a ideia de espaço livre surge da necessidade de se trabalhar de maneira prática a paisagem, sendo assim considerado como uma categoria de análise. É a ideia que é atribuída quando se necessita delimitar a paisagem para fins de estudo e intervenção.

Segundo Macedo (1999), há na cidade os chamados espaços livres de edificação – espaços livres urbanos – e, fora dela, aparecem os espaços livres de urbanização. Neste segundo caso,

¹ Termo criado por Frederick Law Olmsted (1822-1903) – *Landscape Architecture* – para descrever o campo de atividades que trabalha a paisagem, pois a paisagem deveria ser tratada de forma prática como fazem os arquitetos, isto é, após a análise e diagnóstico dos problemas, as soluções seriam encaminhadas por meio de desenhos (BARCELLOS, 1999, p. 16).

sua estruturação se deve principalmente aos elementos do suporte físico, à vegetação e às formas de modelagem e processamento que a sociedade lhes impõe: os campos de cultivo, os bosques de eucaliptos, os grandes lagos provenientes de barragens e canais. Este estudo se detém apenas aos espaços livres urbanos.

No entendimento de como os espaços livres urbanos surgem nas cidades, Macedo (1986) explica que eles se formam junto às áreas edificadas, em decorrência da criação de sistemas viários, de recuos obrigatórios nos lotes, formando poços de iluminação, pátios e quintais e, ainda, da exigência de áreas para recreação e estar.

Os espaços livres urbanos podem ainda ser divididos em espaços livres de uso público e espaços livres privados. Segundo Barcellos (1999) os espaços livres urbanos públicos referem-se aos parques, praças, ruas, largos, becos etc., enquanto que os espaços livres urbanos privados estão relacionados aos jardins residenciais ou comerciais, pátios, quintais etc.

Romero (2001) explica espaços livres públicos por espaços públicos exteriores, definindo-os como:

Aqueles espaços fundamentais que freqüentemente condicionam os espaços construídos, que às vezes lhes conferem suas formas, seus relevos, suas características. São elementos essenciais da paisagem urbana que constituem os espaços de vida, que “percebem” a cidade (ROMERO, 2001, p. 29).

Neste cenário, os espaços livres são responsáveis por caracterizar a paisagem urbana, são espaços que criam valores referenciais para a população. Como afirma Bartalini (1987), um dos aspectos fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos é a criação de referenciais urbanos por meio da caracterização fisionômica dos espaços urbanos.

Os espaços livres públicos apresentam diferentes tipologias, como exemplifica Serpa (1997), colocando que os espaços livres públicos urbanos se apresentam como ruas, praças, avenidas, parques. Estas tipologias de espaços livres se organizam formando sistemas, sendo a sistematização destes espaços responsável pela estruturação do tecido urbano em qualquer cidade.

Dentre as várias tipologias de espaços livres públicos urbanos, este estudo busca uma compreensão sobre problemáticas que envolvem parques públicos. Na busca desse entendimento, parte-se do princípio que espaços livres públicos urbanos necessitam ter função

de uso para a população, como explica Macedo (1995), a vida útil de um determinado espaço livre está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este permite ao seu público usuário. Quanto mais e melhor possa ser apropriado, maior será sua aceitação social e durabilidade, porém, para que isso aconteça, eles devem ser estruturados com bons equipamentos e ter uma boa manutenção e gerenciamento, pois só assim serão apropriados.

1.2. Parques Públicos

Segundo Kliass (1993), os parques urbanos são espaços livres públicos urbanos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação.

No mesmo sentido, Gonçalves (1994) entende parque público como uma grande área (tomando-se por base a quadra urbana), com vegetação mais exuberante e ambiente mais equipado para recreação, com paisagem mais rica em elementos naturais e com independência espacial no que se refere à malha urbana. Porém, observando-se que não interessa apenas o espaço em si, mas o que ele representa e o que nele se desenvolve, destacando-se aí as relações e os meios de produção e consumo, no tocante aos aspectos sociais, econômicos e culturais.

Galender (1992) considera parque como um espaço livre com função de lazer, com independência espacial em relação à malha urbana, sendo um espaço contido em si mesmo, que envolve mais o indivíduo, enquanto percepção espacial global e com predomínio de elementos naturais em sua composição, sendo de dimensões maiores se comparadas a uma ou algumas praças urbanas.

Macedo e Sakata (2002) definem parque público como:

Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO e SAKATA, 2002, p. 14).

Enquanto que Barcellos (1999) define os parques como espaços livres públicos organizados para os usos de lazer da população:

Os parques não são necessariamente espaços livres de grandes dimensões, com extensos gramados pontuados por árvores e outros elementos naturais, como são

comumente entendidos. Mas espaços livres de variadas configurações físico-espaciais, cujo principal atributo é sua destinação ao lazer e à recreação pública. Nesse sentido, o conceito de parque adotado é estritamente funcional (BARCELLOS, 1999, p. 9).

Entre estes conceitos apresentados, todos fazem referência à função de lazer que os parques públicos desempenham. O que vale ressaltar na conceituação de parque público para este estudo é que necessariamente não é um lugar muito grande cheio de árvores, pois a maioria dos parques aqui estudados não se enquadraria nesse conceito, pois estes espaços livres apresentam variações de tipologias. Desta forma, neste trabalho não se detém às várias configurações físico-espaciais que os parques públicos podem apresentar, mas sim a condição de espaços livres públicos urbanos destinados a atender as demandas de lazer da população.

1.3. Evolução dos parques públicos

Tendo em vista que este estudo tenta compreender os usos feitos nos parques localizados às margens de rios convém aqui um breve ensaio sobre a evolução dos parques destinados ao lazer, a fim de perceber os diferentes contextos que contribuíram para suas atuais características.

Considerando que ao longo da evolução dos parques públicos suas configurações (formas físicas) vão se alterando, assim como vão se alterando os seus significados para a sociedade. Antigos formatos são abandonados ou vão se transformando, e novas tipologias surgem para se adequar às necessidades sociais de cada época.

Na evolução dos parques públicos, Segawa (1996) diz que o jardim e o parque público surgem como criações marcantes na urbanização europeia a partir do século XVII. Tratava-se do gosto pela paisagem, pelos recantos paradisíacos – o jardim fechado é símbolo de repouso e harmonia –, pelo ornamental, ou seja, a terra enfeitada por bela vegetação e bons animais, espelho de mitos como o Éden, áreas de bosques, onde se praticavam a caça e os passeios bucólicos dos nobres.

Os primeiros parques públicos surgiram em Londres na Inglaterra, no século XVIII, em decorrência da industrialização da economia, com o advento da Revolução Industrial e em Paris, na França, alcança sua plenitude, com o plano de reformulação da cidade.

Para Kliass (1993) o parque público inglês surge num primeiro momento com a abertura dos jardins da corte para o público, em que foi aderido a malha urbana, como Saint James (Figura 1), Hyde Park e Kensington Gardens. Enquanto na França o prefeito Barão Haussmann proporcionou a urbanização da cidade de Paris, por meio do sistema de parques distribuídos pela cidade, interligados por um sistema de avenidas jardins, em que se criaram vários parques, como por exemplo, Monceau (Figura 2), Monsouris e Buttes-Chaumont.



Figura 1: Saint James Park.

Disponível em: www.ndsu.nodak.edu/.../322/English-Parks.html



Figura 2: Parque Monceau.

Disponível em: www.sogonow.com/.../2005/04/paris_has_a_mul.php

No entanto, ainda segundo Kliass (1993), somente após a criação do Central Park, em Nova York (Figura 3), em 1857, pelo arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted, que os parques públicos começam a se espalhar pelo mundo, com uma presença marcante no desenho urbano das cidades, contribuindo com higiene e salubridade das mesmas e a melhoria da qualidade de vida da população.



Figura 3: Vista aérea do Central Park de Nova York.
Disponível em: www.visitingdc.com/.../central-park-picture.asp.

Nos estudos realizados sobre a evolução da concepção dos projetos dos parques públicos têm destaque o realizado por Cranz (1982), que analisa as mudanças ocorridas no desenho do parque americano. Este autor classificou essas mudanças em quatro períodos distintos (Quadro 1):

Períodos	De 1850 a 1900	De 1900 a 1930	De 1930 a 1965	A partir 1965
Características	Seria o período do prazer terreno, em que o jardim proporcionava alívio pela paisagem pastoral em oposição à cidade.	Iniciou-se a necessidade de pensar em atividades recreacionais para os parques, este período caracteriza a introdução do <i>playground</i> .	O parque ganha mais “instalações”, como por exemplo, a implantação de quadras para variados esportes, para suprir não só as necessidades de recreação das crianças, mas também, de todas as faixas etárias.	Marcado pela disseminação do parque nas cidades, mas também, a cidade é pensada como um todo, de ruas, de praças e de parques, procura-se integrar de forma sistemática os vários tipos de espaços urbanos.

Quadro 1: Síntese dos períodos da evolução do parque americano estudado por Cranz (1982)
Adaptado de Cranz (1982)

É no quarto período, estudado por Cranz, que se percebe que os parques começam a assumir pequenas dimensões para poderem ser inseridos nas áreas adensadas e atender as necessidades de lazer da população. Como exemplos, pode se citar, o Paley Park, inaugurado no ano de 1967, com dimensões equivalentes a uma quadra no centro urbano de Nova York (Figuras 4 e 5).



Figura: 4: Paley Park em Nova York. Disponível em: http://www.pps.org/great_public_spaces/one?public_place_id=69



Figura: 5: Presença de água no Paley Park em Nova York. Disponível em: http://www.pps.org/great_public_spaces/one?public_place_id=69

Segundo Barcellos (2000), nos anos 1950 em vários países desenvolvidos surgiram os parques de pequenas dimensões, localizados em áreas urbanas densamente edificadas, eles resolviam a falta de parques em áreas urbanas de poucos espaços. Contudo, como frisa o autor, a disseminação de parques, como resultado de um continuado processo de planejamento, não ocorre no Brasil, pois, aqui a questão do lazer e da recreação nos espaços livres nunca foi objeto de políticas públicas.

Essas ressalvas são confirmadas nas palavras de Magnoli (2006):

Essa evolução não é a nossa. A nossa está para ser estudada, refletida, debatida, elaborada...

No mínimo e, preliminarmente, podemos observar que a conFIGURAção, a conFORMAção na história dos parques reflete, mais do que se quer pensar, intenções sociais imediatas seqüência, vão se sobrepondo por partes em espaço e em tempos nem sempre transparentes em diferentes contextos e diferentes populações. (MAGNOLI, 2006, p. 209).

A que se concordar com a autora, pois o planejamento desses espaços nas cidades brasileiras ainda está de forma inicial, à medida que a evolução dos nossos parques não acontece atrelada a um desenho urbano integrado entre as áreas de espaços livres de uso coletivo, que são pensados para as relações de socialização e as áreas edificadas.

Considerando as atuais acepções sobre os parques públicos é preciso observar as mudanças no seu projeto pelo mundo afora, e também no Brasil. Nos novos projetos preocupa-se com a conservação do meio ambiente – função atribuída aos novos modos de se ver o parque urbano – além de atualmente, estes espaços servirem como dinamizadores da economia, devido às suas multifuncionalidades, pois eles se apresentam como importantes centros de cultura e turismo, gerando emprego e renda para o seu entorno.

Um exemplo relevante das novas funções dos parques públicos no cenário brasileiro foi o esforço do Poder Público em Curitiba, no Estado do Paraná, em criar um sistema de parques destinados a suprir a carência de pontos turísticos na cidade, incrementando dessa maneira a economia local. Segundo Barcellos (2000), essa rede de parques de Curitiba resultou de um bem estruturado esforço de planejamento, que tem como motivação inicial a conservação dos remanescentes florestais, e dos fundos de vales em seu papel no controle de enchentes e outras áreas identificadas como ambientalmente sensíveis.

Para complementar a ação de implantação dos parques, a Prefeitura de Curitiba pensou no acesso a esses espaços, oferecendo transporte público que fazem itinerários passando pelos principais parques da cidade, facilitado assim, o uso desses espaços pela população local e atraindo os turistas a conhecer a cidade. Entre esses espaços que estão inseridos nessa rede parques, pode-se citar: o Parque Tanguá, inaugurado em 1996, onde foi erguida uma edificação simbolizando um castelo, com um enorme espelho d'água em frente (Figura 6); o Parque das Pedreiras, inaugurado em 1992, que tem como atração principal a Ópera de Arame, um teatro com capacidade para 2.400 espectadores, construído em estrutura tubular e teto transparente (Figura 7); e o Parque Jardim Botânico, inaugurado em 1991, possui uma estufa de três abóbadas construída em estrutura metálica e imensos jardins geométricos (Figura 8).



Figura 6: Parque Tanguá, 2008.



Figura 7: Parque da Pedreira, 2008.



Figura 8: Jardim Botânico de Curitiba, 2008.

A experiência existente em Curitiba de integrar um sistema de parques para atrair a população para os espaços públicos promove a conservação ambiental, com a melhoria das áreas degradadas e influencia o turismo, dinamizando a economia local. E mesmo sendo essa experiência um exemplo que se mostra eficiente na valorização dos parques públicos, não é repetida nas demais cidades do país.

Atualmente, além do turismo, outro papel desempenhado pelos parques públicos é a valorização imobiliária proporcionada a partir da implantação desses espaços em operações recentes de revitalização/requalificação de bairros e de áreas industriais e comerciais decadentes. No entanto, essa valorização acaba por ocasionar uma segregação social da população de baixa renda. Para Serpa (2007) os novos parques públicos que surgem como elementos de valorização do espaço urbano contribuem para um processo de substituição da população nas áreas requalificadas. Ainda segundo o autor, esses parques se tornaram álibis como forma de justificar grandes transformações físicas e sociais dos bairros afetados pelas operações de qualificação urbana. Entretanto, ao invés de integrar as relações sociais, acaba criando barreiras para a população.

Como exemplo desse tipo de valorização imobiliária, cita-se o Parque André Citroën, inaugurado em 1992, em Paris (Figuras 9 e 10). Na opinião de Clément² *apud* Serpa (2007), esta política de requalificação do espaço urbano apresenta um discurso contraditório, porque, por um lado cria novos parques, que são realmente interessantes em termos de concepção, mas, por outro lado, expulsa para a periferia os antigos habitantes dos bairros onde esses parques são implantados. Essas pessoas não possuem renda para continuar em Paris por isso são rejeitadas pela cidade.

² Entrevista concedida ao geógrafo Ângelo Serpa por Gilles Clément, que é um dos autores do Parque André Citroën. Gilles Clément é engenheiro agrônomo com especialização em paisagismo pela Escola Superior da Paisagem de Versailles.



Figura 9: Parque André Citroën. Disponível em: <http://static.panoramio.com/photos/original/853764.jpg>



Figura 10: Pessoas banhando no Parque André Citroën. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/11815776>

Outro exemplo é o Parque Industrial da Espanha, que surgiu da revitalização de uma área industrial abandonada. Em 1985, após uma série de demandas do bairro, o local da antiga fábrica foi atribuído à habitação e à criação do parque. O parque foi desenhado pelo arquiteto Luis Peña Ganhegui, em que o projeto conservava as antigas instalações da fábrica (BARCELONA, 2009).

O Parque Industrial da Espanha abrange uma ampla esplanada, formada por gramado que oferece espaço para as crianças brincarem, além de muitos bancos para o descanso dos usuários. Esta esplanada fica debaixo de uma encosta coberta com longas filas de escadas, e acima se erguem torres de farol (Figuras 11 e 12). Além existir também algumas esculturas, entre elas, um dragão, vasto e aberto, com asas e cauda que cai para o lago e pesa 150 toneladas (BARCELONA, 2009)



Figura 11: Parque Industrial da Espanha, onde se vê a escadaria e no fundo a escultura do dragão. Disponível em: <http://www.trivago.com.mx/barcelona-31965/jard%C3%ADn-bot%C3%A1nico/parque-de-la-espaa%C3%B1a-industrial-174327/fotos>



Figura 12: Destaque para as torres de farol existentes no Parque Industrial da Espanha. Fonte: Karenina Matos, 2009.

Esses novos papéis atribuídos aos parques públicos na atualidade são oriundos do processo de evolução nas concepções dos seus projetos, pois o parque deixa de representar um espaço totalmente bucólico e adquire atividades mais urbanas, entretanto, sem perder o sentido de lazer. Agora ele é um lugar onde também se desenvolvem atividades culturais. O Parque La Villette³, inaugurado em 1993, em Paris, é considerado um grande marco nessas novas concepções de projeto, este parque revolucionou o sentido do parque urbano do século XXI, tendo destaque pela sua monumentalidade e pelas atividades culturais a que se destinava atender (Figuras 13 e 14). Segundo Barcellos (2000) o Parque La Villette:

³ Segundo Macedo e Sakata (2002), o parque La Villette é um exemplo de parque temático gerido pelo Poder Público. Esse tipo de parque sempre pertence a iniciativa privada e tem como exemplo mais expressivo a Disneylândia inaugurada no ano de 1955, em Anaheim, na Califórnia onde a cenarização é extrema, em que se representam lugares reais e imaginários, na prática de uma atividade intensiva de lazer eletrônico dentro de edifícios.

Representa uma profunda ruptura com toda a experiência anterior, em especial, com todo o ideário do parque paisagístico. Sua inovação tem sido definida por alguns autores em termos de uma atitude mais positiva com relação à cidade, que se expressa numa recusa de introduzir no parque a habitual atmosfera pastoral. Atitude que deve ser entendida dentro do contexto de superação do paradigma modernista quando arquitetos e urbanista passam a abandonar certas percepções negativas com relação à cidade, as quais reforçam o sentido anti-urbano dos parques. Em função disso, o La Villette foi concebido como espaço de aglutinação social voltado para as atividades culturais, onde a presença da vegetação é bastante reduzida. Como única concessão ao modelo tradicional de parque do século 20, ele oferece apenas alguns brinquedos de formas inusitadas, mas as quadras esportivas estão ausentes (BARCELLOS, 2000, p. 56).



Figura 13: Parque La Villette. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Parc_de_la_Villette



Figura 14: Presença de água no Parque La Villette. Disponível em: www.ambafrance-co.org/spip.php?article445

Essa evolução na concepção do projeto do parque urbano é em decorrência das mudanças das necessidades das sociedades a qual este espaço está relacionado. Muitos autores avaliam e evidenciam essas várias transformações sofridas ao longo dos tempos, em que se modifica o ideário de parque paisagístico, fazendo surgir uma variedade de tipologias, em diversas situações do parque no contexto das cidades. Dentro desta lógica, Ribeiro (1997) afirma que alguns dos diversos tipos de parque urbano têm surgido, com o passar dos tempos, em virtude das diferentes situações em que têm origem:

As concepções dos parques têm mudado durante os anos, influenciadas pelas características socioeconômicas e culturais das populações e também pela localização nos aglomerados urbanos. Assim surgiram os vastos jardins contemplativos do século 19, o parque de paisagem da Grã-Bretanha, o *parkway* e os parques de vizinhança americanos, e os formais e monumentais parques urbanos franceses (RIBEIRO, 1998, p. 171).

Dentre essas várias tipologias dos parques públicos, uma nova modalidade de parque tem merecido atenção é o *waterfront*⁴ ou parque litorâneo. Barcellos (2000) explica que esta tipologia de parque tem surgido da preocupação em revitalizar periferias de núcleos urbanos.

⁴ *Waterfront* são espaços públicos implantados nas margens de lago, rio ou mar. É a área de uma cidade (como a um porto ou estaleiro) juntamente com um corpo de água. (Disponível em <http://www.pps.org/waterfronts/>. Acesso em 20. mai. 2009).

Esse modelo de parque é caracterizado como um local para o *footing* e o desfrute de vistas panorâmicas. Sendo fruto do interesse do mercado e do Poder Público (geração de postos de trabalho, renda e impostos), os parques são planejados e projetados como ponto turístico e tem atividades de lazer mais comercial, são espaços marcados por quiosques, cafés, fins restaurantes, lojas de lembranças e butiques.

Vale ressaltar que esta tipologia de *waterfront* é também associada a outras situações, que não surgiram de revitalização de áreas portuárias ou industriais abandonadas, mas da intenção de proporcionar lazer nas áreas que margeiam corpos d'água (mar, rio ou lagoa). Esta tipologia tem como propósito a melhoria da qualidade ambiental das cidades, integrando o tecido urbano com as águas e, assim, implantar espaços de lazer para seus habitantes. Proporcionam a valorização do turismo e do setor imobiliário, repercutindo, assim, na economia local, com novos postos de emprego e renda para a população.

1.4. Tipos de parques localizados às margens de corpos d'água

Dentre os vários tipos de parques públicos implantados às margens de corpos d'água, encontram-se os *riverway*, *waterfront* ou orlas, que têm ganhado cada vez mais representatividade em várias cidades do mundo, como também no Brasil.

O *riverway* ou *riverfront* se assemelha com a implantação de parques para proteger a cidade de enchentes, alagamentos e evitar a poluição das águas dos rios, além de oferecerem locais para a prática de atividades de lazer. Como pioneiros nessas ações são citados os projetos de Olmsted em Boston, Denver e Chicago no século XIX.

Spirn (1995) explica que Olmsted fez os planos de paisagismo dessas cidades interligando os parques em um desenho lógico. A implantação de parques nas margens de rios serviria não só para suprir as necessidades de lazer da população, mas também para prevenção contra as cheias e manter saudável as águas dos seus rios.

Em Chicago Frederik Law Olmsted começa a trabalhar com a ideia de *riverside*, em que se destinavam as margens de rios para ligar toda a cidade através dos denominados *parkway* (centro urbano até os subúrbios). Para conseguir isto, ele conservou a várzea e as margens do rio, bem como duas áreas abertas de montanha já existente. Já em Boston (Figura 15),

Olmsted concebeu um sistema totalmente novo de parques. Ele recomendava a aprovação imediata de áreas específicas, ao longo do rio Charles, no pantanoso *Back Bay* (fredericklawolmsted.com, 2009).



Figura 15: Riverway no rio Charles em Boston. Disponível em: <http://www.panoramio.com/map/#lt=42.353026&ln=71.089439&z=3&k=2&a=1&tab=1>

Enquanto no Brasil, que possui um extenso litoral, apresenta nas suas orlas oceânicas os seus mais significativos e prestigiados espaço de lazer. Entre outros motivos, como explica Macedo (2007), esse fato teve origem devido:

A localização das primeiras cidades, eficiência econômica, a localização de portos, das áreas industriais e de carga e a exploração dos valores paisagísticos com fins turísticos orientaram a maior parte da urbanização da orla e de suas imediações, que visavam exclusivamente a exploração das vizinhanças da praia, principal espaço de recreação da população local e de destinação turística do país (MACEDO, 2007, p. 42).

Segundo Macedo e Sakata (2002), essa estruturação de orlas marítimas, como espaços de lazer, tem início no século XX quando a população adquire o hábito de tomar banho na beira-mar. Macedo (2007) afirma que a partir dessa época:

A praia urbana é tratada de modo padrão em todas as cidades costeiras e o calçadão de praia consolida-se como uma obra urbanística e paisagística, desejável por amplos segmentos sociais e politicamente de alta visibilidade (Macedo, 2007, p. 41).

Entre os primeiros exemplos desses espaços estão os Jardins da Orla de Santos, inaugurado no ano de 1937 (Figura 16); o Aterro do Flamengo implantado em 1965 (Figura 17); e o calçadão

da praia de Copacabana em 1970 (Figura 18), os dois últimos localizados na cidade do Rio de Janeiro e de autoria do paisagista Roberto Burle Marx.



Figura 16: Orla de Santos

Disponível:<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=651347>



Figura 17: Aterro do Flamengo

Disponível:<http://guilhermefonseca.wordpress.com/2009/01/31/aterro-do-flamengo/>



Figura 18: Calçadão da praia de Copacabana.

Disponível em: <http://newsnao.wordpress.com/>

Macedo e Sakata (2002) explicam que esses tipos de parque de orla inspiraram outros locais do país a fazer uso de suas áreas de beira mar para a população, como exemplo, a Orla da Praia de Iracema em Fortaleza e a Orla da Praia de Boa Viagem em Recife, entre outros. Esses modelos também são copiados em algumas cidades que não possuem mar, servindo-se das margens de rios ou lagos para oferecer espaço de lazer para a sua população. Como exemplos, podem-se citar a Praia do Ponta Negra (Figura 19), no Rio Negro, na cidade de Manaus e o Projeto Orla (Figura 20), implantado às margens do Lago Paranoá, na cidade Brasília. Esses projetos tinham como intenção proporcionar lazer para a população e também dinamizar a economia local, criando pontos turísticos para cidades.



Figura 19: Praia do Ponta Negra – Manaus. Fonte: <http://www.panoramio.com/map/#lt=-3.107192&ln=-60.026127&z=4&k=2&a=1&tab=1>



Figura 20: Projeto Orla – Brasília, 2008.

Um exemplo significativo de *Riverway* é o *River walk* em Santo Antonio no Texas (Figura 21), que se tornou um catalisador para a revitalização da cidade. Esse espaço tem a finalidade de trazer benefícios econômicos, proporcionando um importante espaço público de atrativo para a população da cidade e para turistas. A estrutura do espaço abriga numerosos restaurantes, cafés e teatros ao ar livre. Essa estrutura proporciona uma área de variada paisagem com oportunidades para as pessoas praticarem o *jogging* ou caminhar, comer, fazer compras, e assistir a eventos ou simplesmente sentar-se tranquilamente. O Paseo del Rio, como também é conhecido, hospeda os principais eventos culturais, como também eventos comunitários da cidade. O local é a combinação de negócios, de lazer e de cultura, atraindo as pessoas em todos os momentos do dia e da semana (PPS, 2009).

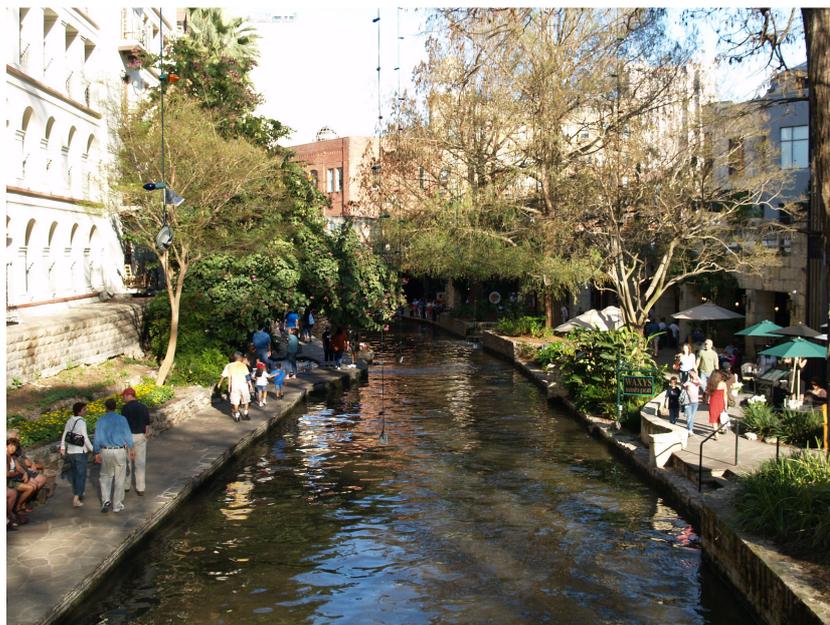


Figura 21: Santo Antonio – Texas.

Fonte: http://www.pps.org/great_public_spaces/one?public_place_id=22

A tipologia de *waterfront* trata dos parques que surgem da revitalização de áreas portuárias, estaleiros ou industriais. Estes espaços surgem baseados nos paradigmas da sustentabilidade e com a finalidade de se tornarem locais destinados ao lazer da população, promovendo também a dinamização da economia, se transformando em importantes pontos turísticos, como afirma Del Rio (2001):

Nas últimas décadas, metrópoles do mundo inteiro têm despertado para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, onde a nova fronteira é a própria cidade interior, ou seja, a concentração de investimentos e esforços para a ocupação dos vazios, a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços e a intensificação e mistura dos usos. O papel da reutilização das áreas portuárias centrais e de suas frentes marítimas é fundamental: num processo de revitalização, intervenções pontuais de qualidade e inseridas a um planejamento estratégico, tendem a gerar impactos positivos e crescentes sobre o seu entorno – o centro – e a cidade como um todo. Esse processo, bem conduzido e com um correto faseamento, leva à maximização dos investimentos e ao sucesso nos campos econômico, cultural, habitacional, turístico, recreacional, entre tantos outros que se complementam (DEL RIO, 2001, p. 1).

O principal foco do *waterfront* é a conexão física com a água, são os espaços públicos em frente ou em torno da água, bem como a interface entre a água e ruas, calçadas, espaços públicos e privados. Os *waterfronts* quando bem utilizados e geridos podem se tornar lugares vibrantes e símbolos das cidades onde estão localizados (PPS, 2009). Eles aparecem em várias cidades pelo mundo, como exemplos: o *Battery Park* de Nova York, o *Waterfront* de Seattle nos Estados Unidos, e *Puerto Madero* em Buenos Aires (Figuras 22 a 24).



Figura 22: Battery Park, Nova York. Fonte: <http://www.panoramio.com/map/#lt=40.756054&ln=-73.986951&z=4&k=2&a=1&tab=1>



Figura 23: Waterfront de Seattle <http://www.panoramio.com/photo/8167584#comment>



Figura 24: Docks de Porto Madero, Buenos Aires.
Fonte: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq054/arq054_03.asp

No Brasil, a ideia de *waterfront* aparece na cidade de Belém, sob a denominação de Estação das Docas, com a revitalização do antigo porto da capital paraense e inclui três armazéns e o terminal de passageiros. Foi aberto ao público em 2000, projetado com o objetivo de incrementar o turismo, movimentar a economia e valorizar a cultura do Estado (Figura 25).



Figura 25: Estação das Docas, Belém.
Fonte: <http://www.panoramio.com/map/#lt=-1.4550205&ln=-48.5023682&z=4&k=2&a=1>

No contexto dos parques de margens de rios, vale ressaltar ainda a experiência de Paris, que criou um parque temporário às margens do rio Sena, que tem como função principal proporcionar lazer gratuito para a população, conhecido como Paris Plages (Figura 26). A praia de Paris funciona por um mês durante o verão europeu, com uma variedade de atrações:

atividades como aulas de dança, jogos e piscina, para amenidades como cadeiras praia, cafés, nebulização mananciais (PPS, 2009).



Figura 26: Praia do Sena –Paris

Fonte:http://www.pps.org/great_public_spaces/one?public_place_id=997

No Brasil, atualmente, o Governo Federal está com um projeto denominado: Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla⁵, uma iniciativa que visa melhor gerir e qualificar as orlas litorâneas da costa brasileira. No entanto, apesar de ser um passo muito positivo, a mesma atenção ainda não é dada aos espaços livres em margens de rios ou lagos. Considerando que a estruturação dessas áreas com projetos paisagísticos contribuiria como incentivos a melhoria urbana, turística e social, valorizando o local de implantação desses parques e transformando-os em centros de integração dos diferentes segmentos sociais, além de proporcionar espaços de lazer para a população.

Sobre os parques localizados às margens de corpos d’água existe uma variada gama de denominações. Aqui no caso específico desse estudo adotou-se a denominação de parque de

⁵ O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla é uma ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG). Suas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambientais e patrimoniais, com ampla articulação entre as três esferas de governo e sociedade. Os seus objetivos estão baseados nas seguintes diretrizes: - fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço; - desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada; - valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos. (Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=11>>. Acesso em 23 abr. 2009.

beira-rio para se referir aos espaços livres estruturados para o lazer implantados às margens de rios – independente do seu formato ou programa de atividades.

Entre os recentes exemplos de parques de beira-rio no Brasil, convém mencionar: parque Mangal das Garças, projeto da paisagista Rosa Grenda Kliass, implantado às margens do Rio Guamá em Belém, com o objetivo de criar um parque naturalístico, entre lagos, vegetação típica, equipamentos de cultura e lazer (Figura 27); e Parque da Rua do Porto, localizado às margens do Rio Piracicaba, na cidade de mesmo nome, no interior paulista. O Parque da Rua do Porto contém lago, pista para exercício físico, parque infantil e um teatro de arena, além de um extenso calçadão onde estão localizados restaurantes típicos, bares, o Casarão do Turismo e a Casa do Artesão (Figura 28).



Figura 27: Mangal das Garças – Belém. Disponível em:
<http://www.panoramio.com/map/#lt=-1.455021&ln=-48.502368&z=4&k=2&a=1&tab=1>



Figura 28: Parque da Rua do Porto, Piracicaba. Disponível em:
<http://www.indicapira.com.br/padrao.aspx?texto.aspx?idcontent=1260&idContentSection=1827>

Esses dois parques representam apenas uma amostra do grande potencial existente no território brasileiro, em que a estruturação de seus espaços em margens de rios, principalmente em cidades que não dispõem de litoral como local de lazer, representam um espaço por excelência para a implantação de parques de beira-rio.

Considerando-se que os rios urbanos são espaços sensíveis às ações antrópicas, é necessário entender a legislação a respeito da implantação de parques às margens de rios.

1.5. Compatibilidade entre os Parques de Beira-Rio e a legislação pertinente

Com o presente trabalho busca-se compreender os usos existentes nos parques de beira-rio e para isso faz-se necessário entender sobre as legislações que regem a apropriação desses espaços livres pela população em área urbana. Sendo as principais: o Código Florestal Brasileiro, 4.711/1965 e a Resolução CONAMA 369/2006.

Pelo Código Florestal Brasileiro - Lei Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965 – estabelece-se as Áreas de Preservação Permanente (APPs), que corresponde ao inciso dois do parágrafo primeiro, desta lei:

II - área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas [...] (BRASIL, 1965)

No artigo 2º desta lei estão delimitadas as áreas de preservação permanente em relação às larguras dos cursos d'água:

Art. 2º - Considera-se área de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

- 1) De 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- 2) De 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- 3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 500 (quinhentos) metros de largura;
- 5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

Parágrafo único

No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo (BRASIL, 1965).

Nas APPs, definidas pelo Código Florestal de 1965, não é permitido nenhum tipo de intervenção antrópica, visando à preservação do meio ambiente natural. Entretanto, como não foi pensado um uso que harmonizasse a vida urbana e o meio ambiente, essas áreas ficaram expostas a todo tipo de ação antrópica, apresentavam uso restrito e não tinham uma

fiscalização condizente com essas restrições. Dessa forma, ficaram sujeitas a qualquer uso, principalmente às invasões, causando assim prejuízos imensuráveis ao meio ambiente.

Segundo Servilha et al. (2007), esse excesso de restrições impostas na legislação ambiental que regulamenta a proteção das APPs mostrou-se ineficaz no controle do uso do solo, principalmente em contextos urbanos, nos quais a dinâmica da paisagem é constante, ocasionando diversos conflitos. Tais conflitos ocorrem, então, em consequência das novas funções recriadas para estes espaços, que não atendem mais o objetivo preservacionista das legislações protetoras, criadoras das áreas de preservação permanente, como por exemplo, as estruturas espaciais das paisagens nas margens dos rios urbanos, que vêm sendo alteradas em função da dinâmica de ocupação e uso do solo.

Pensando num uso mais racional para estas áreas, com uma utilidade que fosse viável a esses espaços marginais a corpos d'água, existente na zona urbana, foi criada a Resolução CONAMA Nº 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em APP, designando em seu artigo 8º, no parágrafo 1º e 2º, inciso III, alguns usos:

§ 1º Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização.

§ 2º O projeto técnico que deverá ser objeto de aprovação pela autoridade ambiental competente, poderá incluir a implantação de equipamentos públicos, tais como:

- a) trilhas ecoturísticas;
- b) ciclovias;
- c) pequenos parques de lazer, excluídos parques temáticos ou similares;
- d) acesso e travessia aos corpos de água;
- e) mirantes;
- f) equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte;
- g) bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos; e
- h) rampas de lançamento de barcos e pequenos ancoradouros. (BRASIL, 2006).

Essa resolução é um primeiro momento para tentar harmonizar o uso racional das áreas de APP, pois tais espaços se não forem ocupados com algo que permita uma troca para a população, acabam sendo ocupados de forma irregular causando sérios danos ao meio ambiente.

Para Mello (2008) a proteção dos recursos hídricos de uma cidade depende do valor que os cidadãos lhe atribuem. A autora propõe uma correlação entre o grau de urbanidade dos espaços de margens e o grau de valorização dos corpos d'água pela população, estabelecendo-

se um vínculo entre os atributos da configuração espacial e a proteção dos recursos ambientais. Neste sentido, de utilidade real e palpável, por exemplo, um parque de beira-rio, a população passa a olhar estes espaços como pertencentes a todos.

Segundo Barcellos, Rodrigues e Silva (2007), a Resolução CONAMA 369/ 2006 é um passo positivo no sentido de adequar o Código Florestal Brasileiro à realidade urbana, ao possibilitar a implantação de obras essenciais de infraestrutura destinadas a serviços públicos de transporte, saneamento e energia, bem como a utilização das APPs para as atividades de lazer público, desde que observadas às exigências previstas.

O que se pode analisar desses conflitos sobre o uso das áreas de APPs é que estes espaços devem ser visualizados na paisagem urbana das cidades, pois eles estão inteiramente integrados a ela. Essas áreas devem ter um uso estabelecido, que crie vínculos com a população. Neste sentido, acredita-se que o uso mais racional nas áreas de APPs, promova a criação de parques de beira-rio destinados ao lazer.

1.6. A importância do lazer

Para este estudo, entende-se parque de beira-rio como uma opção de lazer para a comunidade em que ele se encontra inserido. A partir do princípio de que o lazer é uma atividade necessária ao desenvolvimento dos seres humanos, procura-se, desta forma, esboçar um entendimento sobre a importância do lazer para os cidadãos.

Conceitualmente, o lazer, segundo Gaelzer (1979), é a harmonia individual entre a atitude, o desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo, um estado mental ativo associado a uma situação de liberdade, de habilidade e de prazer.

Desta forma, entende-se que o lazer é a atividade praticada no tempo livre, entretanto, ele vai além de um mero descompromisso, pois a atividade de lazer contribui para o desenvolvimento psíquico e intelectual do ser humano.

Historicamente, o lazer passa a ter destaque como necessidade básica, a partir da Revolução Industrial, no início do século XVIII. Segundo De Massi (2001), a relação entre o trabalho fabril, a classe operária, os direitos trabalhistas e o tempo livre passaram a ser discutidos pela sociedade, acontecendo concomitantemente o crescimento urbano, a revolução tecnológica, as

facilidades de locomoção e de comunicação, o que possibilitaram aos operários um aumento de tempo livre.

No entanto, é com a modernidade que ele ganha notoriedade, pois as práticas de lazer se tornam uma preocupação de domínio público. O lazer torna-se uma atividade de massa, devido ao crescimento acelerado da população urbana, necessitando-se de uma política ampla de planejamento do lazer, evidenciando-se, assim, a sua importância e as preocupações urbanas para a democratização de acesso ao lazer.

Para Dumazedier (1976) existem três funções básicas do lazer: o descanso, o divertimento – este dividido em recreação e entretenimento – e a função de desenvolvimento do próprio ser, pois se trata de uma atividade descompromissada, com a finalidade principal de satisfação pessoal, com um fim em si mesma. Neste sentido, a atividade de lazer deve ser priorizada, pois ela tem o papel de contribuir para a formação e desenvolvimento sadio de cada indivíduo, sendo que é na atividade de lazer que o indivíduo tem a oportunidade de estimular de forma livre suas potencialidades intelectuais.

Medeiros (1971) afirma que as atividades de lazer influem tanto no ser individual como na relação entre eles, pois o homem vive em sociedade e necessita interagir com outras pessoas para evoluir, sendo que, à medida que o lazer proporciona evolução pessoal como cidadão, também melhora sua relação com as demais pessoas. Esta necessidade de interação entre os indivíduos ocorre porque o homem vive em sociedade e possui preferências que não se subordinam exclusivamente a atitudes pessoais, propiciando, assim, ao ser humano o seu desenvolvimento tanto individual quanto social. Neste sentido, as atividades de lazer praticadas nos parques também proporcionam a interação entre diversos grupos de pessoas, pois esses espaços são locais de uso comum a todos os cidadãos.

O lazer pode ser exercido de diversas maneiras, como a recreação, as atividades esportivas, o turismo, entre outros. Segundo Gomes (2008), a recreação seria o lazer em sentido lúdico, uma experiência na qual o indivíduo participa por escolha devido ao prazer e à satisfação pessoal que obtém diretamente dela.

Dumazedier (1976) destaca os valores específicos da recreação em cada fase da vida: na idade infantil, a recreação tem finalidade pedagógica; na juventude, a recreação tem finalidade formativa da personalidade e na idade madura, esta deve ter uma finalidade compensadora. Os objetivos da recreação segundo este autor são: preparar o cidadão para aprender a viver em

liberdade, educar para o tempo livre, manter a saúde integral, formar a personalidade e adaptação social e promover a liderança. Portanto, a recreação se faz fundamental dentro das atividades de lazer, pois é na prática da recreação que o indivíduo tem a oportunidade de construir e desenvolver suas habilidades humanas.

Neste contexto, o lazer torna-se deficiente quando há falta de condições para sua prática. Ele deve estar alicerçado em políticas públicas, as quais, por sua vez, devem estar direcionadas para o seu desenvolvimento na cidade, por meio da atuação de planejadores e urbanistas. Pode-se citar, como exemplo das infraestruturas urbanas que subsidiam o lazer, o transporte coletivo, que viabiliza a locomoção e possibilita o acesso aos locais de lazer disponíveis na cidade.

Marcellino (2002) afirma que a conexão entre as políticas de lazer com as demais áreas socioculturais, aliados à animação e à manutenção de equipamentos de lazer e de esporte são a garantia de opção de lazer. Falar de uma política de lazer significa falar de uma política mais complexa, de reordenação do solo urbano, incluindo os espaços e equipamentos de lazer, o que engloba a moradia e seu entorno.

No entendimento que o lazer é uma atividade indispensável ao desenvolvimento sadio do ser humano, com várias maneiras de ser desempenhado, necessitando de políticas públicas que incluam toda população. Pode se dizer que uma opção para disponibilizar lazer gratuito e acessível para as pessoas é a organização de parques públicos destinados a essa finalidade, pois estes espaços quando bem estruturados podem proporcionar uma variedade de alternativas de lazer aos cidadãos.

2. TERESINA E SEUS PARQUES PÚBLICOS

Neste capítulo explica-se a situação dos parques públicos da cidade de Teresina e está dividido em duas partes: a primeira parte trata de uma forma geral do contexto urbano de Teresina, explicando como ele se constituiu para que se entenda a sua atual condição; a segunda parte trata da inserção dos parques públicos no seu tecido urbano.

2.1. Teresina

Teresina, capital do estado Piauí, está situada na região Nordeste do Brasil, próxima à linha do Equador, com as seguintes coordenadas: 5°05'12" de latitude sul e longitude oeste de 42°48'42" (IBGE, 2009). Essa proximidade com a linha do equador contribui para as altas temperaturas a que a cidade está sujeita durante todo o ano. Está localizada em uma estratégica posição geográfica, o que facilitou o comércio e o desenvolvimento do Estado (Figura 29)

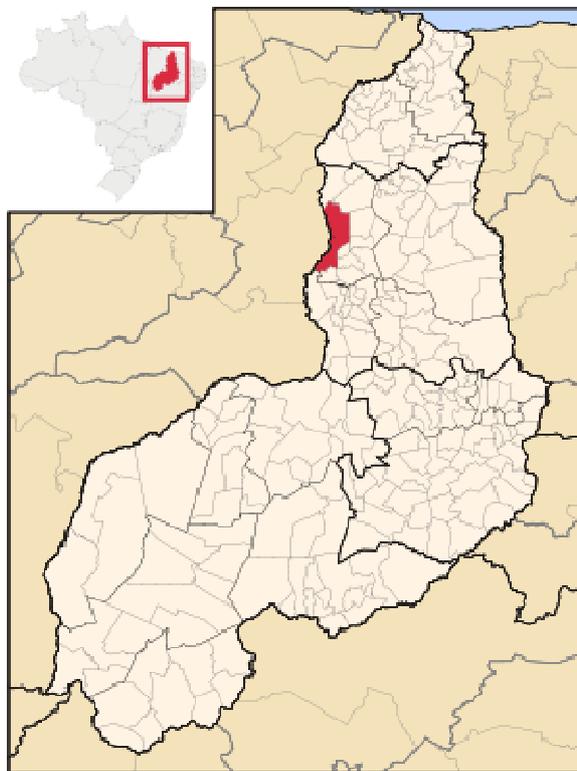


Figura 29: Localização da cidade de Teresina no mapa do Piauí.
 Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teresina>. Acesso em 12.10.07

2.1.1. Evolução Urbana de Teresina

Aqui é discutida a história da urbanização de Teresina: seu início e o processo de evolução urbana que formaram a atual dinâmica da cidade. Essa história é abordada para que se tenha compreensão do processo de formação desta cidade e qual a relação com a implantação dos seus parques públicos.

Teresina foi construída entre dois rios: Poti e Parnaíba. A cidade possuía um traçado urbano inicial semelhante ao formato de um tabuleiro de xadrez⁶. Inaugurada no ano de 1852, foi à primeira cidade brasileira planejada em traçado geométrico, onde os logradouros foram estabelecidos em linhas paralelas, simetricamente dispostos, todas partindo do rio Parnaíba rumo ao rio Poti (Figuras 30 e 31)

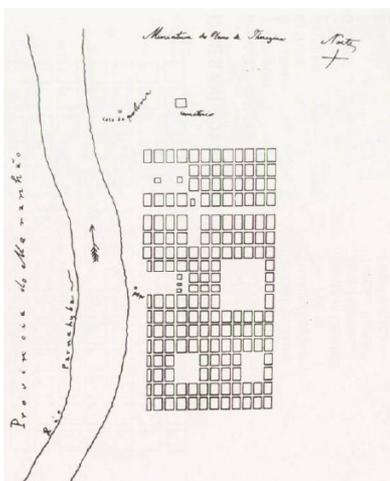


Figura 30: Mapa do Núcleo original de Teresina.

Fonte: Secretaria de Planejamento Urbano de Teresina.



Figura 31: Imagem de satélite do atual centro de Teresina. Fonte: Google Earth. Acesso: 23. Mar. 2009.

Em 1866 a cidade recebeu iluminação pública a querosene. De 1888 a 1906 implantou-se a rede de águas e esgotos. A iluminação elétrica surgiu em 1910 e o calçamento das ruas em 1929. Na década de 1950 a cidade era o principal centro econômico do sertão dos estados de Piauí e Maranhão. Na década de 1960, consolidou-se o sistema viário com a abertura de

⁶ A cidade de Teresina foi construída na segunda metade do século XIX, a partir de 1850, nas terras da Fazenda Chapada do Corisco, onde o presidente da província, Conselheiro José Antônio Saraiva, com a colaboração do mestre de obras português, José Isidoro França, deram início às primeiras obras públicas da cidade (Barbosa, 1994).

grandes avenidas e se iniciou a ocupação da zona além do rio Poti. Na década de 70 a cidade tem um explosivo crescimento populacional (BARBOSA, 1994).

Os primeiros espaços públicos de Teresina foram praças implantadas no Plano Saraiva⁷. Essas praças foram construídas para atender as necessidades de lazer cotidiano da população da época. Atualmente, com a evolução urbana de Teresina elas assumiram novas funções. Possuem entorno basicamente comercial e, são usadas para manifestações culturais. Essas praças são espaços consolidados que fazem parte da história da cidade, além de representarem a imagem do seu centro urbano.

Em Teresina, em nenhum momento, a criação de parques públicos foi articulada ao crescimento da cidade. Esses parques surgiram ocasionalmente, sem nenhum planejamento.

Os rios são elementos intrínsecos ao tecido urbano de Teresina, porém, nunca foram considerados objetos de políticas públicas. Por isso, o seu potencial como local de interesse público para a implantação de parques demorou a ser percebido, considerando que as políticas públicas eram voltadas para solucionar os problemas com escassez de habitação.

Façanha (1998) explica o crescimento urbano recente de Teresina a partir de cinco temas, que caracterizam o processo e as formas espaciais existentes na cidade. Ressalta-se, que para efeitos didáticos deste estudo, esses temas são aqui denominados de momentos: aparecimento dos conjuntos habitacionais; processo de descentralização das atividades comerciais, de serviço e industriais e formação dos núcleos secundários destas atividades; mapeamento de favelas realizado pela Prefeitura Municipal de Teresina; construção de espaços de segregação da população de alto *status*; e processo de verticalização da cidade. Em nenhum desses momentos o Poder Público se preocupou em aliar ou, ao menos, relacionar a evolução urbana da cidade a seus parques públicos, somente a partir do quinto momento são percebidos indícios de estruturação dos espaços de margens dos rios, surgindo assim, os primeiros parques de beira-rio lineares destinados a práticas cotidianas de lazer. A caracterização desses momentos é discutida a seguir.

⁷ Plano Saraiva é como é conhecido o primeiro plano urbanístico traçado pra a implantação da cidade, por ter sido Antônio Saraiva, governador da província, responsável pela sua construção.

O aparecimento dos conjuntos habitacionais⁸ em Teresina marca o princípio da sua expansão urbana. Segundo Braz e Silva⁹ (2004), a maioria dos conjuntos habitacionais foram implantados em zonas periféricas contribuindo para a segregação social e geográfica. Essa política habitacional sempre priorizou o número de habitações em detrimento de sua integração às áreas públicas.

Vale ressaltar que os espaços públicos que surgiram nesses conjuntos habitacionais eram fragmentados e a sua manutenção, por parte do Poder Público, deficiente. Muitas destas áreas não foram implantadas em razão das péssimas condições físicas do terreno e acabavam por ser invadidas ou transformadas em depósito de lixo (BRAZ e SILVA, 2004).

O segundo momento – o processo de descentralização das atividades comerciais, de serviço e industrial¹⁰ – se deu encadeado à expansão da cidade pelos conjuntos habitacionais. Segundo Façanha (1998), o surgimento dos conjuntos habitacionais foi o início do aparecimento dos novos núcleos de comércio, que influenciaram a abertura de grandes vias e os avanços nos meios de transporte para a articulação das diversas zonas da cidade.

No terceiro momento é analisado o mapeamento das favelas feito pelo Poder Público municipal. De acordo com Façanha (1998) entre os anos de 1991 e 1993¹¹ as favelas de Teresina cresceram um percentual de 151,79%. Entre os anos de 1993 e 1996¹², por sua vez, as favelas expandiram-se com um percentual de apenas 5,67%, em relação ao censo anterior. Essa redução da proliferação de favelas se deve a política habitacional desenvolvida pelo governo municipal. Política esta que também contribuiu para o espalhamento do tecido urbano de Teresina, pois o governo retirava as famílias das áreas de risco para conjuntos

⁸ A construção de conjuntos habitacionais, nas áreas periféricas das cidades, possibilitou o espraiamento da malha urbana, tornando-se um forte indutor de expansão física das cidades. Compreender essa forma espacial em Teresina possibilita apreender a própria evolução urbana da cidade. Tal processo espacial foi decorrente da ação de diversos agentes sociais produtores do espaço urbano, principalmente do Estado, no âmbito federal, estadual e municipal (FAÇANHA, 1998).

⁹ Sobre conjuntos habitacionais em Teresina ver Braz e Silva (2004)

¹⁰ Segundo Façanha (1998), a descentralização é um processo que ocorre quando a área central de uma cidade capitalista chega a um momento de esgotamento, no seu processo de evolução. Fazendo com que várias atividades de comércio, serviços e indústria fiquem localizadas em outras áreas da cidade, distante da área central.

¹¹ Em 1993, a Prefeitura Municipal de Teresina - PMT, através do primeiro Censo de Vilas e Favelas, registrou a presença de 141 favelas, com 14.077 moradias que abrigavam 14.542 famílias, totalizando 67.503 pessoas que representavam 10,52% da população do município (FAÇANHA, 1998)

¹² O segundo Censo de Vilas e Favelas, realizado em 1996, já detectou a existência de 149 favelas na cidade, com 24.845 domicílios, abrigando 25.775 famílias e uma população de 94.617 habitantes, representando 12,83% da população do município que contava com uma população estimada, nesse período, em 737.450 habitantes (FAÇANHA, 1998).

habitacionais de interesse social construído em áreas mais periféricas da cidade, localizadas depois do rio Poti, na extremidade norte do tecido de urbano de Teresina¹³.

No quarto momento, Façanha (1998) discute a produção dos espaços de segregação da população de alto *status* da cidade que, como em qualquer lugar, são as áreas que mais recebem investimentos financeiros, tanto públicos quanto privados. No caso de Teresina, a partir das décadas de 1960 e 1970, a concentração da população de alto poder aquisitivo ocorreu na zona leste, mas especificamente na área próxima ao rio Poti. Esta área é a que possui a infraestrutura urbana de melhor qualidade e a mais bem equipada quando comparada ao restante da cidade e, atualmente, é a região que possui os maiores valores do solo urbano.

O quinto momento que caracteriza a evolução urbana da cidade é o processo de verticalização¹⁴, pelo surgimento de edifícios de alto padrão construtivo, para uma classe de alto poder aquisitivo de Teresina, que desde a década de 1980 iniciou um expressivo crescimento. O processo de verticalização iniciou-se próximo à margem esquerda do rio Poti, após beneficiamento da infraestrutura da área, com a pavimentação das ruas, instalação de redes de saneamento e construção das Avenidas Marechal Castelo Branco e Barão de Castelo Branco; o que tornou a área um atrativo para grandes investimentos imobiliários, que resultaram na concentração dos edifícios residenciais de luxo em Teresina (DIAS, 2003).

Nesse mesmo período foi construído o Parque Potycabana, um grande empreendimento que tinha por finalidade simular a praia para os teresinenses, com piscinas de ondas artificiais, localizado em frente aos edifícios de luxo, mas na outra margem do rio Poti (ARAÚJO, 1993 *apud* DIAS, 2003). É nesse cenário que, também, surgem os primeiros parques lineares destinados a práticas de exercícios às margens dos rios. Como observa Araújo (1993) *apud* Façanha (1998), na Avenida Marechal Castelo Branco, em frente aos edifícios de apartamentos, existe uma área destinada à prática de caminhadas, reproduzindo, na beira do rio Poti, uma paisagem típica de cidades litorâneas, “Orla do Poti”.

¹³ Em parceria com a Caixa Econômica Federal, o Governo Municipal de Teresina financiou a compra de material de construção para habitação de interesse social. Sendo a construção em regime de mutirão, em que as pessoas construíam suas próprias casas. Nessas condições surgiram os conjuntos Parque Wall Ferraz, Parque Brasil I, Parque Brasil II e Parque Francisca Trindade. A implantação desses conjuntos na região norte, além do rio Poti, contribuiu para o aumento do perímetro urbano da cidade.

¹⁴ Segundo Somekh (1997) *apud* Dias (2003), verticalização é a multiplicação efetiva do solo urbano, possibilitada pelo uso do elevador. A essa idéia associam-se a característica da verticalidade, o aproveitamento intensivo da terra urbana (densidade) e padrão de desenvolvimento tecnológico do século XX, demonstrando-se a relação verticalização/adensamento.

Esses cinco momentos refletem o processo de evolução urbana de Teresina, estabelecidos pelas características sociais de sua população, ou seja, pelas relações dos agentes sociais que formam a cidade. Façanha (1998) resume estes momentos na ordem específica de ocorrência tanto pelo crescimento físico quanto pelo crescimento socioeconômico da cidade:

Os agentes sociais ao tentarem construir suas identidades - enquanto grupo social - produziram, ao longo do tempo, formas espaciais que representam suas próprias identidades territoriais. No primeiro período, vale destacar a proliferação dos conjuntos habitacionais que foram importantes para o crescimento físico da cidade. A formação dos núcleos de comércio, serviço e indústrias refletiu o próprio crescimento comercial e espacial da cidade. Vale ainda frisar que os processos e as formas espaciais, a exemplo das favelas, das áreas de segregação de alto status e das áreas verticalizadas, encontravam-se em formação, mas já sinalizavam, no tecido urbano, a presença de novas paisagens, que representavam novos usos do solo urbano, ou seja, novas formas de apropriação da terra urbana (FAÇANHA, 1998, p. 148).

Como discutido por Façanha (1998), Dias (2003) e Braz e Silva (2004) percebe-se que o processo de formação espacial de Teresina foi configurado pela necessidade por moradias em que a construção dos conjuntos habitacionais¹⁵ teve significativa participação. O crescimento urbano da cidade ocorreu a princípio de forma linear, no sentido norte e sul, ocasionado pela barreira natural do rio Poti, contudo, as crescentes necessidades por moradia devido ao aumento populacional fez a cidade se estender além do rio Poti, formando as zonas leste e sudeste, como se pode visualizar na planta esquemática da figura 32, que mostra a evolução do tecido urbano de Teresina.

¹⁵ A maioria dos conjuntos habitacionais de Teresina foi construída pela Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI).

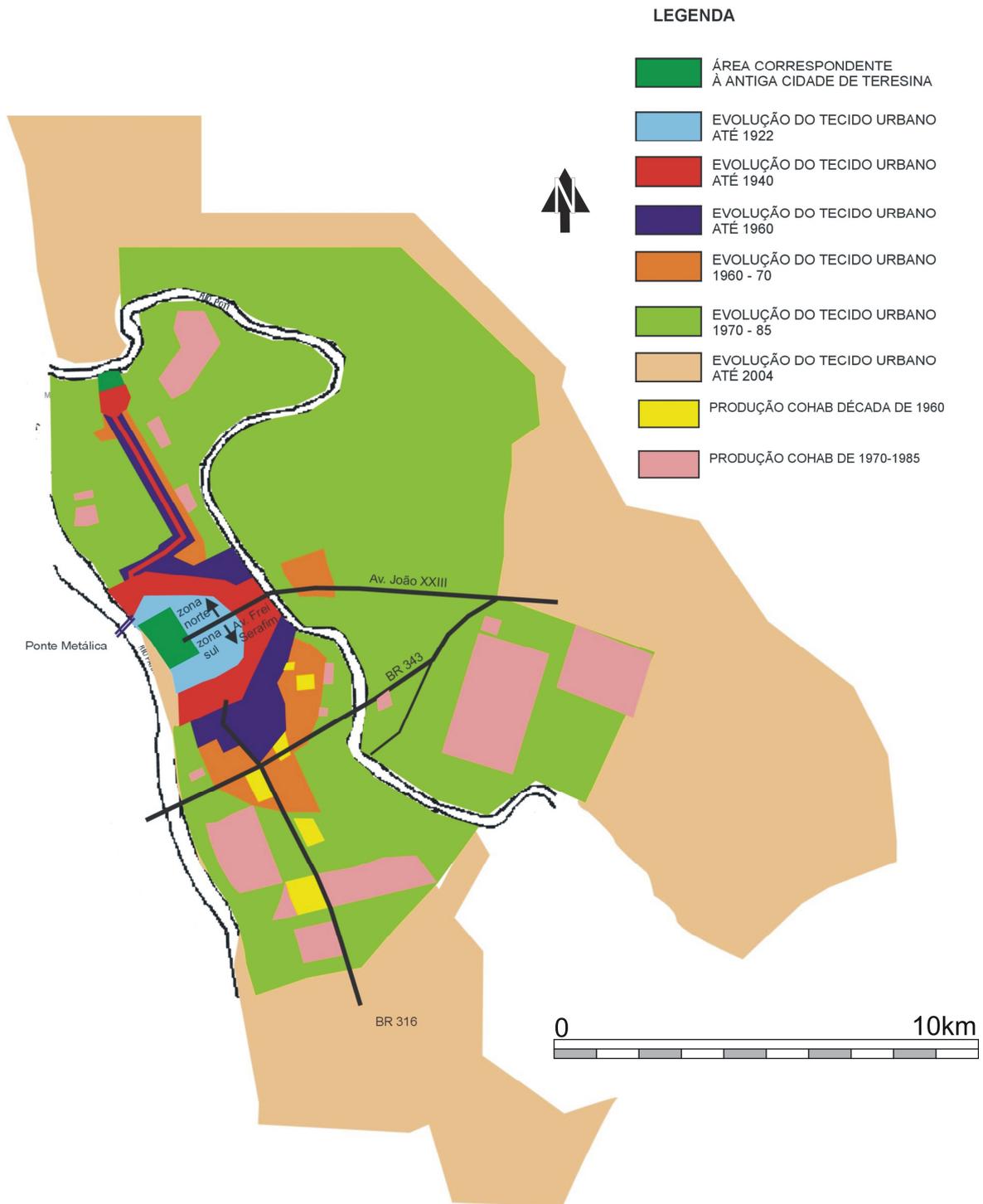


Figura 32: Planta esquemática do crescimento urbano de Teresina, em que se percebe a evolução da cidade desde seu núcleo inicial até o ano de 2004, representando a sua atual forma urbana, bem como, se percebe as principais vias que influenciam o avanço, e fazem a conexão, do seu tecido urbano. Destaque para a construção dos conjuntos habitacionais de 1960 a 1985, que muito contribuíram para a expansão das periferias de Teresina. Fonte: Braz e Silva, 2004.

No processo de evolução urbana de Teresina, em nenhum momento é percebida a preocupação com o planejamento dos espaços públicos para a organização do seu tecido urbano. Diante das necessidades mais urgentes da população, sempre se deixou de lado as preocupações com seus espaços livres, pois não se interagiu a expansão da cidade com seus parques públicos, esses espaços foram surgindo ao acaso, em consequência das atuais necessidades de proteção de seus espaços livres e das necessidades de lazer da sua população.

Segundo essa análise, observa-se que as margens de rios só começam a ganhar importância como espaço livre de lazer com a necessidade de atender a uma classe mais favorecida economicamente. Essa parcela da população teresinense começa a morar em edifícios de apartamento de luxo às margens do rio Poti, por conseguinte, veem no espaço de beira-rio um ambiente de *status* que imite o calçadão de uma praia, usado para práticas de caminhada, onde possam ver e ser vistos. Foram frutos desse processo o Parque Ambiental Poti I e o Parque Ambiental Ilhotas, localizados à margem esquerda do rio Poti onde se iniciou o processo de verticalização. Atualmente esse processo de verticalização é mais intenso na margem direita deste rio, o que contribuiu para a implantação do Parque Ambiental Beira Rio.

2.1.2. Dinâmica Urbana de Teresina

A Prefeitura Municipal de Teresina, para efeito de ações administrativas, divide a cidade em quatro zonas urbanas (centro-norte, sul, leste e sudeste), que são gerenciadas pelas Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU), existindo uma para cada zona da cidade, respectivamente: SDU centro-norte, SDU sul, SDU leste e SDU sudeste (Figura 33). Essas superintendências são responsáveis pelo desenvolvimento urbano na zona a qual estão relacionadas, atuando nos serviços urbanos, obras e serviços de engenharia, habitação, urbanismo, controle e fiscalização das Posturas do Município.



Figura 33: Imagem de satélite que mostra a área de abrangência das SDUs – Centro-Norte, Sul, Leste e Sudeste.
Adaptado Google Earth

Teresina possui atualmente uma área de 1.756 km² de extensão, que abriga uma população de 779.939 habitantes (IBGE, 2009), distribuídas nas quatro zonas que compõem a cidade, sendo que a zona com maior população é a centro-norte, com 32% da população teresinense (Gráfico 1).

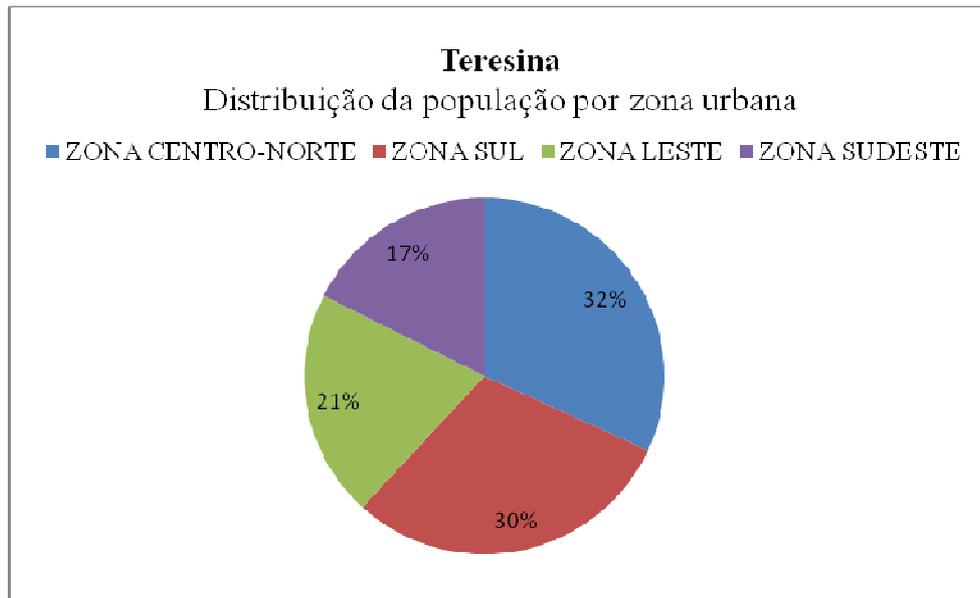


Gráfico 1: Distribuição da população de Teresina por zona urbana. Adaptado Teresina (2009).

A cidade de Teresina está localizada em um ponto privilegiado no meio norte do Brasil e por estar no interior do estado é a única capital nordestina que não é banhada pelo mar. Esses aspectos aliados à facilidade de acesso e aos baixos custos tornam a capital um importante centro de turismo de negócios. Teresina é uma capital com ares de cidade do interior e, como toda cidade em eixo de conectividade com outras cidades importantes, está em constante crescimento urbano.

Devido ao ritmo acelerado, o crescimento urbano de Teresina é descontínuo e sem planejamento; cresce espalhada, todavia articulada pelo seu sistema viário. A abertura de avenidas largas e extensas, por conseguinte, a instalação de comércio e serviços ao longo das mesmas, foram fatores determinantes para a articulação da cidade.

Outro aspecto que contribui para a conectividade de Teresina, como observa Matos (2003), é que o centro da cidade, apesar de perder concentração devido à expansão urbana, ainda exerce forte influência na população, continuando como um ponto de atração urbana, fazendo com que a população queira morar próximo a ele, devido às facilidades de acesso a qualquer parte da cidade.

É importante compreender as características urbanas e sociais de cada uma dessas zonas urbanas, a fim de entender o modo de vida da população e como estas características influenciam no uso dos espaços públicos, principalmente dos parques de beira-rio. Assim, faz-se uma explanação da dinâmica urbana existente em cada uma das suas zonas.

Zona Centro-Norte

Foi na zona centro-norte que se iniciou o primeiro aglomerado populacional de Teresina, uma vila de pescadores que sobrevivia da pesca nos rios Poti e Parnaíba, hoje bairro Poti Velho.

É nesta zona, especificamente no bairro Olarias, que ocorre o encontro dos rios Poti e Parnaíba e conseqüentemente essa área próxima aos rios é a de cota de nível mais baixa da cidade. Com isso a região centro-norte apresenta um aglomerado de lagoas¹⁶, o que a deixa bastante vulnerável a alagamentos, principalmente, no período das chuvas, entre dezembro e maio.

Na área central desta zona, distante da região do encontro dos rios, foi implantado o Plano Saraiva, em 1952, área que hoje corresponde ao bairro Centro e, desde a inauguração da cidade, é onde está localizada a sede do centro político administrativo municipal.

As tipologias de moradias nesta zona variam desde casas simples de lotes pequenos, conjuntos habitacionais, residências de alto padrão construtivo, até edifícios de apartamento de luxo.

Na zona centro-norte existem poucos exemplos de parques públicos com estrutura para o lazer, no entanto, esta é a zona que mais apresenta parques públicos, como será visto mais adiante. Como já mencionado, entre as quatro zonas da cidade é a que apresenta o maior número de habitantes (32% da população teresinense), segundo censo 2000, a população residente nesta zona era de 222.479 habitantes. Outra característica observada nesta região é a má distribuição de renda: o bairro Frei Serafim apresenta uma renda média mensal do responsável pelo domicílio de R\$ 4.859,56, enquanto o bairro Olarias apresenta apenas R\$ 197,62 (TERESINA, 2009).

¹⁶ Essa região abriga 34 lagoas, algumas naturais, outras artificiais, com profundidades e dimensões variadas. Essas lagoas compõem um sistema natural de acumulação de água. Todas recebem águas de chuvas e de um sistema integrado de drenagem composto de vias, canais e galerias, totalizando cerca de 10 km² de área de captação. Porém, o processo contínuo e desordenado de ocupação, acompanhado da impermeabilização dos bairros pela construção de novas habitações e da implantação de calçamento das vias com pedras poliédricas, os problemas de inundação, proporcionados por precipitação, proporcionam efeitos gravíssimos na região (MOURA e LOPES, 2005). Atualmente na área dessas lagoas está sendo implantado o Programa Lagoas do Norte, em que a Prefeitura de Teresina visa à implantação de um grande complexo paisagístico com fins de lazer e turismo para o local. Com o objetivo de qualificar estas áreas degradadas pelas ocupações irregulares.

No intuito de se exemplificar as diferenças socioeconômicas da população de Teresina utilizou-se de gráficos¹⁷ de distribuição da renda média mensal do responsável pelo domicílio e população residente na zona. No gráfico é possível notar que quase 50% dos habitantes da zona centro-norte apresentam uma renda mensal abaixo de três salários mínimos e apenas 23% tem renda superior a seis salários mínimos (Gráfico 2).

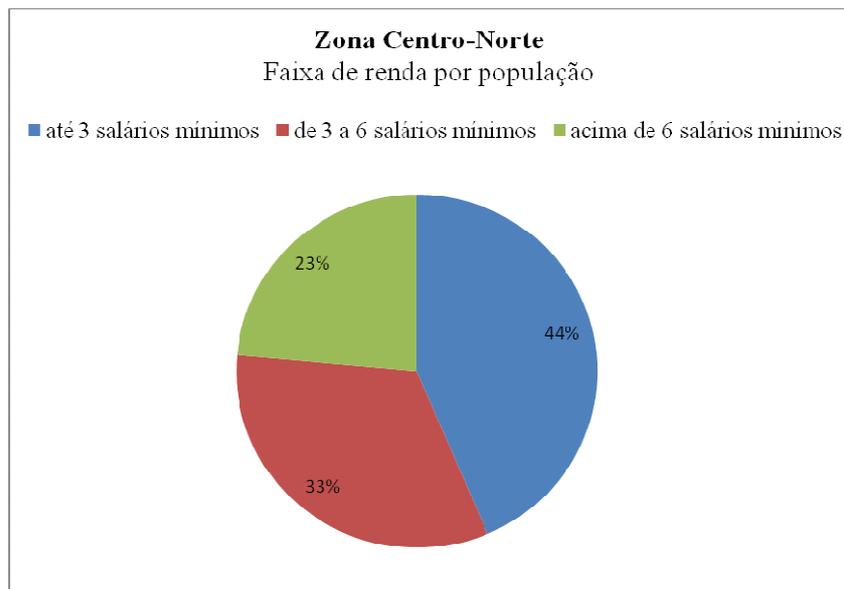


Gráfico 2: Faixa de renda média mensal do responsável pelo domicílio pela população residente na zona centro-norte. Adaptado TERESINA, 2009.

O bairro Frei Serafim, cuja renda é a mais elevada desta zona, se caracteriza pelo aparecimento dos primeiros edifícios residenciais de alto padrão construtivo. É também onde surgiram as primeiras estruturações das margens de rios para a implantação de parques de beira-rio em formato linear (Parque Poti I e Parque Ambiental Ilhotas); apresentando calçadões e barras de malhação para a prática de exercícios e um lugar para ver e ser visto, de modo a atender a classe mais favorecida economicamente.

¹⁷ O gráfico está baseado nos dados do IBGE de 2000, em virtude de não ter tido acesso a dados mais recentes sobre a população teresinense. O salário mínimo levado em consideração para a análise também foi o do ano de 2000. Foi elaborado um gráfico para cada zona da cidade.

Zona Sul

A zona sul foi a primeira zona de expansão de Teresina. Esta região teve início com a construção dos conjuntos habitacionais. Apesar de ser uma região consideravelmente longe do centro urbano, apresenta muita conectividade com a área central da cidade, conectividade favorecida por sua malha viária.

As tipologias das moradias são basicamente residências térreas em consequência da padronização dos conjuntos habitacionais. Porém, como em toda a cidade, aparecem também residências de alto padrão construtivo e também presença de favelas.

A região sul, segundo o censo 2000, apresenta uma população de 209.327 habitantes. É a segunda maior zona em termos de população, só é menor que a zona centro-norte. Apesar da maioria da população apresentar um baixo poder aquisitivo, também existe discrepância na distribuição de renda nessa zona, como em todas as demais zonas da cidade. O bairro Triunfo é o que apresenta maior renda média mensal do responsável pelo domicílio, com R\$ 1.412,27, enquanto o bairro Areias possui uma renda de R\$ 240,51 (TERESINA, 2009).

No gráfico percebe-se que 46% da população desta zona apresentam uma renda média de até três salários mínimos, sendo que apenas 11% da população possuem renda acima de seis salários mínimos (Gráfico 3).

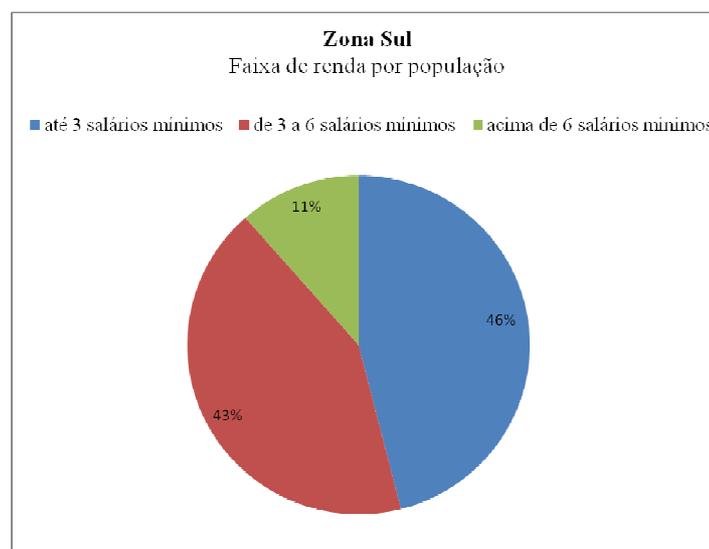


Gráfico 3: Faixa de renda média mensal do responsável pelo domicílio pela população residente na zona sul. Adaptado TERESINA, 2009.

Na zona sul os parques públicos são pouco expressivos. Os espaços públicos de maior representatividade são as praças oriundas da implantação dos conjuntos habitacionais, que com o passar do tempo foram se consolidando e sendo apropriadas pelos moradores e, hoje, atendem a população do bairro em que se encontram inseridas. O único parque ribeirinho que existe nesta zona é o Parque Ambiental Prainha.

Zona Leste

A zona leste é a zona que possui o maior poder aquisitivo da cidade, principalmente o núcleo inicial formado próximo à margem direita do rio Poti. Mas, também, apresenta uma periferia bem diferenciada, com baixo poder aquisitivo.

Os reflexos disso são os investimentos concentrados na área mais rica da cidade. A área nas proximidades da margem direita do rio Poti é a que mais recebe investimentos e, conseqüentemente mais cuidados com seus espaços públicos, mais segurança etc., ao contrário do que acontece em sua periferia, onde a população é carente de espaços públicos estruturados para o lazer. A periferia dessa zona é aquela que, atualmente, mais necessita de investimentos nos seus espaços públicos.

As tipologias residenciais são casas de alto padrão construtivo em lotes de grandes dimensões. Essa área, próxima ao rio Poti, é atualmente a mais ativa na construção de edifícios residenciais de luxo. No entanto, a sua periferia apresenta casas de baixo padrão construtivo, instaladas em lotes pequenos.

Devido à elevada concentração de renda, essa zona atraiu a construção de *shopping centers* para atender a classe mais favorecida economicamente, fato este que contribuiu para que o comércio da área central da cidade perdesse relativa importância.

Esta zona possui 27 bairros, que segundo o censo 2000, apresentam uma população 143.995 habitantes. A renda mais elevada está no bairro Jóquei Club com uma renda média mensal do responsável pelo domicílio de R\$ 4.559,49, contrapondo com bairros da periferia como o

Satélite, que apresenta uma renda média mensal do responsável pelo domicílio de R\$ 243,80 (TERESINA, 2009).

No gráfico a seguir observa-se que 45% da população residente nesta zona possuem renda média salarial de até três salários mínimos e 49% apresentam uma renda superior a seis salários mínimos. Quando comparada esta zona com as demais zonas da cidade, percebe-se que ela concentra a população com a renda mais elevada da cidade (Gráfico 4).

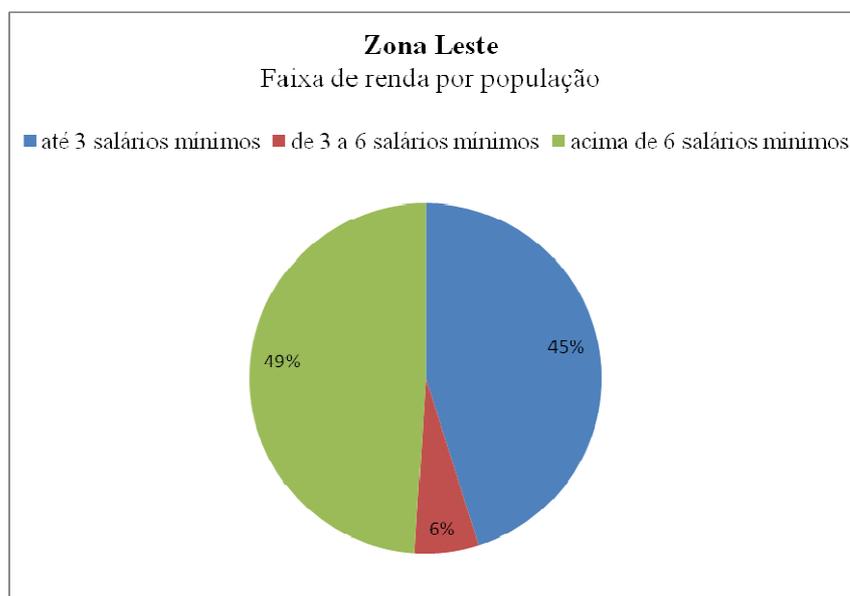


Gráfico 4: Faixa de renda média mensal do responsável pelo domicílio pela população residente na zona Leste. Adaptado TERESINA, 2009..

Entre os seus parques públicos, esta zona concentra dois parques de beira-rio de relativa importância: parque Zoobotânico, que atende toda à cidade, e o Parque Ambiental Beira-Rio, atualmente muito frequentado para práticas de caminhada pela população do seu entorno.

Zona Sudeste

A região sudeste surgiu na década de 1980, a partir da construção do conjunto habitacional Dirceu Mendes Arcoverde. Esse conjunto foi construído bem distante do centro da cidade onde estão concentrados os empregos. Na época de sua implantação não existia uma boa conectividade da malha viária, ao contrário da situação atual, em que já existem grandes avenidas favorecendo a ligação da região sudeste as demais zonas da cidade. A sua distância do centro da cidade favoreceu um relativo desenvolvimento econômico, que contribuiu para esta zona se constituir em um importante sub-centro urbano para Teresina, pois teve suprir as necessidades por empregos e serviços mais cotidianos necessários ao dia-a-dia da população (BRAZ e SILVA, 2004).

As tipologias residenciais que mais se concentram nesta zona são casas térreas. É a zona que possui menos bairros, uma vez que se totalizam apenas 20. Segundo o censo 2000, esses bairros somam uma população de 122.501 habitantes. Percebe-se que entre as regiões analisadas é a que apresenta a menor população e a menor renda; sendo caracterizada por um baixo poder aquisitivo, quando comparadas as demais zonas. O bairro que apresenta maior renda média mensal do responsável pelo domicílio é o Livramento, com uma renda média mensal de R\$ 756,20 e o de menor renda média mensal do responsável pelo domicílio é o bairro Gurupi, com R\$ 215,46 (TERESINA, 2009).

No gráfico pode ser observado que 96% da população possuem renda de até três salários mínimos, enquanto apenas 4% da população possuem renda entre três e seis salários mínimos, o que demonstra ser esta a zona mais carente da cidade em nível de renda dos seus habitantes (Gráfico 5).

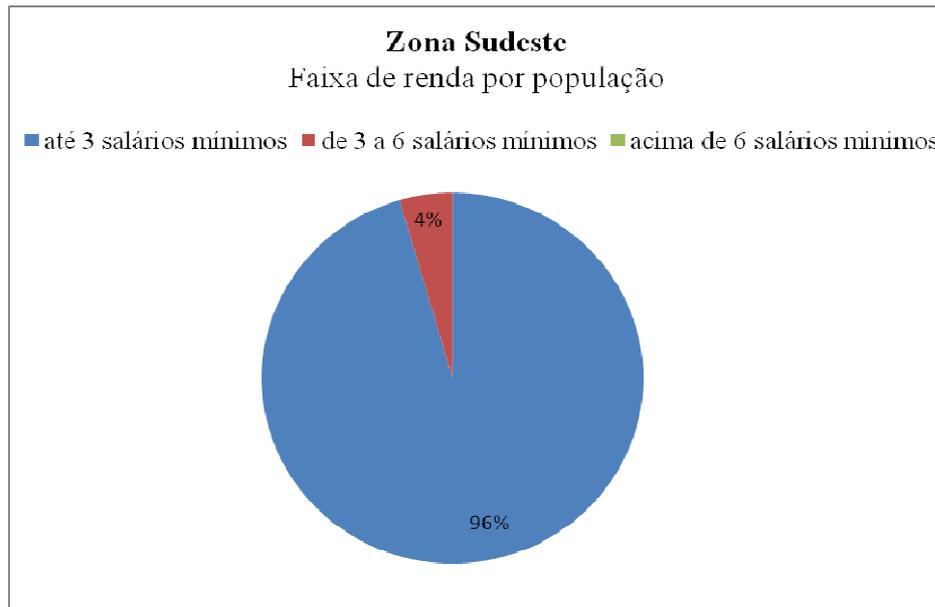


Gráfico 5: Faixa de renda média mensal do responsável pelo domicílio pela população residente na zona Sudeste. Adaptado TERESINA, 2009..

Esta zona se apresenta bastante carente de espaços públicos destinados ao lazer. Como na zona sul, os seus espaços de lazer mais representativo são as praças, porém, estas estão mal conservadas e pouco estruturadas para essa prática. Esta zona possui apenas um parque, o Balneário Curva São Paulo, usado para banhos no rio Poti.

As características encontradas nestas quatro zonas são reflexos do processo de ocupação que ocorreu em cada uma delas e estão presentes nas dinâmicas econômicas, nas tipologias residenciais, assim como nos cuidados com a manutenção e gerenciamento dos seus espaços livres de lazer. No entanto, existe uma clara distinção nos investimentos públicos destinado aos espaços públicos em cada zona, pois aquelas com maior atenção do Poder Público são as que possuem maior concentração de renda, distinção esta evidenciada na implantação de parques de beira-rio lineares nas proximidades dos edifícios residenciais de luxo, construídos às margens do rio Poti. Se os rios cortam toda a extensão da cidade, por que estes espaços às margens dos rios só foram melhor estruturados nas áreas que concentram a população de maior renda? – Primeiramente para a população do bairro Frei Serafim (Zona Centro-Norte) e atualmente para a população do bairro Jóquei Club (Zona Leste).

A caracterização dessas zonas mostra o quão diferentes são as características da população teresinense, porém, no geral percebe-se que todas se apresentam carentes de parques públicos. O quadro 2 mostra uma síntese das características dessas quatro zonas de Teresina.

Zona da cidade	Características
Centro-Norte	<p>É a zona mais antiga da cidade.</p> <p>Apresenta a cota mais baixa de Teresina, por isso possui muitas lagoas artificiais e naturais.</p> <p>É onde foram estruturados os primeiros parques de beira-rio de formato linear; equipados com calçadas, destinados a práticas de lazer cotidiano, como a caminhada.</p> <p>É a zona que mais possui parques públicos na cidade.</p>
Sul	<p>Surgiu a partir de conjuntos habitacionais e iniciou a evolução urbana de Teresina.</p> <p>É distante do centro urbano da cidade, mas conectada pela malha viária.</p> <p>Esta zona possui basicamente praças como espaços livres de lazer, possuindo apenas um parque de beira-rio.</p>
Leste	<p>Atualmente é onde se encontra o vetor de crescimento da cidade.</p> <p>Atualmente é a zona mais verticalizada de Teresina.</p> <p>É a zona que apresenta uma maior dinâmica financeira, devido à alta concentração de renda. Contrapondo-se a uma periferia bastante carente.</p> <p>É a zona que mais recebe investimentos em manutenção nos seus espaços livres, porém, o mesmo não ocorre na sua periferia.</p>
Sudeste	<p>Originou-se a partir da construção do conjunto habitacional Dirceu Arcoverde.</p> <p>É distante do centro.</p> <p>É a que possui a menor quantidade de bairros e a que concentra a menor renda da cidade.</p> <p>Seus espaços livres públicos de lazer são as praças.</p> <p>Possui apenas um parque de beira-rio.</p>

Quadro 2: Síntese das características das zonas que formam a cidade de Teresina

2.2. Parques públicos de Teresina

Este estudo delinea o panorama dos usos dos parques públicos de Teresina, destacando o uso dos parques implantados às margens dos rios que banham a cidade. Desta forma, para compreender como os parques de Teresina encontram-se inseridos no seu tecido urbano, faz-se necessário uma investigação das determinações constantes na legislação municipal e a sua aplicação, para entender a atual situação em que esses parques se encontram.

A Lei de Uso do Solo Urbano de Teresina¹⁸ define a organização do espaço urbano a fim de orientar a utilização do solo quanto ao uso, à distribuição da população e ao desempenho das funções urbanas, como também, promove uma estruturação urbana para melhorar a distribuição e articulação dos pólos de dinamização, além de preservar os elementos naturais da paisagem urbana e os sítios de valor histórico e cultural. Para o uso do solo, a área urbana de Teresina fica dividida nas seguintes zonas: Zona Residência (ZR), Zona Comercial (ZC), Zona de Serviço (ZS), Zonas Industriais (ZI), Zonas Especiais (ZE) e Zonas de Preservação Ambiental (ZP).

As zonas de preservação ambiental são áreas limitadas em decorrência do interesse de preservação de espaços verdes, sítios históricos e/ ou culturais. Nas Zonas de Preservação Ambiental (ZP)¹⁹ estão inseridos os parques públicos de Teresina. Estas estão divididas em oito partes, de ZP1 a ZP8, e quatro delas são de interesse deste estudo, pois fazem parte dos espaços livres de Teresina: ZP4 a ZP8²⁰. As áreas destinadas as Zonas de Proteção Ambiental estão localizadas principalmente às margens dos rios, ao se correlacionar estas áreas ao Código Florestal Brasileiro, são Áreas de Proteção Permanente (APPs), como pode ser observado no mapa de uso e ocupação do solo da cidade (Figura 34).

¹⁸ Lei Complementar n° 3.560, de 20 de outubro de 2006.

¹⁹ Atualmente a Lei complementar Municipal n° 3563, de outubro de 2006, baseada na Lei Municipal 1939/ 88, cria Zonas de Preservação Ambiental e institui normas de proteção dos bens de valor cultural e dá outras providências.

²⁰ As demais zonas, da ZP1 a ZP3, tratam das áreas de proteção dos bens de valor cultural.

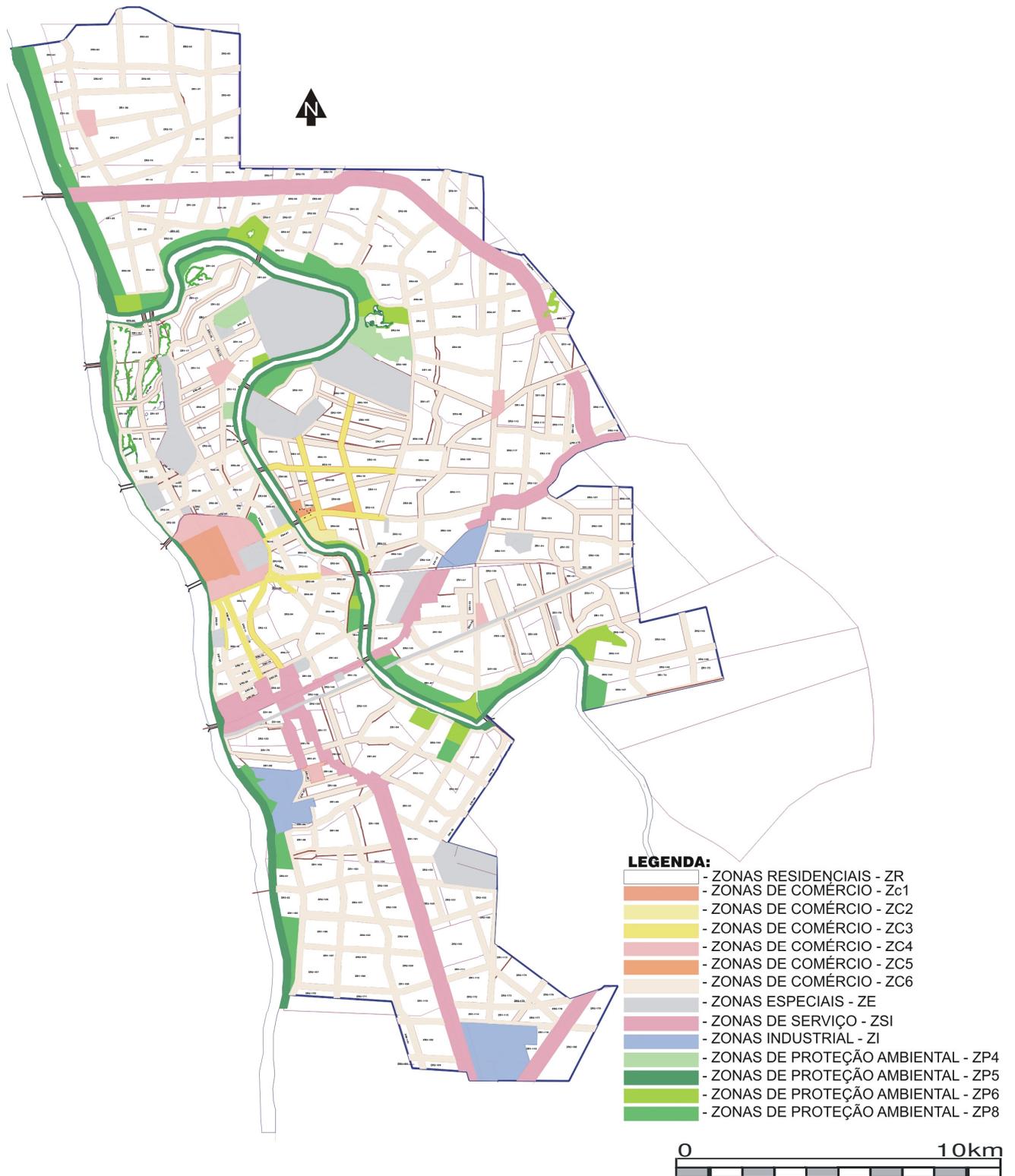


Figura 34: Planta de uso e ocupação do solo de Teresina, em que se pode ver as áreas destinadas a proteção ambiental (ZP), nas cores verde²¹. Fonte: SEMPLAN (2006)

²¹ Apenas a ZP7 não se encontra representada no mapa, são áreas destinadas às praças nos loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal e aparecem à medida que os zoneamentos são realizados, como explicado no quadro 4.

Na ZP 4 estão localizados os parques públicos e as praças já consolidados e é a zona de interesse deste estudo. Nas demais zonas encontram-se áreas que futuramente podem vir a se tornar parques públicos e que merecem ser salvaguardadas diante do crescimento urbano acelerado. A ZP 5 trata das áreas especiais no tecido urbano da cidade que devem ser protegidas por estarem próximas às margens dos rios e lagoas e das áreas que possuem declividade acentuada. A ZP 6 trata das propriedades privadas que têm potencial de se tornarem parques públicos. As ZP7 são áreas destinadas a praças a serem implantadas dentro dos loteamentos habitacionais aprovados pela prefeitura. A ZP 8 engloba as áreas marginais aos rios que não estão incluídas na ZP5 (Quadro 3).

Zona de Proteção Ambiental	Compreendem
ZP4	Praças e parques do município já consolidados.
ZP5	I - Encostas com declividades superiores a 30% (trinta por cento); II - Áreas marginais ao rio Parnaíba, correspondentes a uma faixa com largura de 200 m (duzentos metros), salvo quando já estejam ocupadas, caso em que a faixa tem a largura da área ainda não ocupada; III - Áreas marginais ao rio Poti, correspondentes a uma faixa com largura de 100m (cem metros), salvo quando já estejam ocupadas, caso em que a faixa tem a largura da área ainda não ocupada; e IV - Áreas das lagoas e respectivas margens, correspondentes a uma faixa de 30m (trinta metros).
ZP6	Áreas de interesse paisagístico, de propriedade privada, que devem ser utilizadas para implantação de parques.
ZP7	Terrenos destinados à implantação de praças nos loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal
ZP8	Áreas próximas aos rios, não integrantes da ZP5.

Quadro 3: Síntese das ZPs que tratam dos espaços livres de Teresina

Adaptado SEMPLAN, 2009.

Os três primeiros parques da cidade surgem entre os anos 1979 e 1988, sendo que até hoje são parques que apresentam mais representatividade junto à população. O primeiro parque público implantado em Teresina foi o Parque Zoobotânico, com fins de preservação da flora e fauna, com a instalação do zoológico da cidade em 1979. Posteriormente, em 1980, surge o Parque Ambiental do Mocambinho como uma área destinada à preservação ambiental. Em sequência, surge o Parque da Cidade em 1988, que além de servir como área de preservação ambiental ainda tinha como objetivo proporcionar área de lazer para os teresinenses.

Kallas e Machado (2005) fizeram um levantamento de todos os parques públicos existentes em Teresina e encontrados um total de 31 parques. Segundo as autoras, 14 parques desse total não apresentavam nenhum tipo de atividade de lazer que os caracterizassem como parques públicos (Figura 35).



1. Parque Ambiental Encontro dos Rios.
2. Parque São Pedro.
3. Parque Mocambinho.
4. Parque Ambiental de Teresina.
5. Parque Ambiental Nova Brasília
6. Parque Ambiental Vila do Porto
7. Parque da Cidade.
8. Parque do Acarape.
9. Parque Poly I
10. Parque Ilhotas
11. Parque Ambiental da Prainha
12. Parque Macaúba
13. Parque São João
14. Parque Haroldo Vaz
15. Parque Boa Vista
16. Parque Sete Estrela
17. Parque Porto Alegre
18. Parque Porto Alegre I
19. Parque Santa Clara
20. Parque São Paulo
21. Parque Frei Damião
22. Parque Caneleiro II
23. Parque Mini-Horto da Samamabaia
24. Parque Floresta Fóssil
25. Parque Polycabana
26. Parque Ambiental do Beira Rio
27. Parque Nª Sª do Livramento
28. Parque Caneleiro I
29. Parque Zoológico
30. Parque Vale do Gavião
31. Parque Marina

Figura 35: Planta esquemática de distribuição de parques da cidade de Teresina.
 Fonte: Kallas e Machado (2005)

Em 2004, baseados na Lei Municipal 1939/88, a Prefeitura de Teresina apresentou uma relação de 31 parques municipais. No entanto, a SEMAM²² em 2007 fez um novo levantamento dos parques baseados na Lei Federal 9985/2000 que institui o SNUC²³, em que se definem as áreas de preservação ambiental em parques ou bosques. Nesta nova listagem, Teresina apresenta 16 parques e 15 bosques, num total de 197,52 ha de área vegetada (MATOS et al., 2008).

Em Teresina, percebe-se que não existe uma legislação específica para a criação de parques públicos, no entanto, existem áreas reservadas para a implantação destes espaços, determinadas a partir das Zonas de Proteção Ambiental definidas na Legislação Municipal.

Vale ainda ressaltar que alguns parques surgem, muitas vezes, apenas do interesse em preservar área de vegetação nativa e, assim, designam-na como parque, tal como aconteceu com os parques Caneleiro I e Caneleiro II, criados para preservar área vegetada, porém, sem nenhuma infra-estrutura que lhes permitam apropriação pelos usuários. Esses tipos de parques não contribuem para a melhoria da qualidade de vida urbana de Teresina, pois não são usados pela população, que não vê nele nenhum atrativo, e nem recebem investimentos das autoridades públicas, focadas em simplesmente cercar o local.

Quanto à delimitação dos parques, estes espaços obedecem ao limite dos bairros em que estão inseridos. De certa forma é uma política administrativa de poder gerenciar e cuidar dos espaços, pois, como a cidade está dividida por setores administrativos e como ainda não existe um órgão responsável exclusivamente pelas áreas de parques, a responsabilidade de gerenciamento e manutenção de cada parque é de responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU) a que o bairro encontra-se relacionado. Podem citar-se, como exemplo, o Parque Encontro dos Rios que tem seus limites delimitados ao bairro Olarias. Quando possível esses parques são delimitados pelas ruas principais que chegam até ele, como é o caso do parque Ambiental da Prainha que é delimitado pela Rua Joaquim Ribeiro e a Avenida Getúlio Vargas, que chegam perpendiculares ao parque.

Em relação à distribuição dos parques públicos em Teresina, eles não apresentam nenhum

²² Secretaria Municipal de Meio Ambiente

²³ A SEMAM fez esse levantamento baseado na Lei Federal 9.985, de 18 de junho de 2000, que cria o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), no entanto, não existe nenhum registro oficial que determinasse a criação de parques dentro dessa lei. Foi apenas uma iniciativa do Secretário Municipal de Meio Ambiente em tentar organizar os parques segundo as características que eles apresentavam.

critério que os regule, eles são implantados em decorrência do interesse que se pretende atingir com a sua criação. Esse fato é percebido principalmente quando se observa a atual situação da distribuição dos parques no seu tecido urbano. Percebe-se que a princípio um estudo desses parques localizados às margens dos rios pode contribuir para integrá-los em um sistema de espaços livres para o lazer, distribuídos de forma mais equitativa na cidade. Pois, a legislação municipal já destina estes espaços, das margens dos rios, para a implantação de parques destinados ao uso de lazer para população.

Vale ainda ressaltar, que embora a Legislação Federal só veio a permitir o uso das áreas de APPs com a Resolução CONAMA²⁴ 369/2006, na década de 1990, segundo Matos et al (2008), o Poder Público de Teresina passou a tomar algumas medidas visando à preservação dos rios, destacando-se entre eles o Projeto Parques Ambientais²⁵, que tinha como objetivo principal implementar uma política de conservação e ampliação de áreas verdes preservadas, com a implantação de parques às margens dos rios. Pois, estas áreas encontravam-se ameaçadas de todo e qualquer tipo de ação antrópica, por exemplo, dejetos de esgotos, construções irregulares de habitações, etc. Nessa época, a criação destes parques de beira-rio ganhou força diante das preocupações em resguardar as margens dos rios e o verde urbano diante do acelerado crescimento da cidade. O objetivo era mostrar as áreas ribeirinhas para a população, implantando locais onde pudesse haver usos de lazer.

Segundo Vieira (2008), essa medida de implantação de parques ambientais às margens dos rios na cidade de Teresina resolve o conflito entre as áreas de APPs e as áreas urbanas, pois o Poder Público deve retirar as ocupações ilegais nas margens dos rios e proteger com a criação de parques.

Nestes últimos anos, esses parques têm ganhado notoriedade por parte da população, por causa das suas mudanças de hábitos. Esses parques localizados às margens dos rios são os que mais apresentam função de lazer na cidade, por isso, são mais apropriados pela população. Apesar de apresentarem precária infraestrutura eles têm grande potencial de uso, no entanto, necessitam ser mais bem estruturados e gerenciados tanto pela prefeitura quanto pelos usuários. Baseado no levantamento de Kallas e Machado (2005) apresenta-se um panorama

²⁴ Conselho Nacional de Meio Ambiente

²⁵ Projeto que tinha como objetivo implantar parques nas margens dos rios Poti e Parnaíba.

dos parques existentes em Teresina, destacando os usos, quando discriminados, e quais são aqueles localizados às margens dos rios. (Quadro 4)

Nº	Parque	Bairro	Área	Uso principal	Localizado à margem dos rios
zona centro-norte					
01	Parque da Cidade	Primavera	17 ha	Esporte	Sim
02	Parque Ambiental de Teresina	Mocambinho	36 ha	Educação Ambiental	Não
03	Parque Ambiental Encontro dos Rios	Olarias	3 ha	Turismo	Sim
04	Parque Ambiental do Acarape	Acarape	12 ha	Esporte	Sim
05	Parque Ambiental Poti I	Porenquanto e Cabral	16 ha	Esporte	Sim
06	Parque Vila do Porto	Água Mineral	5,5 ha	Esporte	Sim
07	Parque Ambiental São Pedro	Poti Velho	0,5 ha	Nenhum	Sim
08	Parque Nova Brasília	Nova Brasília	1 ha	Nenhum	Não
09	Parque Ambiental da Ilhotas	Ilhotas	8 ha	Esporte	Sim
10	Parque Mocambinho	Mocambinho	1 ha	Nenhum	Não
zona sul					
11	Parque Ambiental Haroldo Vaz	Santo Antônio	0,5 ha	Esporte	Não
12	Parque Ambiental Prainha	São Pedro e Vermelha	12 ha	Esporte	Sim
13	Parque Ambiental Boa Vista	Vila Boa Vista	2 ha	Nenhum	Não
14	Parque Ambiental São João	Parque São João	15 ha	Esporte	Não
15	Parque Ambiental Porto Alegre	Res. Porto Alegre	4 ha	Esporte	Não
16	Parque Ambiental Porto Alegre I	Loteamento Porto Alegre	2 ha	Esporte	Não
17	Parque Ambiental Santa Clara	Santa Clara	0,5 ha	Esporte	Não
18	Parque Ambiental Sete Estrelas	Loteamento Sete Estrelas	0,5 ha	Nenhum	Não
19	Parque Ambiental Macaúba	Macaúba	0,5 ha	Esporte	Não
zona leste					
20	Parque Mini-Horto	Noivos	1,8 ha	Nenhum	Não
21	Parque Floresta Fóssil	Noivos	13 ha	Educação Ambiental	Sim
22	Parque Beira Rio	Jóquei Club e Fátima	26 ha	Esporte	Sim
23	Parque N. S. do Livramento	Ininga	0,36 ha	Nenhum	Não
24	Parque Caneleiro I	Ininga	0,5 ha	Nenhum	Não
25	Parque Marina	Residencial Marina	1 ha	Nenhum	Não
26	Parque Vale do Gavião	Vale do Gavião	19,7 ha	Nenhum	Não
27	Parque Potycabana	Noivos	9 ha	Banho	Sim
28	Zoobotânico	Zoobotânico	137 ha	Zoológico	Sim
zona sudeste					
29	Parque Caneleiro II	Alto da Ressurreição	1 ha	Nenhum	Não
30	Parque Frei Damião	Gurupi	1,8 ha	Nenhum	Não
31	Balneário Curva São Paulo	Parque Poti	5 ha	Banho	Sim

Quadro 4: Relação de todos os parques existentes em Teresina e destaque para aqueles que estão localizados às margens dos rios. Adaptado Kallas e Machado (2005)

Dos 31 parques listados no quadro 5, 13 parques encontram-se nas margens dos rios, e apenas um não apresenta nenhuma atividade de lazer – o Parque Ambiental São Pedro (Figuras 36 e 37) –, todos os demais são potencialmente locais de lazer e entretenimento para a população teresinense.



Figura 36: Imagem de satélite do Parque Ambiental São Pedro
Adaptado Google Earth, 2009



Figura 37: Vista do parque Ambiental São Pedro

Dos 18 parques que não se encontram nas margens dos rios, somente o Parque Ambiental de Teresina apresenta notoriedade pela sua grande área de reserva vegetal. Com uma área de 36 hectares, é o segundo maior parque em dimensionamento existente em Teresina, só é menor que o parque Zoobotânico (137 ha), sendo um importante local para práticas de atividades de educação ambiental, como palestras, visitas orientadas ao parque, explicando sua flora e fauna silvestre. Nas dependências do parque existe a sede administrativa, um museu de bichos empalhados, um auditório onde são feitas as palestras, e um viveiro de mudas que abastece diversas praças da cidade (Figuras 38 e 39).



Figura 38: Imagem de satélite do Parque Ambiental de Teresina, mostrando sua localização na cidade. Adaptado: Google Earth, 2009



Figura 39: Vista das trilhas existentes no Parque Ambiental de Teresina.

Os demais parques necessitam de infraestrutura para representarem espaços de lazer para a população, pois, na maioria são espaços carentes em estrutura, manutenção e gerenciamento, fatores imprescindíveis para uma possível apropriação do espaço pelos usuários. Os parques Ambientais Haroldo Vaz, Santa Clara, Sete Estrelas, Macaúba e Caneleiro I, que possuem apenas 0,5 ha, são espaços sem atributos ou atrativos para práticas de lazer que incentivem a sua apropriação pela população.

3. PARQUES DE BEIRA-RIO DE TERESINA

Observa-se que os parques públicos de Teresina mais significativos, quanto às funções de lazer, estão localizados às margens dos seus rios. Percebe-se, que estes parques são os mais apropriados pela população. Assim sendo, as funções representadas por estes espaços demonstra o panorama dos parques destinados ao lazer na cidade.

Como mencionado no capítulo 2, dos treze parques de beira-rio de Teresina somente um não apresenta função de lazer. Sendo assim, a análise inicial dos parques de beira-rio de Teresina está baseada num estudo preliminar desses doze parques, que apresentam algum tipo de uso de lazer, a fim de se entender a funcionalidade desses espaços na cidade (Quadro 6 e Figura 38).

Entre estes doze parques encontram-se o parque Zoobotânico, o zoológico da cidade, e parque Encontro dos Rios, o principal ponto turístico da cidade; estes parques são aqueles com maior variedade de público, uma vez que, além do público teresinense, também recebem visitantes de fora da cidade.

Dois desses doze parques de beira-rio têm como uso principal o banho: Balneário Curva São Paulo e parque Potycabana. No Balneário Curva São Paulo o banho é no rio Poti, sendo que este parque é utilizado, principalmente, pela população residente no seu entorno. Já o parque Potycabana tem características de um clube, pois os banhos são em piscinas de ondas artificiais, com tobogã. No entanto, o parque encontra-se desativado, privando a população de um espaço que poderia ser utilizado para práticas de lazer.

O Parque da Cidade é o que apresenta maior variedade de funções de lazer entre os parques analisados e atende principalmente a população do seu entorno. Apenas eventualmente, em ocasiões especiais como Semana da Criança ou Semana do Meio Ambiente, ele atende a um número maior de visitantes.

Dos doze parques de beira-rio, oito deles possuem formato linear, sendo que cinco desses oito oferecem calçadas para práticas de caminhadas, tão comuns atualmente: Parque Ambiental

do Acarape, Parque Ambiental da Prainha, Parque Ambiental Poti I, Parque Ambiental da Ilhotas e Parque Ambiental Beira Rio.

No quadro 5 e na figura 40 estão relacionados os doze parques de beira-rio que apresentam alguma função de lazer na cidade.

Nº	Parque	Bairro	Área	Principal uso
Zona Centro-norte				
01	Parque Ambiental do Acarape	Acarape	12 ha	Esporte
02	Parque Ambiental Encontro dos Rios	Olarias	3 ha	Turismo
03	Parque Vila do Porto	Água Mineral	5,5 ha	Esporte
04	Parque da Cidade	Primavera	17 ha	Esporte
05	Parque Ambiental Poti I	Porenquanto e Cabral	16 ha	Esporte
06	Parque Ambiental da Ilhotas	Ilhotas	8 ha	Esporte
Zona Sul				
07	Parque Ambiental Prainha	São Pedro e Vermelha	12 ha	Esporte
Zona Leste				
08	Zoobotânico	Zoobotânico	137ha	Zoológico
09	Parque Beira Rio	Jóquei Clube e Fátima	26 ha	Esporte
10	Parque Potycabana	Noivos	9 ha	Banho
11	Parque Floresta Fóssil	Noivos	13 ha	Educação Ambiental
Zona Sudeste				
12	Balneário Curva São Paulo	Parque Poti	5 ha	Banho

Quadro 5: Relação dos parques de beira-rio de Teresina, destacando a sua localização na cidade, a sua área e o seu principal uso.



Figura 40: Imagem de satélite de Teresina – destaque para a distribuição de doze parques de beira-rio mostrando o formato apresentado por cada parque. Adaptado Google Earth (2009).

Embora, esses doze parques destacados na figura 38 possuam potencialidades de usos pela população, nem todos têm condições de uso de lazer. Alguns estão em péssimo estado de conservação, não possuindo serviços regulares de manutenção e gerenciamento. Neste sentido, faz-se necessário um entendimento sobre as peculiaridades desses espaços, pois são eles os presentes no cotidiano da população teresinense.

Os parques de beira-rio de Teresina apresentam diferentes funções e têm condições de serem apropriados nas potencialidades que possuem. A partir de um cenário sobre estes espaços, encontra-se um encadeamento de funções entre eles. No Quadro 6 são demonstradas as características gerais dos parques de beira-rio em foco neste estudo.

Nº	Parques de beira-rio	Características gerais	Imagem
Zona Centro-Norte			
01	Parque Ambiental do Acarape Área: 12 ha Formato: linear Principal uso: prática esportiva Localização: bairro Acarape	Estado de conservação regular. É bastante utilizado para as práticas de caminhada, pois possui um calçadão. No entanto, o calçadão é estreito e a pavimentação de concreto pré-moldado em placas está necessitando de reparos. Atende principalmente a população do bairro Acarape.	
02	Parque Ambiental Encontro dos Rios Área: 3 ha Formato: península Principal uso: turismo Localização: bairro Olarias	O parque apresenta bom estado de conservação, mas tem deficiências na manutenção. É o principal ponto turístico da cidade, pois o local simboliza a história, a cultura e as lendas de Teresina.	
03	Parque Vila do Porto Área: 5,5 ha Formato: linear Principal uso: prática esportiva Localização: bairro Água Mineral	Em péssimo estado de conservação e sem manutenção regular. No local existem apenas duas quadras e um campo de futebol. O parque não apresenta nenhum desenho paisagístico identificável. Atende principalmente a população do bairro Água Mineral.	

04	<p>Parque da Cidade</p> <p>Área: 17 ha Formato: quadrangular Principal uso: prática esportiva Localização: bairro Primavera</p>	<p>O parque apresenta bom estado de conservação, sendo bastante usado para a prática de esportes, como jogo de futebol de campo e de quadra. Na área do parque também existe <i>playground</i> e atividades de educação ambiental. Atende principalmente a população dos bairros vizinhos.</p>	
05	<p>Parque Ambiental do Rio Poti I</p> <p>Área: 16 ha Formato: linear Principal uso: prática esportiva Localização: bairros Porenquanto e Cabral</p>	<p>Em bom estado de conservação. Usado para práticas de caminhada, possui um excelente calçamento, amplo e com um bom revestimento de piso – bloco de concreto intertravado colorido. Também possui um campo de futebol improvisado e ainda uma pracinha. Atende principalmente a população dos bairros em que está localizado.</p>	
06	<p>Parque Ambiental Ilhotas</p> <p>Área: 8 ha Formato: linear Principal uso: prática esportiva Localização: bairro Ilhotas</p>	<p>Apresenta bom estado de conservação. Bastante usado para práticas de caminhada e exercícios em aparelhos de ginástica. Possui um amplo calçamento pavimentado em bloco de concreto intertravado colorido e uma bateria de equipamentos de ginástica. Atende basicamente a população residente nos bairro Ilhotas e Frei-serafim.</p>	
Zona Sul			
07	<p>Parque Ambiental da Prainha</p> <p>Área: 12 ha Formato: linear Principal uso: prática esportiva Localização: bairros São Pedro e Vermelha</p>	<p>Tem formato linear, está em péssimas condições de uso. Não possui nenhum atrativo que estimule a sua apropriação pela população. Cenário de rica beleza cênica, porém, localizado em um ponto marginalizado na cidade. Constantemente vítima de vândalos e ponto de encontro de usuários de drogas. Não há investimentos em segurança ou em atividades de lazer como, por exemplo, o calçamento pavimentado em pedra portuguesa se apresenta bastante desgastado.</p>	

Zona Leste			
08	<p>Parque Zoobotânico</p> <p>Área: 137 ha. Formato: irregular. Principal uso: visitação aos animais. Localização: bairro Zoobotânico</p>	<p>É o Zoológico da cidade. Atrai muitas famílias e escolas de toda a cidade que levam as crianças para conhecer os animais existentes no parque. Apresenta um bom estado de conservação e manutenção. O ponto negativo é o percurso do portão de entrada até o zoológico propriamente dito, que é muito extenso (2 km) para quem não dispõem de transporte particular.</p>	
09	<p>Parque Ambiental Beira Rio</p> <p>Área: 26 ha Formato: linear Principal uso: prática esportiva e entretenimento Localização: bairros Jóquei Club e Fátima</p>	<p>O parque tem formato linear. Apresenta um bom estado de conservação e manutenção. É bastante usado para as práticas de caminhada, possui um amplo calçadão pavimentado em blocos de concreto intertravado e, como local de entretenimento noturno nos quiosques que ficam localizados na sua área. Possui um entorno bastante diversificado e dinâmico o que influencia na sua alta frequência de uso, atendendo a vários bairros vizinhos</p>	
10	<p>Parque Potycabana</p> <p>Área: 9 ha Formato: linear Principal uso: banho em piscinas de ondas artificiais Localização: bairro dos Noivos</p>	<p>A maior parte de sua área é de piso impermeabilizado em pedra portuguesa e em concreto pré-moldado em placas. Projetado com piscinas de ondas artificiais. Encontra-se desativado. Em ocasiões especiais, como, por exemplo, nas festas juninas, ele é aberto ao público.</p>	
11	<p>Parque Floresta Fóssil</p> <p>Área: 13 ha Formato: linear Principal uso: educação ambiental. Localização: bairro dos Noivos</p>	<p>Área onde se encontram fósseis de tronco de árvores, com aproximadamente 240 milhões de anos. O parque está destinado à preservação dos fósseis e aos estudos ambientais. É utilizado apenas por escolas que agendam visitas ao local. Atualmente, uns dos pontos ainda não utilizados para atividades turísticas, com maior potencial para tais atividades.</p>	

Zona Sudeste		
12	<p>Balneário Curva São Paulo</p> <p>Área: 5 ha Formato: baía Principal uso: banho no rio Poti e entretenimento Localização: bairro Parque Poti</p>	<p>Em bom estado de conservação e manutenção. É bastante usado para banhos no rio Poti e entretenimento nos bares e restaurantes. É mais frequentado nos fins de semana quando as pessoas dispõem de mais horas livres para permanecer no local. É mais utilizado pela população dos bairros vizinhos.</p>
		

Quadro 6: Cenário dos parques de beira-rio de Teresina.

O cenário formado por estes parques de beira-rio representa um leque de variedades de usos para práticas de atividades de lazer. Cenário este que, se houvesse uma preocupação em qualificar estes parques em um sistema integrado, supriria as diferentes demandas da população por lazer, as quais, ocasionalmente, já são atendidas pela atual estrutura destes parques. Percebe-se a ausência de uma política de ações por parte da esfera pública responsável para potencializar o uso desses parques. Ausência que se reflete nos escassos investimentos em infraestrutura, manutenção, operacionalização das funções e divulgação dos parques, prejudicando a consolidação do uso desses espaços pela população para as atividades de lazer.

3.1. Critérios para a análise dos parques de beira-rio

O tempo de permanência nos parques pode ser de algumas horas ou dias inteiros, pois está condicionado ao tempo livre dos seus usuários. A quantidade de usuários em dias úteis é diferente da quantidade em finais de semana ou feriados. Como também, em feriados prolongados o número de usuários não é o mesmo que em feriados comuns ou finais de semana. Esta variação é explicada pelas diferentes demandas da população por lazer e pelos diferentes atributos existentes em cada espaço. A apropriação dos parques está diretamente relacionada à qualidade da sua infraestrutura, localização e facilidades de acesso, porque esses aspectos influenciam na abrangência de público desses parques na cidade, e consequentemente, na frequência dos usuários.

Segundo Magnoli (2006):

A apropriação dos espaços pelo homem para suas necessidades e atividades é criada em âmbitos locais, setoriais, urbanos, metropolitanos, sub-regionais e regionais em função da proximidade espacial. A proximidade espacial, movimento, exige permeabilidade entre os espaços por meios diversificados e amplos de locomoção. A distribuição de espaços livres para serem apropriados pelo homem (sistema de parques) fica vinculada às maneiras de acessos disponíveis em cada uma das escalas de urbanização, e à frequência dos usuários. Frequência, utilização, apropriação em sentido amplo diz respeito à duração e periodicidade de tempo disponível. Isso conduz esquematicamente (e ainda grosseiramente) a usos diários, semanais, de feriados, de férias curtas ou prolongadas. É pela relação entre o uso diário e a duração, de nível local. Para atividades de longa duração, o tempo de acesso passa a ter pequena interferência, permitindo localizações regionais. Há toda uma gama de diversificação de distribuição espacial que fica inserida entre os dois extremos e é função da frequência dos usuários e da localização e facilidades de acesso. (MAGNOLI, 2006, p. 203).

A partir da abrangência de atendimento aos usuários, os parques de Teresina são classificados em categorias tipológicas. De acordo com legislação municipal²⁶ de Teresina, os seus parques públicos estão divididos em parque regional e parque urbano (Quadro 7).

Categoria	Abrangência
Parque Regional	Regional a um conjunto de bairros vizinhos
Parque Urbano	Em nível de cidade

Quadro 7: Categorias de parques públicos em Teresina segundo a Lei Complementar nº 3563/2006. Adaptado SEMPLAN, 2009.

Considerando que as categorias adotadas pela legislação municipal de Teresina não contempla todas as peculiaridades dos parques de beira-rio, pois as tipologias parque regional e parque urbano são insuficientes para classificar os parques de beira-rio quanto às suas funcionalidades, este estudo adota as categorias elaboradas por Barcellos (1999), utilizadas em estudo realizado sobre a rede de parques do Distrito Federal: parques metropolitanos, parque de setor urbano e parque de vizinhança. Estas categorias melhor se ajustam as características dos parques ribeirinhos de Teresina (Quadro 8).

²⁶ Lei Complementar nº 3.563 de 20 de outubro de 2006.

Categorias tipológicas	Abrangência
Parque Metropolitano	Parques de grandes dimensões, fácil acessibilidade, variedade de infraestrutura e atrativos de lazer para atender grande contingente da população. Uso mais concentrado nos fins de semana e feriados prolongados, mas também atendem a usos mais cotidianos da população que vive no entorno do parque.
Parque Setor Urbano	Parques em que a localização, acessibilidade, dimensões e infraestrutura se destinam ao atendimento das demandas da população de determinado setor urbano. Pela sua localização e acessibilidade possibilitam uma maior frequência de uso que os parques da categoria anterior.
Parque de Vizinhança	Tem como característica o atendimento das demandas mais imediatas e cotidianas da população com relação ao lazer. De modo geral, são espaços livres de pequenas dimensões que se encontram no interior de áreas urbanas eminentemente residenciais.

Quadro 8: Categorias de parques utilizadas por Barcellos (1999) para o Distrito Federal
Adaptado Barcellos, 1999, p. 126

Barcellos (1999) fez uma adaptação das categorias elaboradas por Kliass e Magnoli (1969), quando fizeram a classificação da rede de parques de São Paulo: parque de vizinhança, parque de bairro, parque setorial e parque metropolitano. No entanto, essas categorias não são compatíveis com os aspectos analisados nos parques de beira-rio de Teresina (Quadro 9).

Categorias tipológicas	Abrangência
Parque de vizinhança	Parques destinados a recreação de crianças de 0 a 10 anos. Seu raio máximo de atendimento é de 500m, sem travessia de ruas de trânsito intenso.
Parque de bairro	Parques destinados à recreação de jovens de 11 a 24 anos. Seu raio de máximo de atendimento é de 1.000m
Parque setorial	Parques destinados à recreação de toda a população do município, com equipamentos para utilização em fins de semana, com raio máximo de atendimento de 5.000m.
Parque metropolitano	Parques destinados à recreação de toda a região metropolitana, localizados nas reservas florestais junto às represas, etc.

Quadro 9: Categorias de parques utilizadas por Magnoli e Kliass (1969) para São Paulo
Adaptado Magnoli e Kliass, 1969, p. 6.

Neste estudo se classifica os parques de beira-rio de Teresina nas categorias elaboradas por Barcellos (1999), – Parque Metropolitano, Parque de Setor Urbano e Parque de Vizinhança – por estas se apresentarem mais próximas as análises realizadas e as características encontradas nos parques estudados.

As categorias adotadas por Magnoli e Kliass (1965) delimitam a faixa etária dos usuários dos parques, o que não se indentifica nos parques de beira-rio de Teresina, pois os parques são usados por distintas faixas etárias. Enquanto as categorias utilizadas pela Prefeitura Municipal

de Teresina são muito genéricas e não caracterizam as especificidades de abrangência de uso encontradas nos parques.

As categorias de Barcellos (1999) são aplicadas considerando localização, acesso e funções dos parques de beira-rio de Teresina. Desta forma, a categoria parque metropolitano é adotada segundo a funcionalidade do espaço público e não segundo o seu tamanho. A categoria parque de setor urbano está diretamente ligada às condições de localização e facilidades de acesso do parque. São parques que atendem a demandas de lazer mais cotidianas da população e, pela localização e acesso, abrangem público maior que o parque de vizinhança. A categoria parque de vizinhança está relacionada aos espaços destinados ao atendimento das demandas mais imediatas e cotidianas de lazer da população. Aqui o interesse não são as dimensões destes espaços, mas a sua localização em áreas urbanas eminentemente residenciais ou, ainda, as condições de infraestrutura. Os parques de vizinhança abrangem uma quantidade e variedade de público menor do que as demais categorias.

Os parques metropolitanos são: Parque Floresta Fóssil, Parque Potycabana, Parque Zoobotânico e Parque Encontro dos Rios. O Parque Floresta Fóssil²⁷, apesar, e principalmente, da falta de investimento, possui potencial para se tornar um dos pontos turísticos da cidade. Tal potencial se explica pela importância histórica, uma vez que em seu espaço são encontradas peças fósseis de cerca de 240 milhões de anos. Tal descaso com os parques públicos da cidade é refletido também com o abandono do Potycabana, clube que possui piscinas de ondas artificiais, que tinha como objetivo simular as ondas do mar, tendo como fundo o rio Poti.

O Parque Zoobotânico tem a função de zoológico da cidade, atraindo visitas de toda a cidade e de cidades vizinhas. Já o Parque Ambiental Encontro dos Rios é, atualmente, o ponto turístico de maior destaque, marca o encontro das águas do rio Poti com o rio Parnaíba, possuindo elementos que simbolizam a história e cultura da população teresinense.

Entre os parques de setor urbano encontram-se: o Parque da Cidade, Parque Ambiental Beira Rio e Balneário Curva São Paulo. Os parques Ambiental Beira Rio e da Cidade são bem

²⁷ A Floresta Fóssil de Teresina é único lugar do Brasil onde se pode ver troncos fossilizados na posição de vida, ou seja, eles não foram carregados para lá, nasceram e viveram no local há aproximadamente 240 milhões de anos. Já foram catalogados sessenta troncos petrificados. - <<http://www.piauionline.com.br/florestafossil/arquivos/florestafossil.htm>> Acessado em 12 de mai de 2009.

localizados e possuem fácil acessibilidade, tendo uso mais cotidiano. O primeiro é usado mais para práticas de caminhadas e exercícios em barra, enquanto o segundo é mais usado para jogos de futebol. Essas atividades possibilitam frequência diária dos usuários, concentrando no começo e no fim do dia os maiores números de frequentadores.

O Balneário Curva São Paulo, por ser o único que apresenta atividade de banho no rio Poti, deveria abranger uma parcela maior da população teresinense, porém, não o faz porque está distante do centro urbano, atendendo principalmente os moradores dos bairros circunvizinhos. Como a sua atividade principal é o banho no rio Poti, o uso mais frequente é nos fins de semana ou feriados, pois essa atividade necessita de um tempo de permanência maior dos usuários.

Os parques de Vizinhança - Parque Ambiental do Acarape, Parque Ambiental Poti I, Parque Vila do Porto, Parque Ambiental da Ilhotas, Parque Ambiental Prainha – apresentam praticamente a mesma forma, são lineares, e apresentam quase sempre as mesmas funções. Apenas o parque Vila do Porto não apresenta calçadão para práticas de caminhada. O número de frequentadores destes parques é menor do que aquele dos parques de setor urbano e dos parques metropolitanos.

Entre os parques de vizinhança, o Parque Ambiental Prainha possui condições para uma boa frequência de uso e maior quantidade de público, porque está localizado na zona sul próximo a região central da cidade, seu entorno é bastante dinâmico e tem acesso facilitado por uma importante via coletora. Entretanto, por falta de infraestrutura e descaso na manutenção não apresenta atrativos que estimulem a sua utilização. Vale ainda ressaltar, que esta área do parque que foi bastante utilizada na década de 1980, com várias barracas imitando barracas localizadas em beira-mar.

No Quadro 10 é delineada a classificação realizada para estes parques de beira-rio, segundo as categorias tipológicas adotadas para este estudo.

Nº	Parque ribeirinho analisado	Categoria tipológica
Zona Centro-norte		
01	Parque da Cidade	Parque de Setor Urbano
02	Parque Ambiental Encontro dos Rios	Parque Metropolitano
03	Parque Ambiental do Acarape	Parque de Vizinhança
04	Parque Ambiental Poti I	Parque de Vizinhança

05	Parque Vila do Porto	Parque de Vizinhança
06	Parque Ambiental da Ilhotas	Parque de Vizinhança
Zona Sul		
07	Parque Ambiental Prainha	Parque de Vizinhança
Zona Leste		
08	Parque Floresta Fóssil	Parque Metropolitano
09	Parque Ambiental Beira Rio	Parque de Setor Urbano
10	Parque Potycabana	Parque Metropolitano
11	Parque Zoobotânico	Parque Metropolitano
Zona Sudeste		
12	Balneário Curva São Paulo	Parque de Setor Urbano

Quadro 10: Classificação dos parques de beira-rio de Teresina analisados.

3.2. Análise dos principais parques de beira-rio de Teresina

A partir da classificação dos parques de beira-rio estudados em categorias tipológicas, selecionou-se uma amostra para análise mais detalhada de alguns desses espaços, sendo que esta escolha também representa os parques mais importantes quanto ao atendimento às demandas de lazer da população teresinense. Neste sentido, procura-se entender quais os fatores que influenciam na funcionalidade desses parques de beira-rio.

Assim sendo, entre os parques inseridos na categoria parques metropolitanos foram selecionados os que têm maior representatividade na cidade: Parque Ambiental Encontro dos Rios e Parque Zoobotânico. O Parque Ambiental Encontro dos Rios, apesar de ter somente três hectares, têm importante valor cultural e simbólico, que o torna o ponto turístico mais significativo da cidade. Já o Parque Zoobotânico é o maior em dimensões existente na cidade, com 137 hectares, cumprindo uma relevante opção de entretenimento, principalmente para o público infantil.

Todos os parques classificados como de setor urbano são analisados, pois são importantes no contexto urbano de Teresina. Os parques da Cidade e Ambiental Beira Rio atendem ao lazer cotidiano da população e, devido às suas condições de acesso e infraestrutura, atingem melhor frequência diária de usuários e, também, maior público quando comparados as demais categorias de parques da cidade. Já o Balneário Curva São Paulo, embora não atenda ao lazer imediato da população, é o único estruturado na zona sudeste.

Dos parques da categoria parques de vizinhança foi selecionado o Parque Ambiental da Prainha. Este parque, como descrito anteriormente, possui muitos atributos físico-espaciais,

que, não fossem as precárias condições de infraestrutura, abrangeeria um maior número de usuários. Desta forma, a análise da situação atual desse espaço pode contribuir para ressaltar suas reais potencialidades em atender às demandas por lazer da população.

Estes seis parques – Parque Zoobotânico, Parque Ambiental Encontro dos Rios, Parque da Cidade, Parque Ambiental Beira Rio, Balneário Curva São Paulo e Parque Ambiental da Prainha – foram selecionados de modo que a amostra para o estudo seja representativa das características dos parques de beira-rio de Teresina. A análise de todos os parques seria repetitiva e desnecessária.

A seleção desses seis parques de beira-rio também considerou a distribuição destes espaços no tecido urbano da cidade (Figura 41), selecionando pelo menos um em cada zona do território teresinense. Desta forma, foram selecionados dois parques na zona centro-norte (Parque Ambiental Encontro dos Rios e Parque da Cidade), um parque na zona sul (Parque Ambiental da Prainha), dois parques na zona leste (Parque Ambiental Beira Rio e Parque Zoobotânico) e um parque na zona sudeste (Balneário Curva São Paulo). Procurando-se assim visualizar uma possível sistematização das funcionalidades desses espaços na cidade.



Figura 41: Imagem de satélite de Teresina – destaque para a distribuição dos seis parques de beira-rio analisados neste estudo. Adaptado Google Earth (2009).

3.2.1. Variáveis consideradas na análise dos parques estudados

Tendo em vista as análises dos seis parques de beira-rio selecionados para amostra, foram consideradas neste estudo algumas variáveis: localização e entorno, acessos, formato, dimensão, equipamentos e mobiliário, funções, manutenção e gerenciamento, e potencialidades (Quadro 11). Evidentemente que o sentido desse enquadramento é teórico-experimental e objetiva apenas entender o funcionamento da rede de parques em sua interface com as demandas de lazer da população.

Variáveis	Correlação
Localização e entorno	As atividades existentes nos parques devem esta de acordo com o local em que o parque está inserido. Quanto melhor tiver envolvido com as características do lugar e necessidades da população do seu entorno mais o parque tem condições de ser apropriado. Exceto a categoria parque metropolitano, pois este tipo de parque possui características para atrair toda a cidade.
Acessos	A facilidade de acesso é imprescindível para a apropriação do espaço.
Formato	O formato do parque influi muito nas potencialidades de atividades que podem ser disponibilizadas nele.
Dimensão	A dimensão do parque influi na capacidade de público que ele pode atender ao mesmo tempo; e na variedade de funções que ele pode proporcionar.
Equipamentos e mobiliário	A infraestrutura do parque é um dos fatores que mais influenciam na atratividade do espaço junto à população. Os equipamentos e os mobiliários novos e bem conservados são mais bem vistos pela população.
Funções	As funções estão relacionadas às atividades de lazer disponíveis nos parques.
Manutenção e gerenciamento	A manutenção é que garante a durabilidade ao espaço, pois um espaço bem cuidado e sempre atualizado tem grande chance consolidação junto à população. Sendo que um bom gerenciamento é que vai contribuir para que ele possua melhores condições de uso.
Potencialidades	As potencialidades estão relacionadas às perspectivas de uso que o parque possui de atender de modo satisfatório as diferentes demandas de lazer dos seus usuários.

Quadro 11: Variáveis consideradas nas análises dos parques de beira-rio de Teresina.

3.2.2. Parque Ambiental Encontro dos Rios – Parque Metropolitano

O Parque Ambiental Encontro dos Rios²⁸ surgiu há cerca de treze anos, fica situado como o próprio nome diz, no encontro das águas claras e barrentas do rio Parnaíba com as águas escuras e viscosas do rio Poti (Figura 42). Este atrativo motivou o seu surgimento, uma vez que o local sempre despertou o interesse da população da cidade que o frequentava constantemente, também era uma área atração turística²⁹.



Figura 42: Vista aérea do parque Encontro dos Rios mostrando o encontro das águas do rio Parnaíba com as águas do rio Poti. Disponível em: www.achetudoeregiao.com.br/PI/teresina/parques_ambientais.htm.

Está localizado na zona norte de Teresina, no bairro Olarias, e o seu acesso é feito pela Avenida Boa Esperança e Rua Flávio Furtado. A área do parque é delimitada por essas duas vias que o margeiam e se estendendo até os limites do bairro Olarias³⁰. Esta área se encontra próxima à região central da cidade, sendo um ponto de fácil acesso para quem vem dos bairros do centro e/ou das zonas que se conectam ao centro. Quanto ao acesso, um ponto negativo é a falta de estrutura de transporte público, só existe uma linha de ônibus que chega diretamente ao parque.

²⁸ Criado pela Lei Municipal 2.265 de dezembro de 1993, sendo inaugurado em dezembro de 1996 (Teresina, 2009).

²⁹ Segundo Matos *et al* (2008), o objetivo da proposta de criação do parque era que a população o frequentasse sem que ele fosse destruído e assim mostrar o encontro dos rios de uma maneira que fosse elemento natural histórico, cultural, paisagístico e simbólico da cidade.

³⁰ Essa delimitação é considerada pela prefeitura para melhor enquadrar o parque dentro de um bairro e assim facilitar sua organização e seu gerenciamento.

A área onde o parque se encontra é pouco adensada³¹, diferenciada por ser uma região cercada de lagoas naturais e artificiais e devido à confluência dos rios esta é a região mais baixa da cidade. Dessas lagoas é retirado o barro para a fabricação de tijolos e objetos cerâmicos, constando como a principal fonte de renda da população que reside no bairro Olarias. Essa atividade não garante muito lucro para as famílias que possuem um baixo poder aquisitivo³². A tipologia das residências do entorno do parque são casas horizontais, de baixo padrão construtivo, situada em lotes de pequenas dimensões.

O parque tem forma triangular e assemelha-se a uma península, possuindo uma área três hectares. O espaço é muito utilizado, porque o parque simboliza a história de criação da cidade, suas lendas e artesanato, representando a cultura de Teresina. Os seus principais atrativos são o cenário de rara beleza e o restaurante flutuante. A configuração do parque pode ser visualizada na imagem de satélite e na planta esquemática nas figuras 43 e 44.

³¹ A população residente no bairro era de 1.642 habitantes no ano de 2000, o que representa menos de 0,25% da população teresinense (TERESINA, 2009).

³² Segundo o censo 2000 a renda média mensal do responsável pelo domicílio no bairro Olarias é de apenas R\$ 197,62, pouco mais de um salário mínimo que na no ano de 2000 era de R\$ 151,00 (TERESINA, 2009).



Figura 43: Imagem de satélite do Parque Ambiental Encontro dos Rios e seu entorno imediato. Adaptado Google Earth (2009)



Figura 44: Planta esquemática da configuração do parque e da localização dos seus equipamentos.

A vegetação do parque é constituída de espécies exóticas e espécies nativas remanescentes. Como se trata de uma área de preservação o parque conserva mata ciliar nativa remanescente e, também, é constituído de vegetação ornamental, gramados, espécies de mangueira (*Mangifera indica L*), bambu (*Bambusa SP*) e diversos tipos de palmeiras (KALLAS e MACHADO, 2005). Essa vegetação existente deixa o local bastante sombreado e aconchegante, o que contribui para tornar o clima ameno e mais agradável em relação ao restante da cidade.

Com relação à infraestrutura e equipamentos, o parque dispõe de estacionamento, uma construção onde funciona um centro de atendimento ao turista e área para exposições artísticas, escultura³³ (Figura 45), banheiros, quatro quiosques para a comercialização de produtos artesanais (Figura 46), *playground*, bancos, lixeiras, bebedouro, trilhas, um mirante e um restaurante flutuante. Os visitantes do parque também contam com os serviços de um barqueiro que aluga o barco para passeios pelos rios.



Figura 45: Vista geral da entrada do parque Encontro dos Rios e a escultura em homenagem a lenda do Cabeça de Cuia, 2007.



Figura 46: Quiosque, 2008.

O parque possui uma cerca baixa e vazada que contorna toda a sua área, mas não tem a função de isolá-lo, serve apenas como elemento estético (Figura 47). O espaço conta com dois portões de acesso, próximos um do outro e localizados na Avenida Boa Esperança.

³³ A escultura é um monumento à lenda Cabeça de Cuia – conta a história de Crispim, um pescador que ao chegar em casa depois de um dia de trabalho não encontrou comida, enfurecido matou a mãe com um osso de boi. Ele foi castigado e caiu no rio Parnaíba onde só sairia depois de encontra sete Marias virgens ao longo do rio.

Desde sua implantação o parque vem sofrendo o desgaste natural de seus equipamentos. Os bancos e o piso, em concreto pré-moldado em placas, apresentam bom estado de conservação – não estão quebrados e estão sempre limpos –; estas características permitem uma imagem mais positiva do parque pelos seus visitantes (Figura 48).



Figura 47: Vista da Avenida Boa Esperança, da cerca que contorna o parque, um dos portões de acesso e as casas no entorno imediato, 2007.



Figura 48: Vista do piso e bancos do parque, o aspecto de bem conservado desses elementos atrai os visitantes, 2007.

No entanto, dos dois banheiros existentes no parque, um está quebrado e há muito tempo espera por reforma, o que prejudica a assistência aos usuários, pois apenas um banheiro é insuficiente para atender a todas as pessoas que frequentam o local (Figura 49). E o estacionamento é pequeno para o número de visitantes que frequentam o parque, os carros muitas vezes ficam estacionados no acostamento da rua, fato mais comum nos fins de semana (Figura 50).



Figura 49: Vista dos dois banheiros existentes no parque, mostrando um deles com aviso de defeito, 2008.



Figura 50: Vista do estacionamento e carros estacionados no acostamento. Fonte: Ana Rosa Negreiros, 2007.

As áreas mais usadas do parque são aquelas onde fica o mirante, o restaurante flutuante e os quiosques circunvizinhos. Com isso, o restante do parque fica praticamente sem uso como, por exemplo, o quiosque que fica mais afastado do mirante está desativado. Esta área que fica mais isolada é fechada pela vegetação, o acesso feito por trilhas, o que dificulta a visibilidade e a entrada do visitante nesta parte do parque, demonstrando a ausência de manutenção na área das trilhas (Figura 51). Como se observa na planta de piso³⁴, existia uma parte do parque ocupada por um campo de futebol, hoje com o avanço da vegetação, esse campo não existe. Mais um uso que tinha grandes potencialidades e que não está sendo explorado (Figura 52).



Figura 51: Trilha que dá acesso a um dos quiosques. Observa-se a vegetação impedindo a visibilidade do equipamento, 2007.



Figura 52: Planta de piso do parque. Disponível em: winweb.redealuno.usp.br/quapa/busca_ficha.asp?glCodOco=192&glCodAtr=1#

Recentemente foi instalado um *playground* em virtude do número de crianças que visitam o parque, equipamento que não existia no projeto original, o brinquedo não tem nenhuma relação com os materiais construtivos do parque. O *playground* fazia muita falta, pois não

³⁴ Levantamento da planta de piso do parque feito no ano de 2000 pelo projeto QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil) que é um projeto de pesquisa de paisagismo iniciado em 1994 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e tem como objetivo o estudo do projeto de paisagismo no Brasil em todas as suas escalas de abrangência.

existia nenhum atrativo para as crianças que frequentam o local. Porém, considera-se que apenas a colocação do equipamento sem uma estrutura adequada que auxilie no uso é insuficiente, considerando que na utilização do brinquedo muitas crianças se sujam e não há no parque local nem para lavar as mãos (Figura 53).



Figura 53: Crianças brincando no *playground*, 2007.

Apesar do parque apresentar algumas deficiências, ele é o ponto turístico de maior destaque da cidade. Além da população do seu entorno que o utiliza cotidianamente como local de encontro e descontração, ele é parada obrigatória dos turistas da cidade, devido ao fenômeno do encontro das águas, sendo muito visitado para assistir o pôr-do-sol (Figuras 54 e 55).



Figura 54: Mirante do parque. De onde se pode avistar o encontro das águas dos rios. Fonte: Ana Rosa Negreiros, 2007.

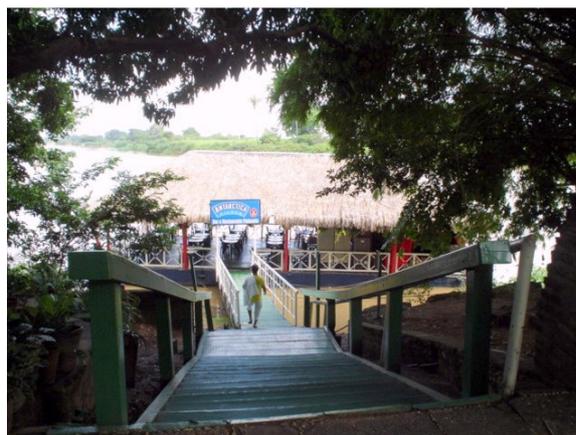


Figura 55: Restaurante flutuante que com o mirante são os pontos de mais destaque no parque, 2007.

Apesar de esse parque ser um local relativamente bem apropriado pela população teresinense, ele poderia ser melhor explorado. A área destinada a exposições, por exemplo, é pouco

utilizada, o espaço está sempre vazio por falta de incentivos ao seu uso. Sem outras atividades no local, os artesões, que moram no entorno do parque, expõem ali, de modo improvisado, os objetos que produzem (Figura 56).

Outra questão é a ausência de serviços de lanchonete, o que contribui para a atração de ambulantes, que ocupam área imprópria para comercialização de alimentos. No entanto, a presença deles é o que atenua estas necessidades dos usuários (Figura 57).



Figura 56: Área de exposição do parque, muitas vezes usada apenas como feirinha de artesanato, 2008.



Figura 57: Venda de lanches por ambulantes no parque, 2008.

O gerenciamento do parque é feito pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAN). A secretaria é responsável pela limpeza, poda de árvores e grama. Os funcionários responsáveis pela limpeza são de firma terceirizada, contratada pela secretaria para a realização dos serviços. A manutenção de limpeza do parque é boa, quando comparado aos demais parques. A sua manutenção é facilitada pelas pequenas dimensões do espaço. O aspecto de bem cuidado influencia positivamente na utilização do espaço, visto que o torna mais atrativo aos olhos de quem entra nele.

Por se tratar de um local histórico, cultural e simbólico para a cidade, o parque conta ainda com um centro de atendimento ao visitante, que tem por função prestar informações turísticas. Existem funcionários para informar sobre a história do local, porém, estes só se manifestam quando são solicitados pelos visitantes. Não existe uma dinâmica permanente de incentivo à valorização do parque por parte dos seus funcionários. Apenas em datas festivas e

comemorativas é que o parque é mais divulgado³⁵. Os funcionários apenas contam a história do local, mas não dispõe de nenhum material para a divulgação do parque. Essa divulgação seria importante, pois ajudaria a trazer mais representatividade para o local diante da sociedade e, assim, ocasionar um incentivo maior ao desenvolvimento das potencialidades do parque.

3.2.3. Parque da Cidade – Parque de Setor Urbano

O Parque “Prefeito João Olimpio de Melo”, mais comumente conhecido como Parque da Cidade³⁶, existe há 27 anos. Está localizado no bairro Primavera, na zona centro-norte da cidade, entre a Avenida Duque de Caxias e o rio Poti. O acesso ao parque é feito pela Avenida Duque de Caxias, uma das principais vias que liga os bairros da zona centro-norte de Teresina (Figura 58).

A área onde o parque está situado é um local de grande circulação por está próximo à ponte da Primavera, que liga a zona centro-norte a zona leste, sendo este o caminho para quem sai da zona norte em direção à Universidade Federal do Piauí. Um ponto positivo dessa localização é que pela Avenida Duque de Caxias circulam cerca de dez linhas de ônibus (TERESINA, 2009). Algumas dessas linhas de ônibus ligam as quatro zonas da cidade até o parque³⁷, facilitando o acesso a esse espaço por boa parte população teresinense.

Quando comparado com o restante dos bairros da zona centro-norte como, por exemplo, o bairro Olarias – comentado anteriormente –, o bairro primavera se apresenta como um dos mais populosos e com uma renda média das mais elevadas³⁸. Apesar disso, o entorno imediato

³⁵ Segundo Moreira et al (2008), em épocas comemorativas, como a semana da criança e o aniversário de Teresina, o parque chega a receber mais de 10 escolas por dia. E na época das férias o parque chega a receber 2000 pessoas.

³⁶ O Parque de Cidade foi inaugurado em 9 de maio de 1982, considerado área de preservação ambiental pela Lei Municipal nº 1.939, de 16 de Agosto de 1988. Batizado com o nome de “Prefeito João Olimpio de Melo”, pelo Decreto nº 2.329, de 12 de Maio de 1993. O local era residência do ex-prefeito de Teresina João Olímpio de Melo. O prefeito cedeu sua chácara para a conservação de área arborizada na cidade (TERESINA, 2009)

³⁷ Essas linhas de ônibus que ligam as quatro zonas da cidade têm como pontos de atração a Universidade Federal do Piauí e a Universidade Estadual do Piauí, que por coincidência passam em frente ao parque.

³⁸ Segundo o censo 2000, o bairro concentra uma população de 9.054 habitantes, sendo que a renda média mensal do responsável pelo domicílio, nesse mesmo ano, estava em entorno de R\$ 669,47 (TERESINA, 2009). Essa renda correspondia a mais de cinco salários mínimos, que no ano de 2000 equivalia a R\$ 151,00.

ao parque é formado basicamente por residências horizontais simples, de baixo padrão construtivo (Figura 59).



Figura 58: Avenida Duque de Caxias - canteiro central com ciclovia, do lado esquerdo da foto, o parque. 2008.



Figura 59: Residências no entorno imediato ao parque. 2008.

O parque tem formato quadrangular, possuindo uma área de 17 hectares, e está organizado em setores: administrativo, esportivo, recreativo e ambiental (Figuras 60 e 61). O local possui muro de alvenaria, gradil e cerca de arame farpado³⁹. Dentre os demais espaços analisados, este parque é o segundo maior em dimensionamento, o que contribui para que seja o maior em variedade de funções. Neste parque, por exemplo, existem equipamentos destinados à prática de lazer de crianças, jovens e adultos.

O parque dispõe de estacionamento, guarita, trilhas ecológicas, *playground*, coreto, cascatão, quadras de esporte, pista para caminhada, áreas para *shows* e eventos, lanchonete, banheiros, chuveiros, bancos, lixeiras e orelhão. No parque também estão localizadas algumas edificações de destaque: a sede da Secretaria de Meio Ambiente, a escola XV de outubro e a sede da Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental.

³⁹ No limite com o rio o parque é isolado com uma cerca de arame farpado. Este isolamento deveria impedir o acesso das pessoas ao rio, porém, algumas pessoas atravessam a cerca e vão tomar banho no rio. A água neste local é imprópria para banho e a área é muito perigosa por causa dos riscos de afogamento.



Figura 60: Imagem de Satélite do Parque da Cidade, mostrando sua área que é delimitada pela Avenida Duque de Caxias, Rua Quilombo dos Palmares, rio Poti e Avenida Roraima. Adaptado Google Earth (2009).

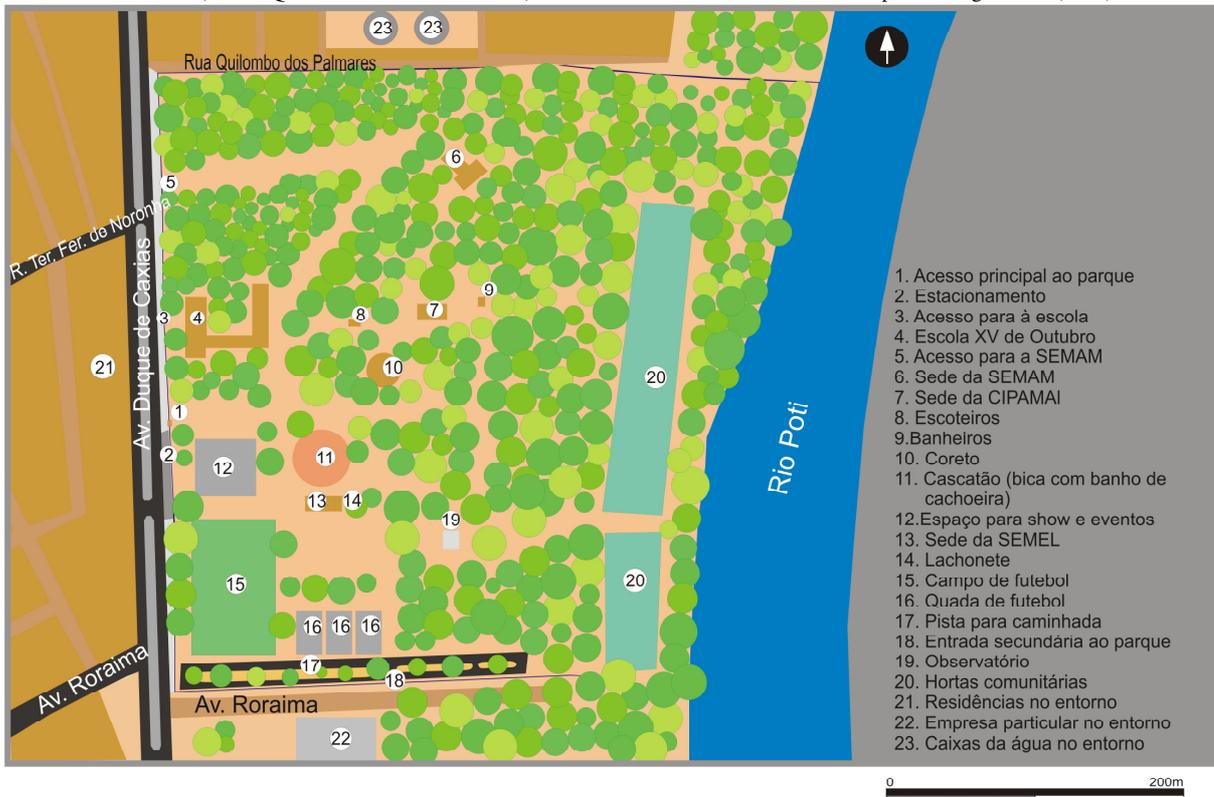


Figura 61: Planta esquemática de configuração e localização dos equipamentos do Parque da Cidade.

No parque foram identificadas 120 espécies entre árvores e arbustos, agrupadas em 48 famílias (MACHADO, 2002). Além da mata ciliar nativa, entre as espécies vegetais podem-se encontrar ipês (*Tabebuia avellaneda*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), angico (*Parapiptadenia rígida*), acácia (*Acacia auriculiformis*), cedro (*Cedrela fissilis*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), mangueira (*Mangifera indica*), sapucaia (*Lecythis pisonis*), etc. Essa vegetação está distribuída por toda a área do parque, o que torna o local um ambiente mais agradável bioclimaticamente, o que o constitui como mais um espaço diferenciado na cidade e muito importante para a manutenção do microclima local. Enquanto Teresina é uma cidade que apresenta altos índices de temperatura durante todo o ano, essas áreas vegetadas se tornam fundamentais para a melhoria do conforto térmico.

O espaço apresenta muitas opções de entretenimento aos usuários, como: o coreto, utilizado para a realização de pequenos eventos e encontros ou para reunir os visitantes para palestras, concentrações artísticas e culturais, além de servir como ponto de apoio às escolas que visitam o parque (Figura 62); ou a ponte, que fica na área das trilhas e proporciona as crianças mais um lugar de aventuras, dentro da área cercada por vegetação (Figura 63).



Figura 62: Coreto, 2007.



Figura 63: Ponte existente no parque, no meio das trilhas, 2007.

O parque não apresenta uma demanda diária ou uso que atraia público que necessite dos serviços da lanchonete. Quando a administração do parque sabe que vai receber um grande número de visitantes providencia a abertura da lanchonete (Figura 64).

A pista de caminhada é usada principalmente durante a manhã e no fim da tarde quando as temperaturas estão mais amenas e é possível a prática de atividades físicas (Figura 65).



Figura 64: Lanchonete, 2007.



Figura 65: Pista de caminhada, 2007.

As trilhas se distribuem por todo o parque, onde existem várias opções de passeio, dentre as quais: trilha do rio Poti, do Pomar, do lago seco, da encosta e da escola⁴⁰ (Figuras 66 e 67). Essas trilhas somam um percurso de quase 2 km de extensão e permitem conhecer toda a área do parque.



Figura 66: À esquerda a área esportiva do parque e à direita parte da área reservada às trilhas, vistas da entrada secundária do parque, 2007.



Figura 67: Acesso à trilha do Pomar, 2007.

Com relação as suas condições de infraestrutura o parque apresenta uma boa manutenção, equipamentos bem conservados e está sempre limpo. Essa boa manutenção garante ao local o aspecto de sempre ser bem cuidado. Recentemente, o parque passou por reformas, quando o

⁴⁰ Trilha do rio Poti: onde se pode observar as águas do rio, se há ocorrência de processos erosivos das margens e destacar a importância do reflorestamento na preservação do rio. Trilha do Pomar: área com plantas frutíferas. Trilha do Lago Seco: área de um lago natural que só enche no inverno. Trilha da Encosta: terrenos com inclinação acentuada, cuja preservação é garantida por lei, no sentido de proteger a vegetação reflorestada e impedir o deslizamento de terras.

cascatão (bica com banho de cachoeira), *playground*, ponte localizada nas trilhas e centro de astronomia foram pintados. A limpeza é realizada por funcionários da empresa terceirizada contratada pela Secretaria de Meio Ambiente.

Na época de criação do parque, apenas a Secretaria de Meio Ambiente era responsável pela sua administração. No entanto, atualmente várias secretarias são responsáveis pela sua administração. A Escola 15 de Outubro, localizada na área do parque, é administrada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A área das quadras e campo de futebol é administrada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e as hortas comunitárias (Figura 68) pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, mas, a administração geral ainda é responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente⁴¹ (MOREIRA et al, 2008).

A Secretaria de Esportes e Lazer tem um programa que realiza atividades com as crianças, através de uma escolinha de esportes, como futebol e voleibol, dispondo professores e equipamentos esportivos, como bolas e redes. Contribuindo assim, para o uso frequente das quadras do parque (Figura 69).



Figura 68: Hortas comunitárias, 2007.



Figura 69: Quadras poliesportivas, 2008.

A Escola de 15 de Outubro está localizada na área do parque, mas não está vinculada com as atividades desenvolvidas no parque, como este não está vinculado às atividades desenvolvidas na escola, pois a escola somente utiliza as quadras de esportes para as práticas de educação física.

⁴¹ A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), que tem sua sede no Parque da Cidade, é a responsável pela administração, manutenção e gerenciamento em outros dois parques: Parque Ambiental Encontro dos Rios e o Parque Ambiental do Mocambinho (TERESINA, 2009).

No setor de educação, existe ainda um centro de estudos astronômicos, porém ele está desativado por falta de equipamento e de pessoal capacitado (Figura 70). O setor educacional do parque está mais restrito às visitas orientadas e guiadas quando agendadas pelas escolas, que levam seus alunos para conhecer o parque.

No Parque da Cidade também está localizada a sede da Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental, responsável pela vigilância de três parques na cidade⁴², a sua ação nos demais parques de Teresina está condicionada a uma eventual emergência (Figura 71).



Figura 70: Centro de Estudos Astronômicos. Encontrase desativado, 2008.



Figura 71: Sede da Companhia da Polícia Ambiental do Piauí, 2007.

O horário de funcionamento do parque é das 6h às 19h. A partir das 17h somente a área das quadras e o campo de futebol ficam funcionando, o acesso às trilhas e ao playground fica fechado.

O uso cotidiano do parque é feito pelos moradores do seu entorno e apenas eventualmente é usado pela maioria da população da cidade. A atividade principal praticada pelos moradores das imediações do parque é o jogo de futebol de campo, principalmente, no final da tarde (Figura 72). A demanda por espaço para a prática de futebol é tão grande que os usuários ocupam os espaços para eventos e improvisam traves para o jogo (Figura 73).

⁴² Foi criado, em 1993, como Pelotão Ambiental e, em 1994, passou a Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental. É responsável pela vigilância em três parques na cidade: Parque da Cidade, Parque Ambiental do Mocambinho e Parque Ambiental Encontro dos Rios (TERESINA, 2009)



Figura 72: Campo de futebol sendo usado num sábado à tarde, 2008.



Figura 73: Área de *show* e eventos sendo usada como quadra de futebol, 2008.

Apesar do potencial de uso, o parque é pouco explorado pela população da cidade. O uso mais significativo do parque ocorre em datas específicas como, por exemplo, a semana da criança, em que são programadas atividades e visitas orientadas, que são marcadas pelas escolas que trazem as crianças para usufruir dos equipamentos do parque (Figuras 74 a 77). Eventos dessa natureza divulgam o parque, pois um dos fatores que prejudica o seu uso é a pouca divulgação na cidade das atividades que poderiam ser realizadas nas suas dependências.



Figura 74: Cascatão sendo utilizado na semana da criança, 2008.



Figura 75: Lanchonete sendo utilizada, 2008.



Figura 76: *Playground* sendo usado na semana da criança, 2008.



Figura 77: Crianças se refrescando nos chuveiros que são de apoio do campo de futebol, 2008.

As atividades existentes neste espaço não estão relacionadas ao rio que o margeia, repercutindo de forma negativa para a cidade, que estando localizada entre dois rios, não desenvolve atividades que valorizem essa característica geográfica, se a população não está em contato direto com os elementos constitutivos da cidade, como pode refletir sobre a importância destes no seu cotidiano e no cotidiano da cidade. É uma pena que os potenciais paisagísticos do rio Poti não tenham sido explorados no parque e os usuários não desfrutem de suas vistas.

3.2.4. *Parque Ambiental da Prainha – Parque de Vizinhaça*

O parque Ambiental da Prainha⁴³ foi criado a mais de onze anos, mas, quando comparado aos demais parques analisados, percebe-se que este espaço não conseguiu atingir representatividade junto à população. O local encontra-se em quase total abandono, sem nenhum uso voltado às atividades de lazer que atrairia a população.

Embora este espaço livre público já tenha tido seu período de auge, antes mesmo da sua criação oficial pela prefeitura. Foi na década de 1980, onde no local existiam inúmeras

⁴³ O Parque Ambiental da Prainha foi criado pela Lei Municipal nº 2.600, de 2 de dezembro de 1997 (Teresina, 2009).

barracas, que atraíam muitas pessoas, o espaço lembrava uma orla beira-mar, composta pelas barracas de palha (Figura 78):

Longe do mar, Teresina tem suas praias populares nas coroas de areia que se formam no rio Parnaíba e Poti. Na década de 1980, tentou-se criar uma paisagem litorânea, com a implantação da “prainha”, em frente ao Centro Administrativo do Estado, às margens do Parnaíba. (GRUPO CLAUDINO, 2002, p. 82)



Figura 78: Barracas de palha existente no Parque Ambiental Prainha, na década de 1980.
Fonte: Grupo Claudino, 2002.

Dentre os parques de beira-rio, este é o único da zona sul de Teresina. Está situado entre o rio Parnaíba e a Avenida Maranhão (Figuras 79 e 80) e sua extensão é delimitada pelas Avenidas Joaquim Ribeiro e Getúlio Vargas.



Figura 79: Vista privilegiada do rio Parnaíba a partir do parque Ambiental da Prainha, 2008.



Figura 80: Avenida Maranhão que margei todo o parque, 2008.

O parque também está localizado entre duas pontes as quais fazem a ligação entre Teresina e o estado vizinho, Maranhão. Assim, a área caracteriza-se por um fluxo intenso de veículos, já que, além de ser área de convergência da zona sul com o centro da cidade, recebe o tráfego proveniente da cidade vizinha, Timon, no Maranhão. Esses fatores também deveriam ser considerados como motivadores para as ações que melhorassem a paisagem do parque.

No entorno imediato ao parque, além de residências, existem importantes prédios públicos, destacando-se o Centro Administrativo do Governo Estadual (Figura 81). E ainda, o prédio da concessionária de energia elétrica do Estado, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado e o mais novo edifício do Centro de Educação Tecnológico Federal do Piauí. O entorno diversificado deveria servir como motivador para ações de integração do parque à cidade, no entanto, o seu entorno e, principalmente, os prédios públicos estão isolados em relação ao parque.

A área do parque está inserida em dois bairros, Vermelha e São Pedro, que somam juntos quase 2,5% da população teresinense. A renda média mensal do responsável pelo domicílio desses bairros é relativamente boa, quando comparada aos demais bairros da cidade⁴⁴. No entanto, as residências que se localizam em frente ao parque são construções simples, casas térreas de baixo padrão construtivo (Figura 82) e voltadas para o interior dos bairros. Como o

⁴⁴ Segundo o censo 2000, os bairros Vermelha e São Pedro somam juntos um população total de 15.969 habitantes, com renda média mensal do responsável pelo domicílio, daquele ano, de R\$ 898,31 e R\$ 618,73 respectivamente (Teresina, 2009). O que equivalia, na época, a uma renda média de seis e quatro salários mínimos, respectivamente, para os bairros Vermelha e São Pedro.

parque não tem nenhum atrativo de interesse a esta população, acaba que, os seus moradores não têm nenhuma relação de aproximação com o parque.



Figura 81: Centro administrativo do Governo do Estado que fica localizado no entorno imediato ao parque, 2009.



Figura 82 Residências do entorno imediato ao parque, 2008.

O parque tem formato linear, com aproximadamente 3 km de extensão e ocupa uma área de 12 hectares. A Avenida Maranhão, uma das principais vias de articulação da cidade, ligando a zona centro-norte a sul, margeia todo o parque, permitindo fácil acesso (Figura 83 e 84).



Figura 83: Imagem de satélite mostrando a localização e os limites do Parque Ambiental da Prainha e seu entorno. Adaptado Google Earth (2009).

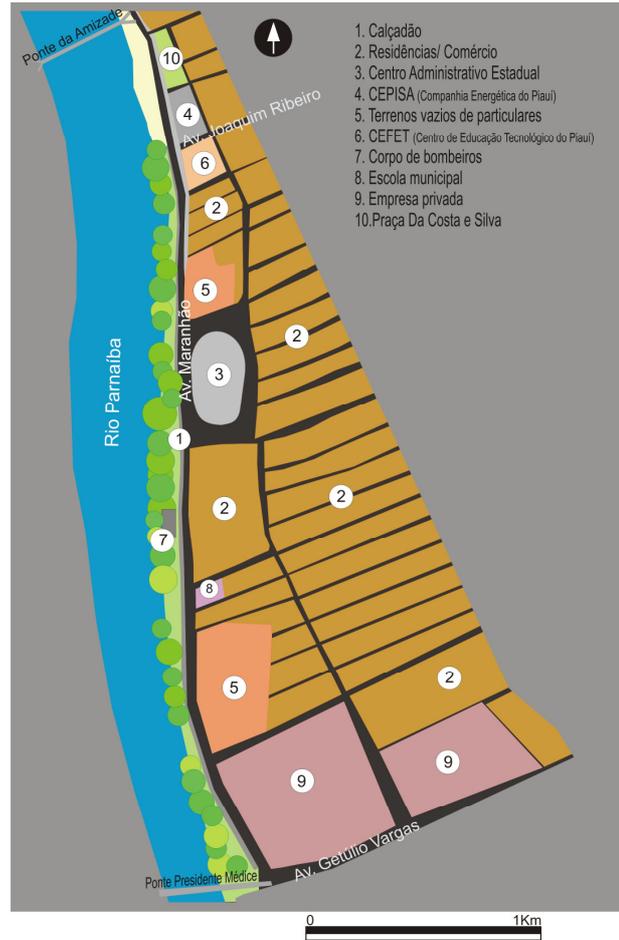


Figura 84: Planta esquemática do Parque Ambiental da Prainha – mostrando sua delimitação pelas Av. Joaquim Ribeiro, Av. Maranhão, Av. Getúlio Vargas e Rio Poti e o seu entorno imediato. .

Segundo Kallas e Machado (2005), no Parque Ambiental da Prainha dentre as espécies vegetais encontradas estão angico vermelho (*Piptadenia rigida*), fícus (*Ficus benjamina*), cássia imperial ou chuva de ouro (*cássia sp*), angico preto (*Anadenanthera macrocarpa*), carnaúba (*Corpenifera prufifera*), sete copas ou amendoeira (*Terminalia catappa*), caju (*Anarcadium occidentale*), mangueira (*Mangifera indica*), goiabeira (*Psidium guajava*), oiti (*Licania Tomentosa*), pequi (*Carycar brasilienses*) e cajá (*Spondias sp*). Essas espécies se apresentam muito exuberantes e formam um cenário rico pela variedade e beleza da vegetação. Essa vegetação proporciona ao espaço uma sensação mais agradável de temperatura em relação ao entorno edificado do parque (Figuras 85 e 86).



Figura 85: A vegetação do parque se destaca pela beleza e variedade de espécies, 2008



Figura 86: A vegetação do parque proporciona o mantimento de um microclima local mais ameno, 2008.

Na época que o parque foi criado existia um *playground* e um campo de futebol. Hoje, só existe o resto do *playground* e as traves do campo de futebol (Figuras 87 e 88). No parque não tem iluminação, nem lixeiras ou bancos. É inexistente qualquer tipo de mobiliário, o que ainda existe é uma ciclovia (Figura 89). O calçadão, em pedra portuguesa, encontra-se destruído, sendo inadequado para a prática de caminhadas que seria uma atividade a ser realizada no parque (Figura 90).



Figura 87: *Playground* abandonado no parque, 2008.



Figura 88: Trave do campo de futebol, 2008.



Figura 89: Ciclovía, 2008.



Figura 90: Calçada deteriorada, 2009.

As pessoas que procuram um lugar para caminhar, o fazem do outro lado da Avenida Maranhão, oposto ao parque. O único uso efetivo do parque é o ponto para os lavadores de carros, que tiram seu sustento dessa atividade⁴⁵ (Figura 91).

A ausência de atividades neste espaço possibilita a ação de vândalos e a permanência de usuários de drogas ilícitas. Essa ausência de práticas rotineiras, aliado ao completo descaso por este espaço público, não permite que o parque seja usado com todo o seu potencial latente.

Dentro da área do parque ainda existe uma unidade do Corpo de Bombeiros de Teresina e uma bomba que capta água do rio Parnaíba e a joga em um carro pipa, que será usado para regar as plantas das praças da cidade (Figura 92).



Figura 91: Lavadores de carro, única atividade que ocorre no espaço, 2009.



Figura 92: Corpo de Bombeiros na área do parque, 2009.

⁴⁵ Essa atividade é irregular e contamina o rio, devido aos produtos tóxicos usados na lavagem dos carros.

A Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sul (SDU Sul) é a responsável pelo gerenciamento do espaço, porém é negligente com a manutenção e gerenciamento. O único cuidado que é tido com o local, que ainda é precário, é a capina e a coleta do lixo.

Como o parque é linear, o mínimo que deveria ter seria um calçadão apropriado para as práticas de caminhada e corrida, equipado com aparelhos de ginástica, além de iluminação e segurança para os usuários.

O parque tem grande potencial de uso, apesar do atual abandono. Este potencial relaciona-se à sua localização de fácil acesso, à sua integração com o rio e o cenário rico pela vegetação e pela sua beleza cênica. Este espaço poderia melhorar a imagem da cidade e auto-estima da população teresinense.

3.2.5. Parque Ambiental Beira-Rio – Parque de Setor Urbano

O Parque Ambiental Beira Rio⁴⁶ foi criado há quase 10 anos e é, atualmente, dentre os parques analisados nesta pesquisa, o que apresenta maior frequência diária de usuários⁴⁷.

O parque está localizado na zona leste de Teresina, abrangendo os bairros Jóquei Club e Fátima, situado entre a margem direita do rio Poti e a Avenida Raul Lopes, tendo como limites as pontes da Primavera e Jk⁴⁸. Estas pontes ligam, respectivamente, a zona centro-norte à zona leste e a área central à zona leste.

A área onde o parque está situado se caracteriza por um crescimento urbano acelerado, é a região da cidade com mais edifícios residenciais (Figura 93), apesar disso, é uma região bastante diversificada contendo áreas residenciais, comerciais e de prestação de serviços. Os bairros Jóquei Club e Fátima também concentram bares e restaurantes e é um dos pontos de atividade noturna da cidade.

Um elemento de destaque no entorno imediato ao parque é um *shopping center* que funciona como um ponto de atração da população, o que repercute no uso do parque, pois torna a área

⁴⁶ O parque foi criado pelo Decreto Municipal nº 4.217, de 12 de novembro de 1999 (TERESINA, 2009).

⁴⁷ Não existe nenhum dado oficial que comprove a quantidade de pessoas que frequentam o parque por dia. Essa comparação parte da realidade cotidiana do espaço observada pela pesquisadora.

⁴⁸ O prolongamento dessas pontes representa respectivamente as extremidades dos bairros Fátima e Jóquei.

mais movimentada, com um fluxo maior de pessoas (Figura 94). Essa intensa dinâmica urbana da área se deve aos aspectos sociais dos bairros, pois, a população residente apresenta o nível socioeconômico mais elevado da cidade, quando comparado a outros bairros⁴⁹.



Figura 93: Edifícios residenciais no entorno do parque, 2009.



Figura 94: *Shopping Center* em frente ao parque, 2009.

A Avenida Raul Lopes, atualmente, é um pólo atrator de edifícios de escritórios e de serviços, os quais são construídos no entorno imediato ao parque. Ruas estão sendo abertas para interligar, mais facilmente, os bairros à Avenida Raul Lopes, o que irá influenciar mais ainda na dinâmica urbana do entorno do parque (Figuras 95 e 96).



Figura 95: Rio Poti, parque Ambiental Beira Rio, Avenida Raul Lopes e entorno imediato ao parque. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo>



Figura 96: Rua recentemente aberta para interligar o bairro à Avenida Raul Lopes, 2009.

⁴⁹ O bairro Jóquei apresentou no ano de 2000 uma população de aproximadamente 3.108 habitantes e o bairro de Fátima aproximadamente 7.352 habitantes, sendo a renda média do responsável pelo domicílio de cada bairro era de R\$ 4.559,49 e R\$ 2.694,29 respectivamente (TERESINA, 2009). Na época essas rendas médias correspondiam a 30 e 18 salários mínimos, respectivamente, para o bairro Jóquei e bairro de Fátima.

A área total do parque é de 26 hectares, seu formato é linear, com uma extensão total de 2.300 km (Figuras 97 e 98). Dois quilômetros desse total são destinados ao calçadão, ideal para a prática de caminhadas e corridas. Os 300m restantes da extensão do parque ficam ocupados com quiosques, que funcionam durante o dia, mas é à noite que apresentam frequência mais significativa de usuários.



Figura 97: Imagem de satélite do Parque Beira Rio, mostrando sua delimitação. Adaptado Google earth (2009)



Figura 98: Planta esquemática do Parque Ambiental Beira Rio, mostrando sua situação, limites e entorno imediato.

A vegetação do parque proporciona um ambiente sombreado, agradável e acolhedor, ideal para a prática de exercícios ao ar livre (Figuras 99 e 100). Entre as espécies de vegetação encontradas no parque destaca-se a mangueira (*Mangifera indica*), laranjeira (*Citrus sinensis*), goiabeira (*Psidium guajava*), o caneleiro (*Pachyrhaphus validus*) e angico (*Piptadenia rigida*), além da mata ciliar nativa das margens do rio (KALLAS e MACHADO, 2005).



Figura 99: Vegetação exuberante no parque, 2008.



Figura 100: Vegetação proporciona área sombreada para os usuários, 2008.

A infraestrutura do parque é razoável, poderia ser melhor, pois existem poucos e precários equipamentos de ginástica. Deveria ter mais equipamentos ou uma bateria mais equipada e bonita, para proporcionar melhor assistência aos exercícios praticados pelos usuários (Figura 101)

Os bancos, apesar do bom estado de conservação, estão concentrados em uma parte do percurso de caminhada. A iluminação é provinda dos postes da Avenida Raul Lopes. Em todo o calçadão existe a marcação da distância percorrida e lixeiras, seu piso é regular e adequado às práticas de caminhada.

O parque apresenta um bom estado de conservação, principalmente, quando comparado aos demais parques analisados. A boa manutenção do parque está relacionada com a visibilidade deste espaço, uma vez que ele é frequentado por usuários com alto poder aquisitivo. O parque está sempre limpo e conta com policiamento regular, garantindo segurança aos usuários do espaço (Figura 102).



Figura 101: Equipamentos de ginástica existentes no parque, 2008



Figura 102: Policiamento no parque, 2008.

Quanto aos quiosques e aos banheiros, foram construídos com materiais regionais: tijolo aparente e cobertura de palha. Os quiosques são pontos de lazer noturno da cidade, em passado recente, havia um número maior de frequentadores, porém, ainda mantém um público razoável (Figura 103). Para a área dos quiosques, há somente dois banheiros, um feminino e outro masculino. (Figura 104)



Figura 103: Área de quiosques existentes no parque. Local sombreado e bem agradável, 2007.



Figura 104: Banheiros, 2007.

O Parque Ambiental Beira-Rio tem como atividades principais a prática de exercícios e o entretenimento nos quiosques, com ênfase nas atividades de caminhadas, que são mais comuns pela manhã e ao entardecer, ou seja, antes e depois do expediente de trabalho (Figura 105). Ainda atrai ambulantes que vendem água para as pessoas que fazem caminhadas no parque (Figura 106).



Figura 105: Pessoas caminhando no calçadão e carros estacionados na Avenida Raul Lopes, 2007



Figura 106: Ambulantes vendendo frutas e água para os usuários do parque, 2007

O parque não possui administração própria, este espaço está sob responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento Urbano Leste (SDU - Leste), que realiza serviços de manutenção, mantendo o parque sempre bem cuidado. Diariamente são feitos serviços de limpeza por funcionários de uma empresa terceirizada, contratada pela SDU - Leste.

O rio Poti, apesar de margear toda a extensão do parque, não influencia diretamente nas atividades realizadas neste espaço. As atividades principais do parque estão no calçadão e nas proximidades do *shopping center*, atendendo a demanda da população por exercícios ao ar livre. O rio Poti é importante elemento integrante do cenário do parque e poderia ser valorizado se houvesse, por exemplo, a construção de um mirante, que geraria mais um ponto de atração para a população.

3.2.6. Parque Zoobotânico – Parque Metropolitano

O Parque Zoobotânico⁵⁰ criado há quase 36 anos é o mais antigo da cidade, surge como área destinada à proteção, conservação e pesquisa da flora e da fauna de Teresina, e implantação do zoológico.

O parque está localizado na zona leste, no bairro de mesmo nome⁵¹, entre a Rodovia PI-112 (prolongamento da Avenida Presidente Kennedy), que liga Teresina a cidade de União, e o rio Poti, ao norte está delimitado pelo bairro Pedra Mole e, ao sul, pelo colégio agrícola da Universidade Federal do Piauí.

O parque Zoobotânico está situado em um bairro pouco adensado, onde a população residente não possui um nível de renda muito elevado⁵² quando comparado a outros bairros. Embora nos últimos anos estejam surgindo no entorno do parque condomínios residenciais fechados de casas de alto padrão construtivo.

Este parque é frequentado por usuários de toda a capital, por conta das suas especificidades, a população do bairro Zoobotânico não tem influência direta na frequência de uso do espaço.

O parque pode ser acessado pela Avenida Presidente Kennedy, que se caracteriza por um fluxo rápido e fácil na zona leste da cidade, facilitando o acesso ao parque (Figura 107).

No entanto, do portão de entrada até o parque propriamente dito existe cerca de 2 km de estrada, o que dificulta a visita de pessoas que não dispõem de meio de transporte particular, há um trezinho que faz o trajeto da portaria de entrada ao parque, mas ele funciona apenas aos domingos.

⁵⁰ O Parque foi criado pelo Decreto Estadual nº 1608, de 8 de maio de 1973, que o define o Zoológico da cidade

⁵¹ O bairro recebeu o nome de bairro Zoobotânico por causa da existência do parque.

⁵² Segundo o censo 2000 o bairro Zoobotânico concentra uma população de 190 habitantes, sendo que a renda média mensal do responsável pelo domicílio, nesse mesmo ano, estava em entorno de R\$ 331,30 (TERESINA, 2009). Essa renda média corresponde a pouco mais de dois salários mínimos no ano de 2000.



Figura 107: Avenida Presidente Kennedy.
Disponível: <http://img140.imageshack.us/img140/1224/39ii6.jpg>

O parque possui uma área de 137 hectares, que estão dispostos em formato irregular. É o maior parque em dimensionamento existente na cidade. Não existe uma delimitação precisa quanto a sua extensão, esta se baseia na área de abrangência das atividades do parque⁵³. Essas dimensões possibilitam a instalação adequada e segura dos animais silvestres, proporcionando ao zoológico condições de reproduzir ambientes bastante semelhantes com os *habitat* naturais dos animais (Figuras 108 e 109).

⁵³ Segundo o Plano de Manejo do Parque Zoológico de Teresina, no seu relatório das ações executadas de 2002, foi constatado que seus instrumentos operativos a área do parque de 137 hectares não foi confirmado pelo seu levantamento plano altimétrico. Segundo o levantamento, para efeito de reconhecimento de limites deve ser considerado que no lago ao norte da área não há demarcação, sendo a linha traçada por extensão das anteriores e posteriores, sempre conforme orientação dos funcionários mais experientes do parque. Todos os demais limites se deram de acordo com as condições físicas de campo (PIAUI, 2002)



Figura 108: Imagem de satélite mostrando a área delimitada do Parque Zoobotânico e o seu entorno imediato. Adaptado Google Earth (2009).

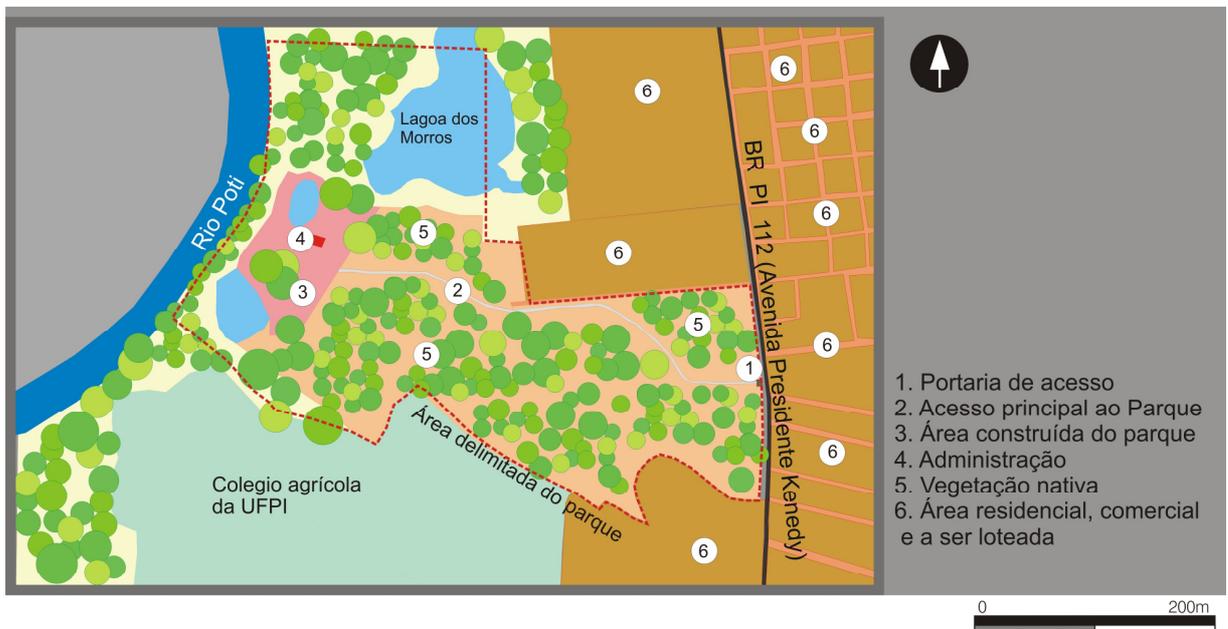


Figura 109: Planta esquemática do Parque Zoobotânico mostrando a área delimitada que pertence ao parque.

A fauna e a flora locais são bastante diversificadas, já tendo sido identificadas 76 espécies vegetais, incluindo aquelas que compõem a mata ciliar do rio Poti, e mais de 45 espécies de animais nativos. O zoológico possui cerca de 52 espécies de animais em criatório e exposição pública.

Entre as espécies vegetais existentes no parque Zoobotânico pode-se encontrar angico branco (*Piptadenia colubrina*), babaçu (*Orrbignya speciosa*), algodão (*Gossypium hirsutum*), cajá (*Spondias lutea*), umbu (*Spondias tuberosa Arruda*), caneleiro (*Pachyramphus validus*), castanha de macaco (*Mammea americana L*), pau-rei (*Pterygota brasiliensis*), angélica brava (*Angelica officinalis*), mamona (*Ricinus communis L*), mamoeira (*Ricinus communis L*), cabeça-de-negro (*Annona crassiflora*), guaxina (*Procyon cancrivorus*), sete-copas (*Terminalia catappa*), amêndoa (*Amygdalus communis L*), ipê-roxo (*Tabebuia impetiginosa*), pau-de-jangada (*Apeiba echinata*), pente-de-macaco (*Pithecoctenium crucigerum*), sapucaia (*Lecythis pisonis*) e castanha sapucaia (*Lecythis pisonis Cambess*) (PIAUÍ, 2002).

O conjunto arquitetônico do parque é constituído da portaria (Figura 110), Escola do Meio Ambiente, casa de administração (Figura 111), quiosques, hospital veterinário, edificações de apoio, terrários para répteis, viveiros, fossos e jaulas.



Figura 110: Portaria de entrada do parque Zoobotânico, 2007.



Figura 111: Prédio da administração do parque, 2007.

A infraestrutura existente atende satisfatoriamente às demandas do parque, contando com abastecimento de água próprio, instalações elétricas, sistema de irrigação para as áreas de recreação, vias de acesso asfaltadas e sinalizadas, poços tubulares, unidades de bombeamento

e adução de água bruta do rio Poti e das lagoas e um sistema de esgotamento sanitário baseado em fossas e sumidouros.

O parque tem como atividade principal a contemplação dos animais, no entanto, existem outras atividades paralelas para atrair mais visitantes e diversificar o uso do parque, tais como: bichos empalhados, trenzinho, labirinto e lanchonete (Figuras 112 a 115). Além das atividades normais do parque, são realizados programas especiais de educação ambiental, sobre preservação dos recursos naturais, para estudantes da rede pública e privada de ensino e de diversas outras instituições, bem como para o público em geral. Este programa visa integrar a comunidade com as atividades do zoológico.



Figura 112: Crianças visitando o ambiente das cobras, 2008



Figura 113: Museu de bichos empalhados, 2008.



Figura 114: Crianças brincando no labirinto, 2008.



Figura 115: Lanchonetes, 2008

O parque é bastante usado, principalmente nos fins de semana e feriados, por famílias que levam as crianças para conhecer o espaço. Também são comuns as excursões promovidas por escolas, que objetivam apresentar aos alunos os animais vistos em sala de aula. Este tipo de atividade se intensifica na semana da criança⁵⁴.

Na semana da criança, a administração do parque realiza uma programação especial para o evento, como teatrinho de marionetes e improvisação de brinquedos infláveis, já que o parque não tem *playground* para as crianças (Figuras 116-119).

O parque cobra uma entrada de R\$ 2,00 para os adultos e de R\$ 1,00 para as crianças de até cinco anos. Para as excursões de escolas da rede pública não são cobradas as taxas de entrada.



Figura 116: Ônibus de excursão de alunos na semana da criança, 2008.



Figura 117: Teatro de marionetes durante a semana da criança, 2008.

⁵⁴ Dentro de sua estrutura atual, o Parque Zoobotânico acolhe aos domingos e feriados, no período compreendido entre as 8 horas e 17 horas, um público médio de 300 pessoas, composto de jovens, crianças, adultos, além do público permanentemente vinculado aos diversos programas ecológicos e de educação ambiental existentes (PIAUI, 2002).



Figura 118: Brinquedo inflável colocado na semana da criança, 2008



Figura 119: Trenzinho levando as crianças para passear pelo parque, 2008.

O parque conta com uma administração própria, sendo entre os parques analisados o único que está sob responsabilidade do governo estadual. Seu gerenciamento está relacionado à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí. Apresentando vários funcionários, entre os quais, vigias, administrador, veterinários e cozinheiros, responsáveis pela alimentação dos animais.

Recentemente, lixeiras, placas de sinalização, banheiros, lanchonetes e, principalmente, jaulas dos animais foram reformadas. Essas reformas melhoraram o tratamento dado aos animais e a segurança dos funcionários que lidam diretamente com eles (Figuras 120 e 121)



Figura 120: Entrada dos funcionários na jaula do leão, 2007.



Figura 121: Jaula do leão, mostrando ao fundo o local onde os funcionários do parque se comunicam com os leões, 2007.

As atividades realizadas no parque não envolvem o rio Poti. Na margem do rio há um cais improvisado para dar acesso ao barco que faz o percurso da Escola Ambiental do Parque Potycabana, na zona urbana de Teresina, ao parque Zoobotânico, uma tentativa de integração dos dois parques, ambos coordenados pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí. A lagoa dos Morros já foi utilizada para área de passeios em pedalinhos, hoje ela não desenvolve nenhuma atividade de lazer.

3.2.7. Balneário Curva São Paulo – Parque de Setor Urbano

Este espaço sempre foi usado pelos moradores da região, que improvisavam barracas de palhas de apoio aos banhistas. Em 2007, este espaço foi reformado e estas barraquinhas foram substituídas por quiosques padronizados de alvenaria, o parque foi urbanizado para criar um local apropriado para os banhistas, consolidando-se como local de entretenimento e diversão para os teresinenses.

Este parque está localizado na zona sudeste de Teresina, no bairro São Sebastião, na margem direita do rio Poti. A zona sudeste está distante do centro urbano e caracteriza-se por apresentar um grande crescimento urbano e populacional somando aproximadamente 122 mil habitantes no censo de 2000 (TERESINA, 2009).

A região sudeste é a principal usuária do Balneário Curva São Paulo, o parque serve como local de lazer para esta região. O entorno imediato do parque é densamente povoado por residências simples, de baixo padrão construtivo. Existe ainda no seu entorno um clube particular e uma praça (Figura 122). O acesso ao parque, apesar de ser bem sinalizado, é prejudicado pelas ruas estreitas do local (Figura 123).



Figura 122: Praça do bairro no entorno imediato ao parque, 2007.



Figura 123: Rua de acesso ao Balneário, cerca de arame que contorna o parque, 2007.

A área do parque é de apenas cinco hectares, sendo que seu desenho acompanha a entrada do rio, formando uma curva, característica esta que deu origem ao nome do parque (Figuras 124 e 125).



Figura 124: Imagem de Satélite do Balneário Curva São Paulo e seu entorno imediato. Adaptado Google Earth (2009)

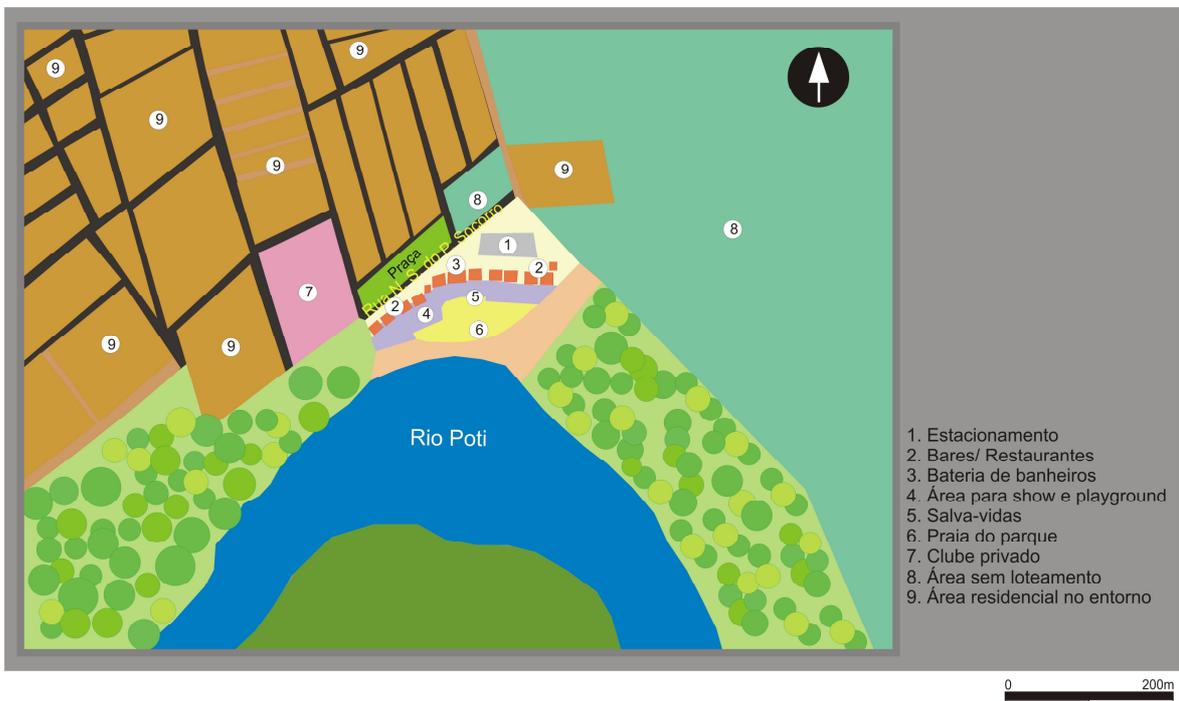


Figura 125: Planta esquemática do Balneário Curva São Paulo, mostrando a localização do seu equipamentos.

Segundo Kallas e Machado (2005) a vegetação do parque na área construída é formada por palmeiras e mangueiras e na área sem construções por vegetação nativa das margens do rio. Recentemente, em uma parceria da Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sudeste (SDU - Sudeste) com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM), foram replantadas cerca de 200 mudas de espécies nativas como oiti (*Licania tomentosa*), caneleiro (*Pachyramphus validus*) e ipê (*Tabebuia avellanadae*). Tal iniciativa tem a finalidade de ajudar a manter o solo firme, evitar erosão e prevenir problemas como deslizamentos de terra durante o inverno, além de deixar o clima do local mais agradável (GP1, 2009).

O parque é isolado do bairro por uma cerca de arame, permitindo a visibilidade da área interna do espaço. A infraestrutura do parque conta com estacionamento com capacidade para 130 veículos (Figura 126), 46 bares/restaurantes padronizados de alvenaria e cobertos por palha (Figura 127), *playground*, banheiros, chuveiros, palcos para atividades culturais e ponto de salva-vidas.



Figura 126: Estacionamento do parque, 2009



Figura 127: Bares e restaurantes, 2009.

Antes da enchente de março de 2008, existiam sombreiros de palha que serviam como ponto de apoio aos banhistas, esta enchente também destruiu boa parte dos muros de arrimo que cercavam a praia dos banhistas. Atualmente, os danos causados pela enchente não foram reparados (Figuras 128 a 131).



Figura 128: Muro de arrimo separando a área de banho da área dos restaurantes. Antes da enchente, 2007.



Figura 129: Sombrieros na área de banho do parque. Antes da enchente, 2007



Figura 130: Os muros de arrimo foram destruídos pela enchente, 2008.



Figura 131: Algumas partes do parque ficaram destruídas depois da enchente, 2008.

A atividade principal do parque é o banho no rio Poti. A prefeitura faz exames regulares para medir a taxa de poluição do rio, e segundo o secretário de infraestrutura da Secretaria Municipal de Planejamento, a água do rio está em condições para banhos.

O parque se caracteriza por um uso intenso: nos fins de semana, é utilizado, preferencialmente, para banhos no rio e, durante a semana, o uso preferencial é à noite, nos bares e restaurantes (Figuras 132 e 133). No período das cheias as atividades de banho no rio diminuem, por causa dos perigos de afogamento, muito frequentes, mesmo com a presença de salva-vidas no local (Figuras 134 e 135).



Figura 132: Usuários nos bares e restaurantes, 2009.



Figura 133: Usuários passeando no parque e ambulantes trabalhando, 2009.



Figura 134: Banhistas no Balneário. Depois da enchente os sombreros ainda não foram recolocados, 2009.



Figura 135: Posto salva-vidas, 2008.

O Balneário Curva São Paulo é administrado pela Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sudeste (SDU - Sudeste) e conta com o apoio da associação dos barraqueiros, responsável pelo gerenciamento e pelos eventos realizados no parque. Os funcionários que

trabalham na limpeza do parque são de uma empresa terceirizada contratada pela SDU - Sudeste. Depois da enchente a limpeza do parque foi realizada em regime de mutirão.

Segundo a prefeitura de Teresina, o objetivo da reforma do parque em 2007 foi geração de 500 empregos diretos e mais de 1.500 indiretos (GP1, 2009). O Balneário Curva São Paulo alia espaço natural da cidade às oportunidades de lazer e, ainda, geração de emprego e renda, fortalecendo a economia local e proporcionando mais qualidade de vida para os seus moradores. Este espaço pode se tornar um importante atrativo de lazer para a cidade, pois possibilita a reprodução em Teresina de ambiente e práticas de lazer comum às cidades litorâneas, mesmo distante do litoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças nas concepções dos projetos dos parques públicos refletem, sem dúvida, os novos hábitos dos habitantes das grandes cidades e as recentes preocupações com questões ambientais. Tais mudanças geram, conseqüentemente, novas tipologias (classificações) destes espaços públicos. Entre essas novas tipologias de parque está a de parque de beira-rio, que se particularizam por estar construído às margens de rios, mas como os demais tipos de parque, se configuram segundo a demanda por lazer da população.

Teresina possui 31 parques e os mais significativos são parques de beira-rio. Os parques localizados fora das margens dos rios não possuem tratamento paisagístico para a prática de atividades de lazer, único destaque é o Parque Ambiental do Mocambinho, com uma área de reserva ecológica de 34 hectares, possui atividades voltadas para a educação ambiental, um museu de animais empalhados e ainda abriga um viveiro de mudas. Os parques de beira-rio representam 41,94% dos parques de Teresina e apenas o Parque Ambiental São Pedro não possui características para práticas de lazer, os demais são potencialmente locais para estas práticas.

As considerações finais são sobre a análise das condições de uso de uma amostra representativa de seis de parques de beira-rio de Teresina, destinados a atender as demandas por lazer da população. Entre estes parques dois deles estão localizados na zona centro-norte – Parque Ambiental Encontro dos Rios e Parque da Cidade –, um está localizado na zona sul – Parque Ambiental da Prainha –, dois na zona leste – Parque Ambiental Beira Rio e Parque Zoobotânico – e um na zona sudeste – Balneário Curva São Paulo –, abrangendo, assim, as quatro zonas da cidade.

Quanto à abrangência de público esses seis parques são classificados em três categorias tipológicas – Parque Metropolitano, Parque de Setor Urbano e Parque de Vizinhança. Sendo que dois dos seis parques analisados são classificados em Parque Metropolitano – Parque Ambiental Encontro dos Rios e Parque Zoobotânico –, pois atraem público de toda a cidade; três dos seis parques analisados são classificados em Parque de Setor Urbano – Parque da Cidade, Parque Ambiental Beira Rio e o Balneário Curva São Paulo –, que atendem aos

usuários de determinado setor urbano e um dos seis parques analisados é classificado como Parque de Vizinhança – Parque Ambiental Prainha –, que atende aos usuários do entorno do parque.

Quanto ao seu entorno, quatro dos seis parques estão em área basicamente residencial, o Parque Ambiental da Prainha está localizado em área residencial e institucional e o Parque de Ambiental Beira Rio, além da área residencial, possui em seu entorno áreas comerciais e de prestação serviços. A diversidade do entorno do Parque Ambiental Beira Rio favorece a sua frequência de uso em relação aos demais parques analisados.

Sobre acesso, dos seis parques dois têm acesso por via arterial (Parque Ambiental Prainha e Parque Zoobotânico), três têm acesso por via coletora (Parque Ambiental Encontro dos Rios, Parque da Cidade e Parque Ambiental Beira Rio) e apenas um, o Balneário Curva São Paulo, tem acesso por via local. O fluxo existente nas vias arteriais e coletoras favorece o acesso da população a estes parques, pois o prolongamento destas vias conecta três das quatro zonas da cidade (zonas centro-norte, sul e leste).

Quanto ao formato dos parques: o Parque Ambiental Encontro dos Rios tem formato peninsular, o Parque da Cidade tem formato quadrangular, os Parques Ambiental da Prainha e Ambiental Beira Rio têm formato linear, Parque Zoobotânico apresenta formato irregular e Balneário Curva São Paulo apresenta formato de baía. Destaque para o formato linear como a configuração mais comum entre os parques de beira-rio, que estruturados com calçadas amplas torna-se ideal para as práticas de caminhadas.

Quanto à dimensão: um apresenta apenas três hectares (Parque Ambiental Encontro dos Rios); um apresenta 17 hectares (Parque da Cidade); um apresenta 12 hectares (Parque Ambiental da Prainha); um apresenta 9 hectares (Parque Ambiental Beira Rio); o maior de todos os seis parques apresenta 137 hectares, o Parque Zoobotânico; e Balneário Curva São Paulo possui 5 hectares.

Quanto aos equipamentos e mobiliário: cinco apresentam o mínimo para um espaço livre de permanência como bancos, piso e iluminação – com exceção do Parque Ambiental da Prainha que não oferece essas condições de acolhimento aos visitantes. O Parque Ambiental Encontro dos Rios possui um mirante, um restaurante flutuante e um centro de atendimento ao turista.

Já o Parque da Cidade possui um campo de futebol e três quadras poliesportivas, uma bica com banho de cachoeira, um coreto e uma considerável área de *playground*. Enquanto o Parque Ambiental Beira Rio apresenta um calçadão, uma bateria de aparelhos para exercícios físicos e uma área com quiosques. O Parque Zoobotânico apresenta o zoológico da cidade e um museu de animais empalhados. Por fim, o Balneário Curva São Paulo dispõe de área reservada para banhos no rio Poti, de bares e restaurantes e *playground*.

Quanto às suas funções o Parque Ambiental Encontro dos Rios é principalmente turístico, sendo o principal ponto turístico de Teresina; o Parque da Cidade é utilizado para práticas esportivas e recreação; o Parque Ambiental da Prainha, em potencial, possui características para práticas de caminhada, mas devido a ausência de infraestrutura a população não têm estímulos para a sua apropriação; o Parque Ambiental Beira-Rio é utilizado, primordialmente, para práticas de caminhada, exercícios em barra de malhação e entretenimento nos quiosques; o Parque Zoobotânico, como exposto, é o zoológico da cidade; e Balneário Curva São Paulo têm como principal função banhos no rio Poti e entretenimento nos bares e restaurantes do local.

Quanto à Manutenção e gerenciamento, todos os seis parques recebem manutenção diária. Entre os seis parques o único que possui apenas um funcionário responsável pela limpeza é o Parque Ambiental da Prainha. O gerenciamento dos seis parques é precário, não existe em nenhum deles política de divulgação permanente que incentive o seu uso e as ações são sempre pontuais, relacionadas a datas comemorativas como dia das crianças ou semana do meio ambiente. O Parque Zoobotânico, que entre os parques analisados é o único subordinado a Secretaria de Meio Ambiente do Governo Estadual, conta com uma sede administrativa, responsável pela organização do parque. Os outros cinco parques, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal, são geridos pelas Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e Regional ou pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os parques administrados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Parque Ambiental Encontro dos Rios e Parque da Cidade) possuem programações especiais para atender aos usuários apenas em datas comemorativas, época em que são bastante procurados pela população. Já os parques administrados pelas Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e Regional não recebem nenhuma atenção fora a manutenção diária: Parque Ambiental Beira Rio e Parque

Ambiental da Prainha. No caso do Balneário Curva São Paulo existe a associação de barraqueiros que organiza eventos, como *shows* musicais para atrair o público.

Todos os parques analisados possuem potenciais para melhorar o atendimento das atividades que já disponibilizam e para oferecer novas opções lazer à população. O potencial dos espaços livres é percebido quando se analisam as variáveis elencadas acima, pois elas influenciam no uso dos parques.

Os seis parques analisados necessitam de ações diretas, específicas, contínuas e sistemáticas dos responsáveis da esfera pública para resolver as problemáticas envolvidas nas suas condições de uso.

Acesso e entorno são as variáveis principais relacionadas à frequência de uso destes parques, principalmente, quando estes são parques de setor urbano e vizinhança. Os parques classificados como metropolitanos (Zoobotânico e Encontro dos Rios), quanto ao uso, são independentes do entorno, pois, devido as suas características atraem público de toda a cidade.

Relacionado ao uso, as variáveis mais influentes são: equipamentos e mobiliários, manutenção e gerenciamento. Estas variáveis estão diretamente envolvidas com as condições de infraestrutura dos parques. Tal como se observa no parque Ambiental da Prainha, o qual possui boa localização, fácil acesso e entorno variado, porém sem infraestrutura para atrair os usuários.

Estes seis parques de beira-rio de Teresina apresentam significativa variedade de atividades quando comparados entre si. Isto é muito positivo, pois esse mosaico de funções oferecidas por esses parques atende a diferentes necessidades de lazer da população, porém, faltam organização e divulgação destes espaços livres e do conjunto das atividades existentes em cada um para, assim, atender uma demanda muito maior de usuários.

A partir das considerações feitas sobre parques de beira-rio de Teresina se propõe uma organização sistêmica das funções desses parques para atender as demandas por lazer da população, o que, necessariamente, requer melhorias em infraestrutura. Os parques de beira-rio devem incluir os rios Poti e Parnaíba dentro do rol de atividades desenvolvidas em seus espaços livres, uma vez que somente dois destes parques têm os rios como alternativas de

atividade de lazer: Parque Ambiental Encontro dos Rios, com mirante e restaurante flutuante, e Balneário Curva São Paulo, com área reservada para banhos no rio Poti. Também é preciso investimentos em sistema de transporte público para facilitar o acesso da população aos parques públicos.

Atualmente, o Poder Público mostra-se incapaz de gerenciar os espaços propícios a atender as demandas por lazer da população. O poder público nas cidades brasileiras precisa conhecer e valorizar o potencial que os parques públicos representam para a qualidade de vida da população – oferecendo lazer –, de sua capacidade de geração de emprego e renda, além de se tornarem objetos de melhoria da imagem da cidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. **“Theresina Teresina”**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BARCELLOS, Vicente. Os parques: velhas idéias e novas experiências. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, n. 13, p. 49-71, 2000.

_____. **Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília**. 1999. 214 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BARCELLOS, Vicente. RODRIGUES, Maria da Assunção Pereira e SILVA, Marly Santos. Do rural ao urbano: APPS e regularização fundiária no Distrito Federal. In: APP URBANA 2007 - Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, 2007, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: FAUUSP, 2007.

BARCELONA. Prefeitura de Barcelona. **Els Parcs de Barcelona**. Disponível em: http://w3.bcn.es/XMLServeis/XMLHomeLinkPI/0,4022,257422265_257449819_2,00.html>. Acesso em: 22. ago. 2009.

BARTALINI, Vladimir. Áreas Verdes e Espaços Livres Urbanos. **Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, n° 1 e 2 (edição especial). P: 49-54, 1987.

BRASIL. Legislação Federal. **Código Florestal Brasileiro**. Lei Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965. Disponível em: <http://www.controleambiental.com.br/codigo_florestal.htm>. Acesso em: 01. mai. 2009.

BRASIL. Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Ministério do Meio ambiente. **Resolução CONAMA nº 369 de 28 de março de 2006**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>>. Acesso em: 28. abr. 2009.

BRAZ e SILVA, Ângela. **Do projeto a realidade: sobre as transformações do conjunto habitacional Mocambinho**. 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CRANZ, Galen. **The politics of park design: a history of urban parks in America**. Cambridge: MIT Press, 1982.

DE MASI, Domenico (org.). **A economia do ócio/ Bertrand Russel, Paul Lafargue**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DEL RIO, Vicente. **Em busca do tempo perdido. O renascimento dos centros urbanos.** São Paulo, SP. 2001. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp028.asp>>. Acesso em: 25. fev. 2009.

DIAS, Ricardo. A verticalização em Teresina. **Cadernos de Teresina.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, n. 35, p.16–31, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e fragmentos da cidade.** 1998. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

GÄELZER, Lenea. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 1979.

GALENDER, Fany Cutcher. Considerações sobre a conceituação de espaços públicos. **Paisagem ambiente: ensaios.** São Paulo: FAUUSP, n° 4, p. 113 – 120, 1992.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GONÇALVES, Wantuelfer. **Padrões de assentamento de áreas verdes municipais – uma visão crítica.** 1994. 116 f Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GRUPO CLAUDINO. **Teresina: 1852-2002.** Teresina: Halley, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 12 de mar de 2009.

KALLAS, Luana Miranda Esper; MACHADO, Roselis Ribeiro Barbosa. Parques Urbanos em Teresina – PI: Diagnóstico e recomendações. **Cadernos de Teresina.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Nº 37. p. 42-49, 2005.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo.** São Paulo: Pini. 1993.

MACEDO, Sílvio Soares. Urbanização, litoral e ações paisagísticas à beira d'água. In: TANGARI, Vera Regina et al (Org.). **Águas urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado.** Rio de Janeiro: PPG-FAU-UFRJ, 2007.

_____. **Quadro de paisagismo no Brasil.** São Paulo: FAU/USP, 1999.

_____. Espaços Livres. **Paisagem ambiente: ensaios.** São Paulo: FAUUSP, n.7, p.15-56, 1995.

- _____. Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. In: Seminário sobre desenho urbano no Brasil, 2, 1986, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Pini, 1986.
- MACEDO, Sílvio Soares. e SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MACHADO, Roselis Ribeiro Barbosa. **Ecologia do Piauí: Conhecer para preservar**. Teresina: Qualygraph, 2002.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. **Paisagem ambiente: ensaios**. Especial Miranda Magnoli. São Paulo: FAUUSP, n° 21. 2006.
- _____. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – FAUUSP, 1982.
- MAGNOLI, Miranda e KLIASS, Rosa Grena. **Áreas verdes de recreação: município de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. 1969.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer, políticas e cidade. In: MÜLLER, Ademir e COSTA, Lamartine Pereira da (org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- MATOS, Karenina C. Teresina e a paisagem das águas. **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. n. 35, p. 20 – 31, 2003.
- MATOS, Karenina Cardoso; LOPES, Wilza. Gomes Reis; COUTO, Lorena Santos Bezerra; LEAL JUNIOR, José Hamilton Leal . O Rio Parnaíba com indutor do projeto de Parques Ambientais para a cidade de Teresina. In: Carlos Gonçalves Terra; Rubens Oliveira de Andrade. (Org.). **Coleção paisagens culturais, v.3 Construções de paisagens: Instrumentais práticos, teóricos-conceituais e projetuais**. 1 ed. Rio de Janeiro: EBA Publicações, v. 3, p. 276-285, 2008
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MELLO, Sandra S. **Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água**. 2008. 351 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente/ Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. **Projeto Orla – fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/ SQO, MPU/SPU. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=11>>. Acesso em: 10. jun. 2009.
- MOREIRA, Amanda Cavalcante; MATOS, Karenina Cardoso ; LOPES, Wilza. Gomes Reis . O Parque da Cidade: Origem, Transformações e sua Importância para a cidade de Teresina.

In: Carlos Gonçalves Terra; Rubens Oliveira de Andrade. (Org.). **Coleção Paisagens Culturais: v.1 Materialização da Paisagem através das Manifestações Socio-Culturais**. 1 ed. Rio de Janeiro: EBA Publicações, v. 1, p. 240-247, 2008

MOURA, Maria Geni Batista de; LOPES, Wilza. Gomes Reis . Uso e ocupação do solo: uma análise ambiental de bairros da zona norte de Teresina. In: **Teresina: uma visão ambiental**. Maria do Socorro Lira Monteiro. (Org.). 1 ed. Teresina: EDUFPI, v. 1, p. 199-224, 2006

PIAUI, Governo do Estado do. Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR. **Plano de manejo do parque Zoobotânico de Teresina**. Relatório das ações executadas – Nº 6. Teresina, 2002.

PPS. **Project for public spaces**. Disponível em: <<http://www.pps.org/>>. Acesso em: 09. out. 2008

RIBEIRO, Ana Rita S. C. O Projeto paisagístico, as funções e usos dos parques urbanos do Recife. **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo: FAUUSP, v. 10, p. 167-188, 1998.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura Bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora da UnB. 2001

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. Os Espaços livres de Edificação nas Periferias Urbanas um Diagnóstico Preliminar em São Paulo e Salvador. **Paisagem ambiente: ensaios**, São Paulo: FAUUSP, n. 10, p.189-216, 1997

SERVILHA, Elson Roney; RUTKOWSKI, Emilia Wanda; DEMANTOVA, Graziella Cristina e FREIRIA, Rafael Costa. Conflitos na proteção legal das áreas de preservação permanentes urbanas. In: 3 Seminário Internacional: Ciência e Tecnologia na América Latina: A Universidade como Promotora do Desenvolvimento Sustentável, 2006, Campinas. **Anais...** Caderno de Resumos do Terceiro Seminário Internacional: Ciência e Tecnologia na América Latina. Campinas: Unicamp, 2006. v. Único. p. 46-46. Campinas, 2006.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. São Paulo: Edusp, 1995.

TERESINA - Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN. **Teresina em bairros**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina. 2009. Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br/novothe/pagina_blank.asp?link=http://www.teresina.pi.gov.br/semplan>. Acesso em: 16. jan. 2009.

TERESINA. Prefeitura municipal de Teresina. **Legislação Urbana de Teresina**. Lei Complementar Nº 3.560 de outubro de 2006. Lei de Uso do Solo Urbano de Teresina.

Disponível em:

<http://www.teresina.pi.gov.br/novothe/pagina_blank.asp?link=http://www.teresina.pi.gov.br/semplan>. Acesso em: 07. set. 2008.

TERESINA. Prefeitura municipal de Teresina. **Legislação urbana de Teresina**. LEI N° 2.265 DE 1993. Define diretrizes para o uso e ocupação do solo. Disponível em:

<http://www.teresina.pi.gov.br/novothe/pagina_blank.asp?link=http://www.teresina.pi.gov.br/semplan>. Acesso em: 10. ago. 2008.

TERESINA. Prefeitura municipal de Teresina. **Legislação urbana de Teresina**. LEI N° 1942 DE 16 DE AGOSTO DE 1988. Dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico, localizado no território do município de Teresina.

Disponível em:

<http://www.teresina.pi.gov.br/novothe/pagina_blank.asp?link=http://www.teresina.pi.gov.br/semplan>. Acesso em: 10. set. 2008.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. **Parques de Teresina**. Disponível em: www.teresina.org.br/parquesdeteresina. Acesso em: 05. fev. 2008.

TERESINA, Secretária de Municipal de Meio Ambiente de. **Relatório de avaliação das unidades de conservação de Teresina**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2007

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento de. **Agenda 2015 – plano de desenvolvimento sustentável**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2002.

VIEIRA, Danielle Melo. **Análise dos impactos ambientais resultantes do uso e ocupação do solo e a avaliação da conformidade legal e da gestão nas áreas de preservação permanente do Rio Poti, em Teresina, PI/ Brasil**. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – TROPEN – PRODEMA – Universidade Federal do Piauí (UFPI) –. Teresina, 2009.

Sites:

<http://www.fredericklawolmsted.com/> Acesso em 02. Abr. 2009.

<http://www.gp1.com.br/noticias/curva-do-sao-paulo-e-inaugurado-neste-fim-de-semana-5740.asp>. Acesso em: 10. fev. 2009.

<http://www.piauionline.com.br/florestafossil/arquivos/florestafossil.htm>. Acesso em 12. mai. 2009

<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/>. Acesso em 12. mar. 2009.